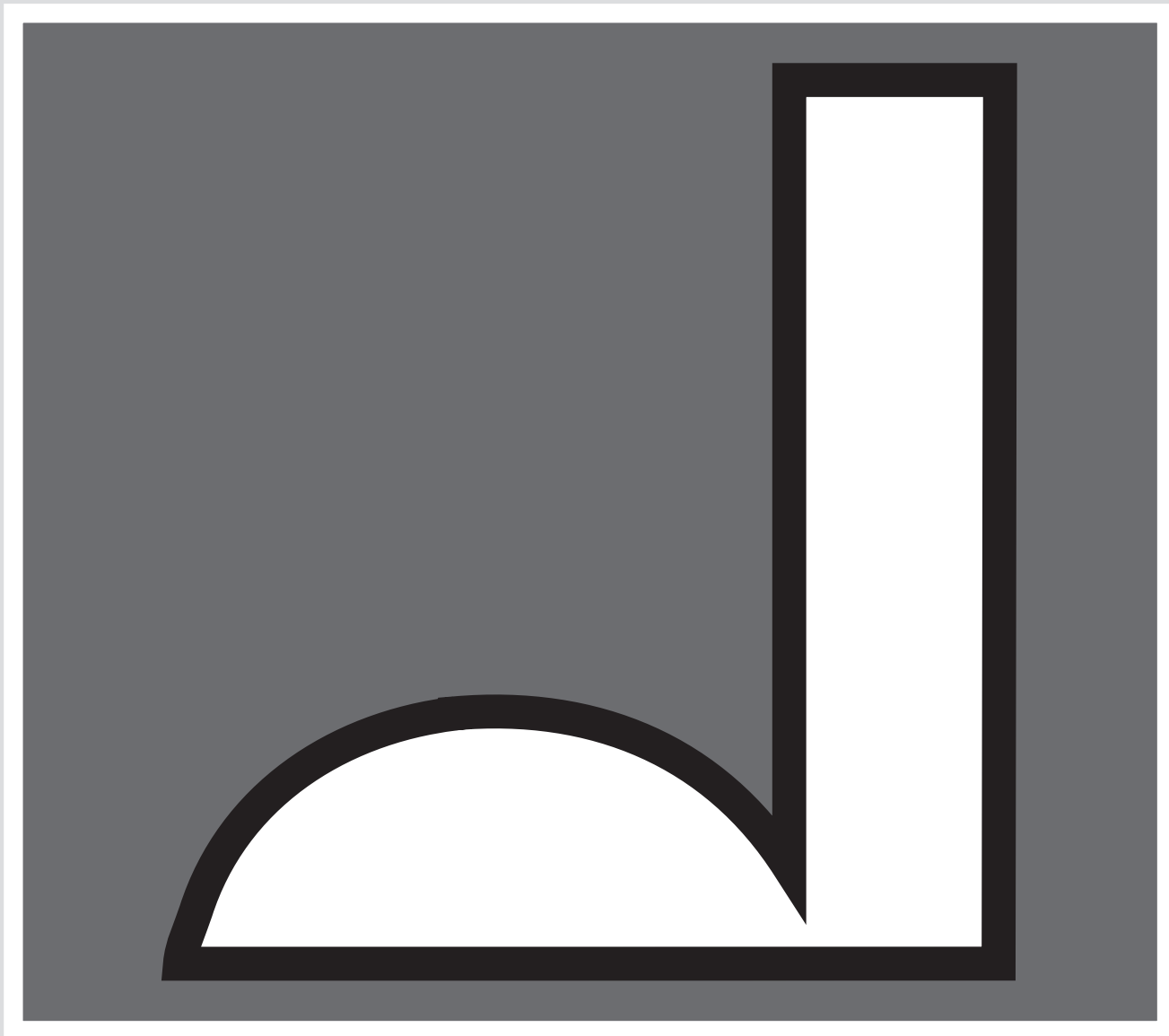




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LX - Nº 152 - SEXTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT – AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL – PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</b></p> <p><b>LÍDER</b> Ney Suassuna</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 23</b> Ney Suassuna</p> <p><b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 18</b></p> <p><b>LÍDER</b> Delcídio Amaral – PT</p> <p><b>VICE-LÍDERES</b> Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p><b>LÍDER DO PT – 12</b> Delcídio Amaral – PT</p> <p><b>VICE-LÍDERES DO PT</b> Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p><b>Flávio Arns – PT</b> Fátima Cleide – PT</p> <p><b>LÍDER DO PTB – 3</b> Mozarildo Cavalcanti</p> <p><b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias</p> <p><b>VICE-LÍDERES DO PDT</b> (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PP – 1</b> Valmir Amaral</p> <p><b>LÍDER DO PL – 3</b> Marcelo Crivella</p> <p><b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 3</b> João Capiberibe</p> <p><b>VICE-LÍDER DO PSB</b> (Vago)</p> <p><b>LÍDER DO P-SOL</b> Heloisa Helena</p> <p><b>VICE-LÍDER DO P-SOL</b> Geraldo Mesquita Júnior</p> <p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT</p>	<p><b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</b></p> <p><b>LÍDER</b> José Jorge – PFL</p> <p><b>VICE-LÍDERES</b> Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 15</b> José Agripino</p> <p><b>VICE- LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 12</b> Arthur Virgílio</p> <p><b>VICE- LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 164ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2005

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 1.052, de 2005, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Deputado Estadual do Estado de Mato Grosso, Itálvio Martins Coelho, ocorrido ontem. **Aprovado**, após usarem da palavra os Senadores Ramez Tebet, Roberto Saturnino e Juvêncio da Fonseca, tendo a Presidência se associado às homenagens prestadas. .... 31709

##### 1.2.2 – Discurso do Expediente

SENADOR CÉSAR BORGES – Comentários sobre matéria divulgada pela imprensa a respeito do ajuste fiscal feito pelo Governo, que está praticamente paralisando o País. Destaque para a necessidade de investimentos em infra-estrutura. ... 31711

##### 1.2.3 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 49, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Bornhausen, que altera o art. 68 da Constituição Federal para permitir a edição de lei delegada por Tribunal. .... 31714

##### 1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.053, de 2005, do Senador Ramez Tebet, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005. **Deferido**. .... 31718

Nº 1.054, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003, de sua autoria. .... 31718

##### 1.2.5 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, que acrescenta parágrafo ao art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado, tendo

sido rejeitado terminativamente pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ao Arquivo. .... 31718

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências”, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados. .... 31718

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornélas, que dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados. .... 31718

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que modifica o art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados. .... 31718

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que altera o art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados. .... 31718

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003,

de autoria do Senador Magno Malta, que altera o inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorível, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.....

31718

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados.....

31718

#### **1.2.6 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados**

Nº 1.824/2005, de 21 do corrente, comunicando a Declaração de Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor João Augusto Ribeiro Nardes, em 20 de setembro do corrente e publicada no Suplemento do Diário da Câmara dos Deputados nº 163, do dia subsequente.....

31718

#### **1.2.7 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados em exercício**

Nº 1.833/2005, de 22 do corrente, comunicando a Declaração de Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Severino José Cavalcanti Ferreira, em 21 de setembro do corrente e publicada no Suplemento do Diário da Câmara dos Deputados nº 164, do dia subsequente.....

31719

#### **1.2.8 – Avisos do Tribunal de Contas da União**

Nº 37, de 2005-CN (nº 1.329/2005, na origem), que encaminha a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia ao Acórdão nº 1.341, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins na BR-222/PA – Construção do trecho D. Eliseu-Entr. BR 158/PA – Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5710.0008 (TC nº 007.194/2005-5)..

31719

Nº 38, de 2005-CN (nº 1.412/2005, na origem), que encaminha a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.438, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada em diversas obras rodoviárias federais BR-010, BR-153, BR-230, BR-235 e BR-242, no Estado do Tocantins (TC nº 006.653/2000-4).....

31719

Nº 39, de 2005-CN (nº 1.413/2005, na origem), que encaminha a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.434, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que

o fundamentam, referente à auditoria, com vista a verificar empreendimento de modernização da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes, no Estado de Minas Gerais – Programa de Trabalho nº 25.752.0296.3302.0031 (TC nº 008.908/2005-5).

31719

#### **1.2.9 – Ofícios**

Nº 100/2005, de 21 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria do Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição e Justiça.....

31719

Nº 304/2005, de 21 do corrente, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando alteração dos prazos constantes do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 41, de 2005-CN.....

31719

Nº 843/2005, de 21 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Designação do Deputado Fernando Gonçalves, como titular, para compor a referida Comissão.....

31721

Nº 957/2005, de 22 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação do Deputado Léo Alcântara, como suplente, para compor a referida Comissão.....

31721

#### **1.2.10 – Leitura de projetos**

Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns, que dá nova redação ao artigo 28 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, para permitir a conversão de tempo de trabalho exercido sob condições prejudiciais à saúde ou a integridade física mesmo após 28 de maio de 1998.....

31721

Projeto de Lei do Senado 334, de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outro integrante. ....

31723

Projeto de Lei do Senado 335, de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a desconsideração dos gastos com saúde, alimentação, educação, moradia e demais necessidades vitais básicas, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício assistencial. ..

31724

#### **1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)**

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – A pesquisa de petróleo no Estado da Paraíba. ....

31726

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Solidariedade ao Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ, mais uma vítima da revista **Veja**. Participação no lançamento do programa de governo que está sendo implementado sob a regência da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres,

batizado de “Pró-equidade de Gênero”, objetivando a igualdade de gênero no mundo do trabalho. .... 31726

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – A vinda de prefeitos a Brasília na próxima semana, com pauta de reivindicações relativamente ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM. .... 31728

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA, como Líder – O referendun do desarmamento a ser realizado no próximo dia 23 de outubro, cujas discussões ainda não trouxeram suficientes esclarecimentos à população. .... 31731

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Congratulações ao Supremo Tribunal Federal pela homenagem prestada ao ex-Ministro Aliomar Baleeiro, jurista baiano. A impopularidade do Presidente Lula. .... 31733

SENADOR JOSÉ JORGE – Considerações sobre matéria publicada no **Jornal do Comércio** de hoje, sobre o protesto de 150 prefeituras de Pernambuco contra a redução dos repasses do Governo Federal para o Fundo de Participação dos Municípios..... 31734

SENADOR JORGE BORNHAUSEN, como Líder – As divergências internas do Partido dos Trabalhadores, acentuadas nas eleições do último domingo e consolidadas pelas ações de seu Diretório Nacional. Leitura de nota da Comissão Executiva Nacional do PFL sobre a crise do Governo Lula... 31736

SENADOR GILBERTO GOELLNER – A intervenção do Banco Central no Banco Santos, e a situação de seus inúmeros investidores e correntistas. .... 31737

SENADOR MÃO SANTA – Análise de recente estudo elaborado pelo Banco Mundial, que atribuiu ao Brasil a posição de campeão absoluto da desigualdade social na América Latina..... 31739

SENADORA IDELI SALVATTI – Esclarecimentos sobre a nota divulgada pelo jornalista Ricardo Noblat, relativamente à existência de possível dossiê que comprova irregularidades nos Correios à época do Governo de Fernando Henrique Cardoso..... 31740

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – O desgaste da imagem do Congresso Nacional perante a opinião pública..... 31742

### 1.2.12 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador Sibá Machado sobre a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de facultar vista do projeto de concessão de florestas públicas ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, e respondida pelo Sr. Presidente (Romeu Tuma). .... 31743

### 1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Críticas à condução da crise política pelo Governo Federal..... 31744

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, como Líder – Solidariedade à Senadora Heloísa Helena por dissabores enfrentados ontem em sessão conjunta de duas CPMIs..... 31746

SENADOR LEONEL PAVAN – Solidariedade à Senadora Heloísa Helena, tendo em vista a agressão verbal que sofreu ontem em reunião conjunta de duas CPMIs. .... 31749

SENADORA IDELI SALVATTI – Regozijo com a indicação da Eletrosul como a melhor empresa do setor elétrico do País, em *ranking* anunciado pela revista **IstoÉ Dinheiro**..... 31751

SENADOR SIBÁ MACHADO, como Líder – Congratulações, em nome do Partido dos Trabalhadores, à Senadora italiana Emanuela Baio Dossi, em visita à Casa. Elogios ao piloto americano que evitou um acidente aéreo no aeroporto de Los Angeles. Debate sobre o projeto de reforma política, em tramitação na Câmara dos Deputados..... 31752

### 1.3 – ORDEM DO DIA

#### Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** por não haver acordo das Lideranças. .... 31753

#### Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais. **Apreciação sobrestada**. .... 31753

#### Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Apreciação sobrestada**. .... 31754

#### Item 4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otavio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada**. .... 31754



**Item 5**

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.**..... 31754

**Item 6**

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. **Apreciação sobrestada.** ..... 31754

**Item 7**

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. **Apreciação sobrestada.**..... 31754

**Item 8**

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o seguro de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência. **Apreciação sobrestada.** ..... 31754

**Item 9**

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra. **Apreciação sobrestada.** ..... 31755

**Item 10**

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). **Apreciação sobrestada.**.... 31755

**Item 11**

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí. **Apreciação sobrestada.** ..... 31755

**Item 12**

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará. **Apreciação sobrestada.** ..... 31755

**Item 13**

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. **Apreciação sobrestada.** ..... 31755

**Item 14**

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria. **Apreciação sobrestada.** .... 31755

**Item 15 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)**

Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações à Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação. **Apreciação sobrestada.** ..... 31755

**Item 16**

Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Apreciação sobrestada.** ..... 31755

**1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia**

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Questionamentos sobre incidentes na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima..... 31756

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Destaque para a entrevista concedida pelo Senador Sibá Machado ao Programa do Jô, na Rede Globo. Questionamentos sobre as dificuldades apresentadas pelo presidente do Citibank para comparecer à CPMI dos Correios. .... 31758

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Solidariedade às Senadoras Heloísa Helena e Ideli Salvatti por agressões verbais ocorridas ontem na CPMI dos Correios e no Plenário do Senado Federal, respectivamente. Esclarecimentos sobre as atribuições da CPMI do Mensalão. Comentários a depoimento do banqueiro Daniel Dantas concedido ontem às CPMI dos Correios e do Mensalão. .... 31761

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Dificuldades enfrentadas pelos municípios brasileiros, em virtude da queda do repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios. .... 31765

**1.3.2 – Leitura de requerimentos**

Nº 1.055, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando licença para o período de 28 de setembro a 6 de outubro próximo, para participar do Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Bilbao, Espanha. **Aprovado.**..... 31766

Nº 1.056, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando licença para o período

de 29 de setembro a 4 de outubro próximo, para participar do Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Bilbao, Espanha. **Aprovado.** ..... 31767

Nº 1.057, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando licença para o período de 29 de setembro a 4 de outubro próximo, para participar do Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Bilbao, Espanha. **Aprovado.** ..... 31767

### 1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR RIBAMAR FIQUENE – Registro da realização, no Maranhão, da 1ª Conferência Estadual de Cultura. .... 31767

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Anúncio de corte, pelo Ministério da Fazenda, nos recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil. .... 31768

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Aprovação de projeto de sua autoria, hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que permite a venda direta de terrenos da União para seus atuais ocupantes. .... 31770

### 1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “Caras chapas-brancas”, de autoria do jornalista Ivan Padilla, publicada na revista **Época** em sua edição de 19 de setembro do corrente. .... 31770

SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro do artigo intitulado “O discurso petista de Marilena Chauí”, de autoria do advogado criminalista José Carlos Dias, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 19 de setembro do corrente. .... 31772

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “Os intelectuais e a crise: silêncios e palavras”, de autoria do ex-Ministro Celso Lafer, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo** do último dia 18 de setembro do corrente. .... 31773

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários ao artigo intitulado “Refundando a verdade”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S.Paulo** de 21 de setembro do corrente. .... 31774

SENADOR LUIZ SOARES – Registro da matéria intitulada “A pátria mandou recado”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 14 de setembro do corrente. .... 31775

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários ao artigo do escritor Carlos Heitor Cony, publicado

pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 20 de setembro do corrente, com o título “Considerações sobre a Máfia” ..... 31776

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Comentários à matéria publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** do dia 20 de setembro do corrente, intitulada “TCU vê contratos irregulares de empresa que presenteou petista”. .... 31777

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “Bird vê armadilha da desigualdade no país”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 21 de setembro do corrente. .... 31778

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre aspectos relevantes de pesquisa divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) sobre as condições das rodovias brasileiras. .... 31779

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Defesa do reassentamento das famílias de produtores obrigados a deixar terras pertencentes a Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol após sua homologação pela Funai. .... 31780

#### 1.4 – ENCERRAMENTO

#### 2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 80 a 82, de 2005. .... 31781

#### 3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 139, de 2005. .... 31789

#### 4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.603 a 3.607, de 2005. .... 31789

### SENADO FEDERAL

#### 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

##### 6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

##### 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

##### 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

### CONGRESSO NACIONAL

#### 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

#### 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

#### 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

#### 17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

# Ata da 164ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de setembro de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Romeu Tuma, Ribamar Fiquene, Mauro Fecury e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/9/2005 07:36:28 até 22/9/2005 19:58:37

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	

**Compareceram: 62 Senadores**



## COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que estive presente à Sessão Deliberativa desta data, onde usei da palavra, tendo, no entanto, deixado de registrar meu comparecimento no painel de votação. Isto posto, solicito que minha presença conste da ata respectiva.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.  
– Senador **Leonel Pavan**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 1.052 DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-senador e ex-Deputado Estadual do Estado de Mato Grosso, Itálvio Martins Coelho, ocorrido no dia 21 de setembro de 2005.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família, às Assembléias Legislativas dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e aos governos dos Estados e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

### Justificação

O ex-senador e ex-deputado estadual Itálvio Coelho, irmão do também ex-senador Lúdio Coelho, morreu ontem à noite, deixando consternados todos os seus amigos e conterrâneos. Ele estava internado há cerca de 50 dias, em decorrência de uma pneumonia. Tinha oitenta e sete anos, boa parte dos quais dedicados à causa pública nos vários ramos de atividade que teve a oportunidade de exercer com raro talento e invulgar entusiasmo.

Advogado, banqueiro, industrial, fazendeiro, político, Itálvio Coelho marcou profundamente o seu tempo em cada uma dessas áreas de atuação, e deixa uma herança de dedicação, e principalmente, de realizações, que se revela especialmente inspiradora num momento como este que vivemos, em que se descreve profundamente da capacidade que temos de intervir ativamente na realidade, para aprimorá-la e fazê-la avançar no rumo do desenvolvimento e da justiça.

Marcou igualmente esta Casa, onde exerceu com a competência habitual o mandato de Senador no período de 1973 a 1979.

Antes de se destacar no âmbito federal, Itálvio já havia construído uma respeitada carreira de homem público no Estado de Mato Grosso de antes da divisão. Por isso, hoje, são dois os Estados que pranteiam seu falecimento, e manifestam pleno reconhecimento à sua vida de lutas e de vitórias: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Filho de Lucídio Coelho e Lúcia Martins Coelho, irmão, como já disse, do nosso estimado Lúdio Coelho, Itálvio deixa recordação inesquecível no coração de sua viúva, companheira de tantos anos, Dona Marli Correa Coelho, e de seus filhos.

Peço licença aos familiares de Itálvio Coelho para dizer que também nós, todos aqueles que tivemos o privilégio de privar da convivência e amizade desse grande brasileiro, comungamos da profunda dor e do profundo orgulho que sentem neste momento. Dor pela perda de um amigo tão querido. Orgulho pela limpidez com que brilha agora, e brilhará sempre, a sua vida.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.  
– Senador **Ramez Tebet**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– O requerimento que acaba de ser lido depende de votação em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Senador Ramez Tebet, primeiro signatário, pelo período de cinco minutos.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como já foi mencionado na leitura do requerimento, há de se concluir que os Estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso estão consternados com o passamento desse grande homem público que foi Itálvio Martins Coelho, falecido na noite de ontem e cujo corpo está sendo velado na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, ele era irmão do também ex-Senador desta Casa Sr. Lúdio Coelho. Ele estava internado há cerca de 50 dias, em decorrência de uma pneumonia. Tinha 87 anos, boa parte dos quais, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dedicada à causa pública em vários ramos de atividade que teve a oportunidade de exercer, com raro talento e invulgar entusiasmo.

Na verdade, Itálvio Coelho foi advogado, banqueiro, industrial, fazendeiro, político e marcou profundamente o seu tempo em cada uma dessas atividades que exerceu com muita dedicação e zelo. Teve uma vida plena de realizações, que se revela especialmente inspiradora num momento como esse que

vivemos em que se descreve profundamente da nossa capacidade de intervir ativamente na realidade, para aprimorá-la e fazê-la avançar no rumo do desenvolvimento e da Justiça.

Nesta Casa, ele marcou igualmente a sua passagem, exerceu com competência habitual o mandato de Senador no período de 1973 a 1979. Antes de se destacar no âmbito federal como Senador da República, já havia construído uma atividade de homem público no Estado de Mato Grosso, onde foi Deputado, antes da divisão do nosso Estado. Por isso, hoje, são dois os Estados da Federação que pranteiam o seu falecimento e manifestam pleno reconhecimento à sua vida de luta e de vitórias. São os Estados, portanto, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Italívio era filho de Laucídio Coelho e Lúcia Martins Coelho, irmão, como já disse anteriormente, do nosso estimado amigo e ex-Senador desta Casa, Lúdio Coelho. Italívio deixa recordação inesquecível no coração de sua viúva, companheira de tantos anos, D. Marli Correa Coelho, e de seus filhos, que são quatro, Sr. Presidente. Aluísio, Hamilton, Laucídio e da sua enteada Márcia, que trabalha nesta Casa há muitos anos com tanta competência, com tanta dedicação.

A Márcia é autora de vários livros, de muitos trabalhos acerca do processamento dos projetos que tramitam aqui pelo Poder Legislativo.

Peço licença aos familiares de Italívio Coelho para dizer que também nós, todos aqueles que tivemos o privilégio de privar da convivência e amizade desse grande brasileiro, comungamos da profunda dor e do profundo orgulho que sentem nesse momento. Dor pela perda de um amigo tão querido; orgulho pela limpidez com que brilha agora e brilhará sempre a sua vida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, por cinco minutos e, em seguida, o Senador Juvêncio da Fonseca.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não. Primeiro, está inscrito o Senador César Borges e, em segundo, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, convivi aqui no Senado com Italívio Coelho e não poderia deixar de

fazer o meu registro, uma palavra de saudade, de rememoração dos bons tempos da nossa convivência.

Italívio era um homem afável, educado, um homem sério, de grande cultura. Estudou no Rio de Janeiro, Sr. Presidente, e tinha por aquela que é a minha cidade uma admiração muito grande, como homem de bom gosto que era, que sempre foi. De forma que eu não poderia deixar de subscrever o requerimento do Senador Ramez Tebet, nem deixar de registrar a minha palavra de reconhecimento e de admiração pelo trabalho de Italívio Coelho aqui no Senado, que eu testemunhei, um homem respeitadíssimo por suas opiniões de natureza jurídica na Comissão de Constituição e Justiça, homem acatadíssimo nas suas opiniões sobre questões de agricultura de um modo geral e um homem sério e muito respeitado por quem tenho grande admiração e trago grande saudade. Era pai adotivo de uma grande funcionária que hoje chefia o meu gabinete, que é a Márcia Azevedo, que já foi também referida pelo Senador Ramez Tebet.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero deixar aqui as expressões da minha admiração e da saudade dos tempos de convivência com Italívio Coelho, grande figura de projeção nacional, que veio de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca por cinco minutos.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também subscrevo o requerimento encabeçado pelo ilustre Senador Ramez Tebet. Esta Casa presta hoje uma justa homenagem, homenagem a uma Liderança sul-mato-grossense. Mas por que não dizer, como sugeriu o Senador Ramez Tebet, mato-grossense do norte e do sul? Uma homenagem ao ilustre filho que escreveu uma história muito marcante em nosso Estado. Não apenas ele, mas a sua família inteira.

Italívio, irmão de Lúdio Coelho, que foi Senador nesta Casa, de quem todos nós conhecemos o brilho da atuação, o caráter ilibado. Como foi Lúdio Coelho, identicamente, Italívio Coelho. Com as mesmas características pessoais e com as mesmas condições histórias por que passaram eles e toda sua família por Mato Grosso do Sul. Laucídio Coelho, o pai de todos, o grande patriarca, foi um dos grandes incentivadores, promotores, fomentadores do desenvolvimento daquela grande região do Planalto e do Pantanal.

Lendo um livro de Abílio Leite Barros, Senador Ramez Tebet, ele informa, historicamente, um fato importantíssimo, a visão de Laucídio Coelho, o patriarca, que levava os reprodutores de bois para o Pantanal e

que chegava do Planalto com sua comitiva para abastecer de reprodutores bons todo o gado que se criava no Pantanal. Com isso, Mato Grosso do Sul tem hoje o maior rebanho de boi do País, já empatando com Mato Grosso. Graças a Deus, Mato Grosso, liderado por nossa capital Cuiabá, mas que representa para nós uma iniciativa forte, histórica, importante e de visão da família Coelho do que seria aquele grande Centro-Oeste, do que seria não só o Pantanal, mas o planalto que circunvizinha o Pantanal, que poderia, perfeitamente, fazer com que aquela área, a maior área úmida do planeta, servisse realmente para todos nós, para o Brasil, como um celeiro de produção de bois.

Aí está a nossa riqueza: não só a pecuária, mas a nossa riqueza ecológica, ambiental, que faz com que o Brasil todo se debruce sobre essas riquezas que tanto nos orgulham, e nos orgulha muito mais ainda Itálio Coelho, este filho de Mato Grosso do Sul, que nos deixa. Sua família e todos seus amigos estão consternados.

Fica aqui o registro do nosso sentimento pela perda de um amigo muito próximo, amigo dos seus filhos, Aluizio, Laucídio, Hamilton e Márcia – esta última, hoje, inclusive, trabalha nesta Casa como assessora do Senador Roberto Saturnino.

Portanto, fica aqui o nosso pesar e o nosso reconhecimento por essa ilustre figura sul-mato-grossense que muito honrou o nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa, incorporando as homenagens, coloca o requerimento em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerão sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Passo a palavra ao Senador César Borges, como inscrito, por vinte minutos.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Juvêncio da Fonseca.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estou com a autorização da Liderança do meu Partido para falar após a Ordem do Dia. Registro que escolhi falar após a Ordem do Dia por serem 20 minutos; porém, se forem os mesmos 20 minutos no período que antecede a Ordem do Dia, prefiro que seja o quanto antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Provavelmente, se chegarmos na sua inscrição,

será por 20 minutos. Senão, será depois da Ordem do Dia. Todavia, informo que V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito em primeiro lugar.

Com a palavra o Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje a imprensa noticia, e está aqui no jornal **O Globo**, que o Governo economiza R\$10 bilhões acima da meta. O Governo faz um ajuste fiscal que, essencialmente, está acima dos investimentos do nosso País e está praticamente paralisando o Brasil porque não há investimentos nos setores essenciais. O jornal publica declaração incisiva do economista Raul Velloso, em que expõe com muita clareza que “esse ajuste fiscal é um mecanismo insustentável e que tem um custo muito alto. É preciso direcionar recursos para a infra-estrutura. O Governo tem que investir. Embora superávits maiores ajudem na credibilidade do Governo, especialmente num momento de crise política, isso significa um passo para frente e dois passos para trás para um País que pensa em crescer de forma sustentada”, critica Velloso.

No mesmo jornal, poucas páginas adiante, verificamos que o Fundo Monetário Internacional reduz estimativa de crescimento do Brasil. Quer dizer, para que haja um superávit primário, para que haja o pagamento dos juros e a amortização da dívida, em torno de R\$160 bilhões, não vamos investir, neste ano, sequer o que estava autorizado no Orçamento. E o FMI reduz a estimativa de crescimento do Brasil. Aí está o resultado da política econômica.

Se, por um lado, a macroeconomia e a Bolsa de Valores – no Brasil, hoje, só existe a de São Paulo – batem recorde; por outro lado, o dólar cai. Isso significa o que para o cidadão brasileiro? Em que melhora a expectativa de vida? Mais emprego, mais renda, melhores escolas, mais saúde, mais educação? Não! Infelizmente, não! A estimativa de crescimento do País – que já chegou a ser de 4% – foi reduzida agora para 3,3%.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – É uma honra ouvir o aparte do nobre Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, é muito oportuno em seus pronunciamentos, tendo uma visão de País, de homens públicos inconformados. V. Ex<sup>a</sup> diz, com muita propriedade, que a balança comercial está em superávit. O Governo nunca arrecadou tanto como agora. Mas nunca, na história – e já estou no meu segundo

mandato no Senado –, ouvi tanta reclamação dos prefeitos como agora.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Nunca se investiu tão pouco.

**O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS)** – Nunca se investiu tão pouco, nunca se repassou tão pouco aos Municípios, e isso sem aviso prévio. Não há investimento em infra-estrutura. Quanto ao FPM, existem Municípios que não receberão nada; Municípios que recebiam R\$220 mil receberão R\$40 mil sem aviso prévio da Receita. Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> tem muita razão. Não é possível que continuemos a pagar juros, que as decisões estejam cada vez mais centralizadas e que os Municípios padeçam sem nenhum aviso prévio. Onde estamos? Se estamos arrecadando, como se pode diminuir o dinheiro do FPM? Semana que vem, Senador César Borges, os prefeitos estarão aqui. Façamos um movimento para que tenham pelo menos 1% a mais no FPM, como reivindicam, para sair do estado de penúria em que se encontram hoje. Cumprimento, pois, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Senador Ramez Tebet, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O mesmo acontece com o FPE. Há pouco, encontrei o Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e S. Ex<sup>a</sup> me disse que, historicamente, nunca houve cota de repasse do Fundo de Participação dos Estados e, conseqüentemente, do Fundo de Participação dos Municípios tão baixa e irrisória como a desses dias. Se isso acontece com os Estados, que ainda recebem imposto, o ICMS, imaginem o que acontece com os pequenos Municípios, que vivem praticamente do FPM. Realmente é uma situação constrangedora e muito difícil.

Não vemos o Governo Federal agir com sensibilidade em relação a essas questões. O que estamos verificando – e isso foi publicado esta semana – é o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que deveria se preocupar com o bem-estar dos Estados e Municípios, escrever um artigo defendendo a integração do bom-senso. O título é este: A Integração do Rio São Francisco, que passou a ser idéia fixa do Governo. E eles mudaram de nome: era transposição, agora é integração, porque parece que é o nome mais palatável, é o nome mais bonito para que engane melhor às pessoas. É mais ou menos à semelhança de caixa dois para recursos não contabilizados, Senador Ramez Tebet.

Agora, o São Francisco vai ter uma integração de bacias. E ele vem com meias-verdades e inverdades tentar engabelar o povo brasileiro e o nordestino com esse artigo. Vou tentar analisar esse mito da transposição que, de seus males, o pior deles é dividir os irmãos nordestinos. Mas eles querem fazer essa transposição de qualquer jeito, porque por aí poderão ter um “novo-

duto”, se não for “valerioduto”, será um outro duto, o “integraduto”, para financiar a campanha do próximo ano. Eles querem alocar R\$4,5 bilhões, mas sabemos que custará muito mais.

O Ministro Ciro Gomes começa dizendo que o objetivo da transposição é oferecer segurança hídrica a 12 milhões de pessoas que vivem nas pequenas, médias e grandes cidades dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará. Não é verdade, Sr. Presidente! Não é verdade, porque 12 milhões de pessoas não serão beneficiadas. Doze milhões de pessoas representa o somatório da população desses Estados, e esse projeto, quando for concluído, bem como as obras complementares e suplementares, para que a água sirva à população, não vão, de forma nenhuma, servir a essa quantidade de população. S. Ex<sup>a</sup> tenta confundir a opinião pública com argumentos falsos e falaciosos.

Outra coisa dita no artigo refere-se à engenharia. Vejam bem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: “Do ponto de vista da engenharia, o empreendimento é de fácil execução – dois canais a céu aberto revestidos de concreto, alguns túneis, algumas lagoas de retenção, algumas tomadas de água e estações elevatórias.” Como se isso fosse possível fazer num passe de mágica, como se fosse fácil do ponto de vista de engenharia. Sabemos que a engenharia nacional e a engenharia internacional são capazes de fazer maravilhas com a tecnologia que nós temos hoje, mas isso custa caro e não é tão simples para um País e para uma região como o Nordeste, que está necessitando de obras emergenciais em áreas como, por exemplo, as estradas.

Hoje também saiu um artigo sobre as estradas brasileiras, que estão deterioradas em sua grande maioria, principalmente no Nordeste brasileiro. Está aqui: “Estradas ruins são 72% no País. Rodovias da Bahia figuram entre as piores, segundo a avaliação de técnicos da Confederação Nacional de Transportes.” Enquanto isso, o Ministro Ciro Gomes insiste, como se fosse uma idéia fixa: “Vamos fazer a transposição do São Francisco!”

Ele diz que estão em execução, Sr. Presidente, ou em fase de contratação, projetos de tratamento de esgotos, beneficiando mais de duas dezenas de cidades. Com isso ele quer dizer que se está fazendo uma revitalização da Bacia do Rio São Francisco, tão solicitada e tão pedida.

Mas, se olharmos a execução orçamentária, vamos verificar que na dotação, na rubrica para revitalização de bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade, estão autorizados R\$67 milhões. Sabe quanto foi pago, Senador Mão Santa? Um milhão e oitocentos mil reais. Até agora – e estamos quase que no final do mês de setembro – foram executados 2,6%, para o Brasil inteiro.



Imagina se está havendo algum tipo de regularização, ou de revitalização para a Bacia do Rio São Francisco?

O investimento por função, na área de saneamento, por exemplo, estão autorizados R\$129 milhões. Sabe quanto foi pago? Zero! Zero pago até agora. Em gestão ambiental, autorizados R\$1,4 bilhão, foram pagos R\$51 milhões – 3,7%.

Então, esse é um Governo falacioso, que sequer cumpre a lei orçamentária do País; não executa essa lei e fica o Sr. Ministro da Integração sem fazer absolutamente nada pelo Nordeste, pelo Norte, pelo Centro-Oeste, a querer viabilizar um projeto que é mais um duto igual ‘valerioduto’ para financiar campanhas eleitorais.

Sei que o meu tempo está se esgotando, Sr. Presidente.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> ainda tem dois minutos e, se precisar, terá mais dois.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Pois não. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

E ele diz que esse é um projeto e um empreendimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Pois eu diria, Sr. Presidente, que é exatamente um empreendimento economicamente inviável e que há soluções outras bem mais baratas e que poderiam trazer resultados bem melhores, como a perenização dos rios do Nordeste, a busca de água de subsolo, a conclusão dos projetos de irrigação que estão paralisados, sem dotação nenhuma, como é o caso do Projeto Salitre, em Juazeiro, na Bahia; o Projeto Baixio, na região de Irecê; e outros projetos nos Estados de Pernambuco e Minas Gerais, paralisados por falta de recursos.

Diz também que é socialmente justo. Como socialmente justo se ele só quer atender a uma pequena parcela da população do Nordeste? E o restante do Nordeste? E o semi-árido? O Nordeste tem 900 mil km<sup>2</sup> que estão inclusos no semi-árido; desses, 360 mil estão no Estado da Bahia. E a Bahia não será contemplada. Não há deficiência hídrica do Estado da Bahia, assim pensa o Ministro Ciro Gomes, que não inova sequer as idéias, porque esse projeto era um projeto do Governo Fernando Henrique.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – O nobre Senador permite-me um aparte?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Permito, com muita satisfação, até porque V. Ex<sup>a</sup>, sei, por ser do Estado da Paraíba, tem interesses, como defensor do povo do seu Estado, e considera esse um projeto importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Ney Suassuna, pediria urgência.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Do Brasil em geral, tanto é que serei solidário a V. Ex<sup>a</sup> em relação as suas pretensões na irrigação de toda essa área do semi-árido baiano, que é a maior do Nordeste, é a maior do Brasil. Acreditamos e entendemos que, em relação ao rio São Francisco, que é uma dívida de Deus para o Brasil, V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de reivindicar, não apenas a revitalização, como também a irrigação de toda a área do semi-árido da Bahia. Para isso, V. Ex<sup>a</sup> foi eleito representante. Mas a água que estamos querendo tirar já passou pela Bahia, e vamos pegá-la lá embaixo, depois que já passou, não atrapalha em nada a Bahia, por isso, talvez o Governador tenha sido até muito solidário com o Ministro, e até agradecemos em vários atos na Paraíba essa compreensão. Mas entendemos que a revolta de V. Ex<sup>a</sup> é grande, porque a Bahia tem milhares de quilômetros de costa, de margem do rio, que poderiam estar muito mais irrigados, se o Governo tivesse tido a coerência que V. Ex<sup>a</sup> está pedindo. Minha solidariedade com V. Ex<sup>a</sup> em relação à irrigação de todo o semi-árido baiano e faço apenas o registro de que a água que estamos querendo tirar, 2% do rio, já passou pela Bahia.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador Ney Suassuna, mas eu queria lhe dizer que, em primeiro lugar, o Governador Paulo Souto é totalmente contrário a esse projeto, e, em segundo lugar, não somos contra a transposição com as bacias do nordeste setentrional; no entanto, veja bem, Senador Ney Suassuna, os recursos são escassos e, nesse projeto, eles estarão pessimamente aplicados. O que defendemos é que, se forem aplicar R\$4,5 bilhões no Nordeste, que se apliquem nos projetos que estão paralisados para a sua imediata conclusão, em obras mais simples e que darão melhores resultados do que essa transposição.

Se a água já passou pela Bahia, e efetivamente não passou, porque a captação é em Sobradinho e, após Sobradinho...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Só para encerrar, Sr. Presidente. Após Sobradinho, tem a divisaão Bahia/Pernambuco.

Aí nós poderíamos dizer que os recursos, esses não passaram pela Bahia. Não passaram, não, senhor. Os recursos não estão lá para servirem nem à Bahia, nem a Pernambuco, nem a Alagoas, nem a Sergipe; esses recursos são porque o Governo tem interesse em fazer o novo duto de financiamento de campanha,



como fez em 2002 com o Sr. Marcos Valério. É essa a verdade que nunca será confessada e eu não tenho nenhuma esperança de que o Governo confesse isso, mas quer exatamente ter de onde retirar recursos para o financiamento da próxima campanha eleitoral.

Essa é a grande verdade e por isso que nós somos contra: o Governador Paulo Souto, eu pessoalmente com os Senadores da Bahia, a maioria dos Senadores do Nordeste do Brasil, e nós vamos continuar e esse projeto não vai adiante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição, que passo a ler.

É lida a seguinte:

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2005**

#### **Altera o art. 68 da Constituição Federal para permitir a edição de lei delegada por Tribunal.**

Às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 68 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, pelo Supremo Tribunal Federal ou pelos Tribunais Superiores, que deverão solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

§ 1º Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada a lei complementar nem a legislação sobre:

I – organização de outro Poder e do Ministério Público, a carreira e a garantia dos membros deste ou do Poder Judiciário;

II – nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;

III – planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º A delegação terá a forma de resolução do Congresso Nacional, votada em sessão conjunta e aprovada pelas majorias simples da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e especificará o seu conteúdo e os termos do seu exercício.

§ 3º A delegação aos Tribunais é restrita à legislação relativa ao Direito Processual, ao Direito Penal, ao Direito Eleitoral e Partidário, ao Direito Civil e ao Direito do Trabalho.

§ 4º A resolução determinará a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, que a fará em votação única e sessão conjunta, no prazo de trinta dias a contar do seu recebimento, vedadas quaisquer emendas de mérito.

§ 5º Esgotado o prazo estabelecido no § 4º sem deliberação, o projeto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entre em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

Durante os trabalhos relativos à reforma do Poder Judiciário (Emenda à Constituição nº 45), o Congresso Nacional foi colocado em contato, novamente, com as principais razões que geram a reconhecida morosidade da atuação do Poder Judiciário.

A algumas, os termos da Emenda 45 deram respostas, como a súmula vinculante e a repercussão geral em recurso extraordinário. Outras providências, como a súmula impeditiva de recursos, o Senado atribuiu ao Superior Tribunal de Justiça e a o Tribunal Superior do Trabalho, mas, como se consubstanciaram em alterações de mérito sobre o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, retomaram àquela Casa para novas deliberações.

Há, contudo, um ponto central, insistentemente lembrado pelos Presidentes e membros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, que refoge à aptidão natural das Emendas à Constituição: a urgente e inadiável reforma da legislação brasileira, notadamente a processual, provavelmente a causa maior da lentidão da prestação jurisdicional.

Há pelo menos uma década, a defasagem da legislação processual brasileira, principalmente a civil, vem sendo insistentemente apontada como a principal causa do entrave na tramitação e solução dos processos em prazos civilizados. A existência de miríades de recursos e manobras protelatórias, a possibilidade de recursos cumulativos (como embargos de declaração a embargos de declaração!), a definitiva superação de certas imposições processuais (como o processo de execução por quantia certa e a ritualística dos embargos do devedor), a multiplicação das possibilidades de agravos de instrumentos e regimentais, o excessivo formalismo, a perda de importância das decisões de primeiro grau, entre outras, estão entre as chagas mais claras a revelar a definitiva superação dos nossos modelos processuais.

Urge a reforma dessa legislação. Sem ela, qualquer esforço em busca de efetividade na atuação do Judiciário será inócuo. Como exemplo, a própria súmula vinculante, celebrada como uma revolução, ficará comprometida, pois para o STF sumular a matéria constitucional com efeito vinculante, deverá julgar *reiteradas vezes* processos nos quais tal questão seja ventilada (CF, art. 103-A). Essas reiteradas vezes, com as deficiências processuais de hoje, poderão consumir mais de uma década, esvaziando a própria essência da previsão e jogando por terra essa conquista.

Neste ponto, devem merecer referência as imperfeições do processo legislativo ordinário, como definido hoje, com a sua morosidade e tendo como combustível principal o interesse político. A tramitação do novo Código Civil Brasileiro, que consumiu mais de duas décadas, é exemplo bastante do que aqui se alega.

O Parlamento Nacional precisa olhar para as suas próprias deficiências e, com espírito público e objetivos republicanos, perceber que não está em condições de formular a nova legislação jurídica brasileira, com ênfase para a processual civil, penal e trabalhista, com a celeridade e a perfeição técnica demandadas pelos brasileiros jurisdicionados.

Não se está a alegar a incompetência do Congresso Nacional, mas, sim, a impossibilidade real e evidente de se prestar uma resposta legislativa à altura das necessidades do Judiciário, de forma tempestiva, técnica e completa.

O caráter extremamente técnico das leis processuais; a indiscutível evidência de que ninguém está mais preparado para sugerir-lhes alterações do que os seus operadores diários, os membros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; a demanda por respostas urgentes à morosidade jurisdicional, tudo aponta para a necessidade de se buscar soluções novas, adequadas às demandas de um Brasil moderno, no qual o Poder Público se constitua, finalmente, em um fomentador de soluções, de progresso, de aperfeiçoamento institucional.

Temos para nós que os termos da presente proposição caminham nesse sentido.

Ao se dar aos Tribunais Superiores (Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior

do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral) e ao Supremo Tribunal Federal a competência de requererem ao Congresso Nacional permissão para a elaboração de leis delegadas em matéria jurídica, estaremos aperfeiçoando o processo de produção de leis sobre o Direito neste País e homenageando a qualidade da legislação jurídica.

No aperfeiçoamento da legislação eleitoral e partidária é flagrante a dificuldade para se aprovar qualquer alteração, visto que o Senado Federal aprovou uma série de necessárias medidas modificadoras da legislação eleitoral e partidária entre 1999 e 2001 e, encaminhadas à Câmara dos Deputados, estão até hoje sem apreciação e aprovação.

Por isso, mais uma vez, dentro dos objetivos da presente proposição, resta evidente a isenção do Tribunal Superior Eleitoral para promover as alterações cautelares e de modernização da legislação eleitoral e partidária.


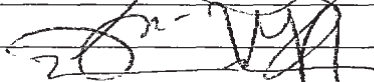
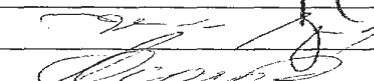
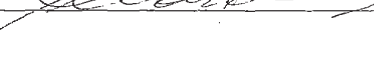

É de se ressaltar que os poderes constitucionais do Congresso Nacional ficam resguardados, dado que a delegação será votada nos Plenários das duas Casas e, ainda, segundo a presente proposição, restará condicionada à aprovação final do texto pelo Parlamento Nacional, em votação única e sessão conjunta. Ademais, a celeridade do rito de aprovação congressional do projeto de lei delegada está plenamente assegurada. A proposta, nesse sentido, estabelece o sobrestamento das demais deliberações, caso o Parlamento não tenha se manifestado definitivamente sobre o assunto no prazo máximo de 30 dias.

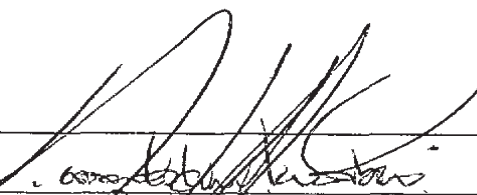

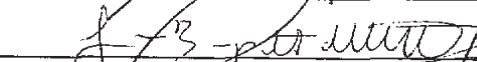



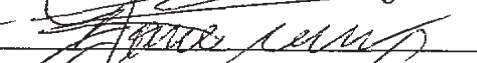

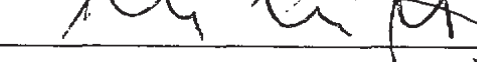
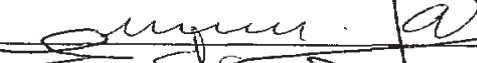


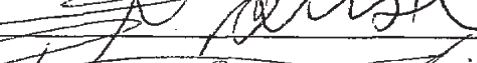




A República Federativa do Brasil precisa ser redefinida em muitas áreas, em muitas instituições, em muitas concepções. Dessas áreas, releva o aperfeiçoamento da ação do Judiciário, Poder central deste País, e de cuja eficiência ou deficiências se desenha o maior ou menor respeito às leis e ao Direito.

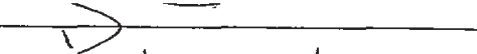
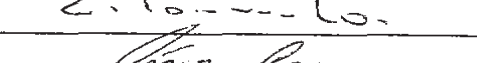
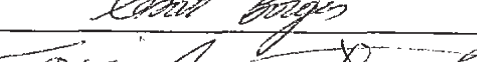
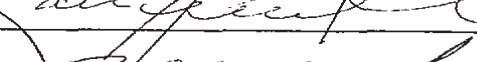

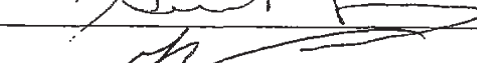


Cremos que o Congresso Nacional perceberá os méritos da solução que ora propomos e, homenageando as melhores tradições do nosso Parlamento, decidirá com a urgência necessária e a contundência requerida em face dos novos desafios que a realidade nos impõe.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.

– Senador **Jorge Bornhausen**.

	Assinatura	Nome
01		JOSÉ AQUIRINO
02		JOSÉ JORGE
03		Mano Amaro
04		EDUARDO AZEREDO
05		EDUARDO AMORIM

06		FLÁVIO ROBERTO LEÃO-RS
07		ARTHUR VINÍCIUS
08		JOÃO BAPTISTA MOTTA
09		ROMERO JUREK
10		AMÉRICO
11		DEMÓSTENES TORRES
12		ROMEU TUMA
13		OMAR DIAS
14		FLÁVIO ARNS
15		MARIA DO CARMO
16		EDUARDO S. AYRES
17		TASSO JEREISSATI
18		LEODEL PAVAN
19		DANIEL TEBET
20		CÁSSIO
21		HERÁCLITO
22		NEY FAGUNDES

23		RODOLFO BERTO
24		CÉSAR BORGES
25		GAKIBALDIA FILHO
26		MARCO FEIJURY
27		ANÍBAL
28		WELLINGTON MACIEL
29		EDISON LOBATO
30		MARCELO MACIEL

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....  
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....  
Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

.....  
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45,  
DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004

**Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.**

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 350, IV e seguintes do Regimento Interno.



A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.053, DE 2005**

**Inclusão em Ordem do Dia de proposição em condições de nela figurar.**

Nos termos do art. 167 do Regimento Interno, requero a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências, visto e já instruído devidamente com o parecer da CCJ.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.

– **Ramez Tebet.**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Ramez Tebet, a Presidência defere a solicitação. O Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.054, DE 2005**

Requeiro, nos termos do artigo 256, inciso I do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.

– **Lucia Vânia.**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256 § 2º inciso II alínea b do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002**, de autoria do Senador Ricardo Santos, que *acrescenta parágrafo ao art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002**, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que *altera*

*o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências”*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002**, de autoria do Senador Waldeck Ornélas, que *dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003**, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *modifica o art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003**, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que *altera o art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos – que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003**, de autoria do Senador Magno Malta, que *altera o inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005**, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura, os **Projetos de Lei nºs 212, 251, de 2002; 76, 101 e 401, de 2003; e 255, de 2005**; aprovados, vão à Câmara dos Deputados, e o de **nº 168, de 2002**, rejeitado, vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. SGM/P nº 1.824/05

Brasília, 21 de setembro de 2005

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração de Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor



João Augusto Ribeiro Nardes, nome parlamentar Augusto Nardes (PPB/PP), em 20 de setembro de 2005, nos termos do artigo 239, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicada no **Suplemento do Diário da Câmara dos Deputados** nº 163, de 21 de setembro de 2005, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of. SGM/P nº 1.833/05

Brasília, 22 de setembro de 2005

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Severino José Cavalcanti Ferreira, nome parlamentar Severino Cavalcanti (PP/PE), em 21 de setembro de 2005, nos termos do artigo 239, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicada no **Suplemento do Diário da Câmara dos Deputados** nº 164, de 22 de setembro de 2005, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – **José Thomaz Nonô**, Presidente da Câmara dos Deputados em exercício.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## AVISOS

### DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Aviso nº 37, de 2005-CN (nº 1.329-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.341, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins na BR-222/PA – Construção do trecho D. Eliseu-Entr. BR-158/PA. – Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5710.0008 – (TC nº 7.194/2005-5).

– Aviso nº 38, de 2005-CN (nº 1.412-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.438, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada em diversas obras rodoviárias federais BR-010, BR-153, BR-230, BR-235

e BR-242, no Estado do Tocantins – (TC nº 006.653/2000-4)

– Aviso nº 39, de 2005-CN (nº 1.413-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.434, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria, com vistas a verificar empreendimento de modernização da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes, no Estado de Minas Gerais – Programa de Trabalho nº 25.752.0296.3302.0031 – (TC nº 008.908/2005-5).

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os expedientes lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 100/05

Brasília, 21 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Almeida Lima pelo Senador João Batista Mota, como membro titular na Comissão de Constituição e Justiça, na vaga destinada o Bloco Parlamentar da Minoria.

Cordialmente, – **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº P 304/2005 – CMO

Brasília, 21 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar alteração dos prazos constantes do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 41/2005-CN, que “Altera a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007”, conforme proposta anexa.

O pleito em questão é decorrente da decisão do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão que, na reunião realizada nesta data, foi consensual em afirmar a necessidade da matéria tramitar com os mesmos prazos

constantes do Projeto de Lei nº 40/2005-CN – Proposta Orçamentária para 2006.

Outrossim, informo que os prazos estabelecidos para a tramitação do referido Projeto de Lei estarão

sujeitos a eventuais alterações dos prazos de tramitação da Proposta Orçamentária para 2006.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração.  
– **Gilberto Mestrinho**, Presidente.



**CONGRESSO NACIONAL**

*Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

# **ALTERADO**

## **REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2004/2007**

**PROJETO DE LEI Nº 41/2005-CN  
MENSAGEM Nº 00105/2005-CN  
(Nº 00561/2005, NA ORIGEM)**

**Presidente: Senador GILBERTO MESTRINHO (PMDB/AM)**  
**Relator:**

21 de setembro de 2005

- |  |                        |
|--|------------------------|
| 1. Leitura em Sessão do Senado Federal .....                                       | 01/09/05               |
| 2. Publicação e distribuição de avulsos .....                                      | até 06/09/05           |
| 3. Realização de audiências públicas .....   | até 20/09/05           |
| 4. Apresentação de emendas perante a Comissão.....                                 | de 05/10/05 a 19/10/05 |
| 6. Publicação e distribuição dos avulsos das emendas .....                         | até 24/10/05           |
| 7. Apresentação, publicação, distribuição e votação do<br>parecer na Comissão..... | até 07/11/05           |
| 8. Encaminhamento do parecer final à Mesa do CN .....                              | até 14/11/05           |

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.  
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 843/2005

Brasília, 21 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Fernando Gonçalves (PTB – RJ), na qualidade de Titular, para compor a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência indica o Sr. Deputado Fernando Gonçalves, como titular, para integrar a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. PSDB Nº 957/2005

Brasília, 22 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Léo Alcântara para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, como membro suplente.

Respeitosamente, – **Alberto Goldman**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência indica o Sr. Deputado Léo Alcântara, como suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2005**

**Dá nova redação ao artigo 28 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, para permitir a conversão de tempo de trabalho exercido sob condições prejudiciais à saúde ou a integridade física mesmo após 28 de maio de 1998.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 28 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. O Poder Executivo estabelecerá critérios para conversão do tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam prejudiciais à saúde ou a integridade física, nos termos dos artigos 57 e 58 da Lei nº 8.213 de 1991, na redação dada pelas Leis nº 9.032, de 28 de abril de 1995, e 9.528, de 10 de dezembro de 1997, e de seu regulamento, em tempo de trabalho exercido em atividade comum, desde que o segurado tenha implementado percentual do tempo necessário para a obtenção de respectiva aposentadoria especial, conforme estabelecido no regulamento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A presente iniciativa objetiva corrigir grave restrição imposta aos trabalhadores que executam suas atividades em condições ofensivas à saúde e/ou à integridade física tendo em vista que, da forma como a legislação em vigor estabelece (art. 28 da Lei nº 9.711/98), o período de trabalho exercido nestas condições apenas pode ser convertido de especial para comum, para fins de aposentadoria, até 28-5-98.

Historicamente, a aposentadoria especial é benefício previdenciário concedido como uma forma de compensação ao trabalhador que desempenha atividades com sujeição a agentes nocivos à saúde e ou integridade física, tornando-o merecedor de uma contagem diferenciada do tempo de serviço para fins de aposentadoria. O benefício encerra em si uma ficção de tempo de serviço, ou seja, para determinado período de trabalho, é acrescentado um período adicional, com vistas a antecipar o tempo de serviço exigido para aposentadoria.

O fundamento legal para deste benefício tem sede constitucional:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

(...)

1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime

geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

Normatizando o benefício no plano infraconstitucional, adveio a Lei nº 8.213/91, dispondo que:

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

Conquanto direito amparado constitucional e infraconstitucionalmente, a Lei nº 9.711/98, de forma incompreensível, restringiu-lhe os efeitos, ao dispor em seu artigo 28 que:

Art. 28. O Poder Executivo estabelecerá critérios para conversão do tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam prejudiciais à saúde ou a integridade física, nos termos dos artigos 57 e 58 da Lei nº 8.213 de 1991, na redação dada pelas Leis nº 9.032, de 28 de abril de 1995, e 9.528, de 10 de dezembro de 1997, e de seu regulamento, em tempo de trabalho exercido em atividade comum, desde que o segurado tenha implementado percentual do tempo necessário para a obtenção de respectiva aposentadoria especial, conforme estabelecido no regulamento.

Da forma como posta a redação do artigo 28 da Lei nº 9.711/98, este benefício tende a extinção no futuro, sobretudo para os segurados que ingressarem no Regime Geral da Previdência Social a partir de 28-05-98. Esta extinção viola o espírito da Constituição Federal de 1988.

Ao mesmo tempo, para os segurados que ingressaram no regime anteriormente a esta data, não há lógica em restringir a consequência (contagem diferida de tempo de serviço) quando a coisa permanece presente (trabalho em condições ofensivas à saúde e/ou a integridade física).

Com vistas a corrigir esta distorção, o Poder Executivo editou o Decreto 4.827, de 3 de setembro de 2003, que ao conferir nova redação ao artigo 70 do Decreto nº 3.048/99, assim dispôs:

Art. 1º O art. 70 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048,

de 6 de maio de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70. A conversão de tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum dar-se-á de acordo com a seguinte tabela:

TEMPO A CONVERTER	MULTIPLICADORES	
	MULHER (PARA 30)	HOMEM (PARA 35)
DE 15 ANOS	2,00	2,33
DE 20 ANOS	1,50	1,75
DE 25 ANOS	1,20	1,40

§ 1º A caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais obedecerá ao disposto na legislação em vigor na época da prestação do serviço.

§ 2º As regras de conversão de tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum constantes deste artigo aplicam-se ao trabalho prestado em qualquer período.” (NR)

O Decreto em questão foi editado pelo Poder Executivo sob a gestão de Ricardo Berzoini, então Ministro de Estado da Previdência Social. Na ocasião, o Ministro manifestou ser possível a conversão dos anos trabalhados, a qualquer tempo desde que provado o labor nas condições estabelecidas pela legislação:

“Companheiros e Companheiras:

Tenho e satisfação de informar que o Presidente Luis Inácio Lula da Silva e este Ministro assinamos ontem, 3-9-2003 (**Diário Oficial** da União de Hoje, 4-9-2003), o Decreto nº 4.827, mantendo a possibilidade de conversão do tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum, para fins de aposentadoria por tempo de contribuição, exercido em qualquer época, segundo a legislação vigente no momento, da prestação do serviço.

O Governo, com esse posicionamento, reafirma seu compromisso social, beneficiando trabalhadores que, de fato, submeteram-se e submetem-se a condições que lhes são prejudiciais à saúde ou à integridade física.”

(transcrição de texto recebido da Assessoria de Comunicação Social do MPS, disponível no site [http://www.anamt.org.br/decreto\\_novo.html](http://www.anamt.org.br/decreto_novo.html))



Para evidenciar que a aposentadoria especial, plasmada pelo instituto da conversão do tempo de trabalho exercido em condições ofensivas à saúde e/ou à integridade física, é benefício inarredável em nosso ordenamento jurídico, é importante destacar a Lei nº 9,732/98, que instituiu contribuição previdenciária específica em face do labor em atividade especial, além da contribuição normal sobre a remuneração. A edição desta lei, a toda evidência, não evidencia outra coisa senão a possibilidade da conversão do tempo de serviço prestado em condições especiais, para fins de concessão de aposentadoria, do contrário, não haveria cabimento a criação de contribuição neste sentido.

Deste modo, tendo em vista a que legislação atualmente em vigor, ao não permitir a conversão da atividade especial em comum após 28 de maio de 1998, para fins de aposentadoria, viola a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 201 da Constituição Federal de 1988, bem como artigo 57 da Lei nº 8.213/91, Lei nº 9.732/98 e Decreto nº 4.827/2003, além das normatizações administrativas do INSS que admitirem a possibilidade de conversão do tempo de serviço em atividade especial para comum, também após 28 de maio, a alteração proposta pelo presente Projeto de Lei manifesta-se como instrumento para salvaguardar importante direito dos trabalhadores que, na promoção do desenvolvimento de nosso país, sacrificam sua saúde e/ou integridade física.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.  
– Senador **Flávio Arns**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.711, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998

.....  
Art. 28. O Poder Executivo estabelecerá critérios para a conversão do tempo de trabalho exercido até 28 de maio de 1998, sob condições especiais que sejam prejudiciais à saúde ou à integridade física, nos termos dos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 1991, na redação dada pelas Leis nºs 9.032, de 28 de abril de 1995, e 9.528, de 10 de dezembro de 1997, e de seu regulamento, em tempo de trabalho exercido em atividade comum, desde que o segurado tenha implementado percentual do tempo necessário para a obtenção da respectiva aposentadoria especial, conforme estabelecido em regulamento.  
.....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2005

**Dispõe sobre a descentralização dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outro integrante.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, é acrescido do seguinte parágrafo:

§ 9º No cálculo da renda familiar mensal **per capita** a que se refere o § 3º não será computado o valor do benefício já concedido, nos termos do **caput** a qualquer outro membro da família.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O artigo 1º, inciso III da Constituição Federal consagra como princípio universal à dignidade da pessoa humana, que deve ser salvaguardado pelo Estado.

Ainda, decorre do comando constitucional insculpido pelo art. 6º da Carta Magna a proteção aos desamparados.

Não esgotando aí a proteção constitucional aos menos validos, no Capítulo que trata da Seguridade Social, a Carta Magna assegurou em seu artigo 203, V, que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

(...)

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Disciplinando o assunto, adveio a Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, que estabeleceu em seu artigo 20 a garantia do benefício de prestação continuada no valor de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso (atualmente com 65 anos), que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

Para tanto, o parágrafo 3º do artigo em referência considerou como incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa, a família



cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

A inclusão do parágrafo 9º ao artigo 20 da Lei nº 8.742/93, objetiva corrigir grave distorção que assola considerável parcela da sociedade, no caso, as famílias carentes constituídas por mais de um membro destinatário do direito ao benefício assistencial, correção esta que, aliás, já vem ocorrendo por meio de decisões judiciais.

Neste contexto, é importante delimitar o conceito de renda, que pode ser encontrado em nosso ordenamento jurídico como sendo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos (artigo 43, inciso I, do Código Tributário Nacional).

Quando um portador de deficiência ou um idoso passa a receber o benefício de prestação continuada definido pela LOAS, é muito importante registrar que este benefício assistencial não depende de recolhimento à Seguridade Social, ou mesmo do exercício de atividade laborativa. Em outras palavras, este benefício não decorre do capital ou do trabalho empregado, e portanto, não se trata de renda, tal como definida por nosso sistema legal.

A conclusão que se extrai é que benefício assistencial não é renda e como tal, não pode ser computada no cálculo da renda familiar **per capita**, para fins de concessão do benefício de prestação continuada para outro membro da família.

E esta conclusão é tão verdadeira, que foi recentemente consagrada na Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003, que dispôs sobre o Estatuto do Idoso, quando consigna no § único do art. 34 que “O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do **caput** não será computado para os fins do cálculo da renda familiar **per capita** a que se refere a Loas.”

Portanto, se a Constituição Federal iguala a garantia do benefício a idosos e portadores de deficiência, a disposição contida no parágrafo único do artigo 34 do Estatuto do Idoso deve igualmente ser contemplada aos portadores de deficiência, sob pena de violação ao Princípio Constitucional da Isonomia.

O Projeto de Lei ora apresentado beneficia não apenas a pessoa portadora de deficiência, como o idoso, que terá seu direito resguardado não apenas em seu Estatuto, mas também na Lei nº 8.742/93, salvaguardando, ao mesmo tempo, a continuidade da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS como guardiã da assistência social enquanto direito social integrante da Seguridade Social do País, atendendo, *última ratio*, o espírito da Constituição Federal de 1988.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.  
– Senador **Flávio Arns**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

- § 1º .....
- § 2º .....
- § 3º .....
- § 4º .....
- § 5º .....
- § 6º .....
- § 7º .....
- § 8º .....

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, DE 2005**

**Dispõe sobre a desconsideração dos gastos com saúde, alimentação, educação, moradia e demais necessidades vitais básicas, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício assistencial.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, é acrescido do seguinte parágrafo:

§ 9º No cálculo da renda familiar mensal **per capita** que se refere o § 3º não serão computados os gastos decorrentes do atendimento das necessidades vitais básicas dos membros do grupo familiar, tais como saúde, educação, alimentação e moradia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A Constituição Federal consagra no art. 1º, III, como princípio universal à dignidade da pessoa humana, que deve ser salvaguardado pelo Estado.

Ainda, decorre do comando constitucional insculpido pelo art. 6º da Carta Magna a proteção aos desamparados.

Não esgotando aí a proteção constitucional, no Capítulo que trata da Seguridade Social, a Carta Magna assegurou em seu artigo 203, V, que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

(...)

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei;

Normatizando o assunto, adveio a Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, disciplinada em seu artigo 20 a garantia do benefício de prestação continuada no valor de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso (atualmente com 65 anos), que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

Sob o ponto de vista do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, para cômputo desta renda considera-se o valor bruto recebido, não sendo levado em consideração sequer o valor descontado referente aos encargos sociais.

A justificativa do presente Projeto de Lei leva em consideração dois fatores fundamentais: a necessidade de se interpretar o ordenamento jurídico de forma a impedir entendimentos díspares; e a importância de se garantir os direitos de sobrevivência do ser humano.

Quanto ao primeiro aspecto, o nosso sistema legal, quando conceitua renda, remete à idéia de acréscimo patrimonial. Assim, segundo o Código Tributário Nacional – CTN, somente ocorre renda quando ocorre este acréscimo. Neste sentido, Hugo de Brito Machado dispõe em sua obra “Curso de Direito Tributário”, Malheiros, 18ª edição, 2000, p. 249/250:

“Como acréscimo se há de entender o que foi auferido, menos parcelas que a lei expressa ou tacitamente admite sejam diminuídas na determinação desse acréscimo.”

No caso, tomando, por exemplo, a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física, encontramos hipóteses de dedução para fins de apuração da base de cálculo, tais como: despesas com educação (inclusive as despesas com instrução de portador de deficiência física ou mental); despesas médicas ou de hospitalização (provenientes de exames laboratoriais, serviços radiológicos; aparelhos e próteses ortopédicas) destinados ao tratamento físico ou mental; dentistas; psicólogos; fisioterapeutas; terapeutas ocupacionais; fonoaudiólogos; todas relacionadas ao contribuinte e

seus dependentes, relacionados na Declaração de Ajuste Anual do Imposto.

Portanto, se para a apuração do Imposto de Renda são retiradas da base de cálculo estas despesas, obtendo-se uma renda diminuída, semelhante procedimento deve ocorrer para cálculo da renda familiar **per capita** apurada para concessão do benefício assistencial.

No que se refere ao segundo aspecto, dentre as necessidades vitais básicas elencadas no inciso IV do artigo 70 da Constituição Federal, existem aquelas pertencentes ao contexto de sobrevivência do ser humano, as quais são resguardadas a qualquer ser vivo, que são os direitos à vida, à alimentação e ao abrigo.

Quando a Constituição Federal e a LOAS expressam a impossibilidade dos portadores de deficiência ou dos idosos manterem seus sustentos, ou tê-los providos por suas famílias, deve-se compreender esta manutenção não apenas como a alimentação destas pessoas, mas também as demais necessidades, imperiosas para que a inserção social almejada pela regra constitucional seja efetivamente alcançada.

Neste contexto, é sabido que os portadores de deficiência, assim como os idosos, necessitam de cuidados médicos especializados, e estes atendimentos demandam custos com os quais não podem arcar. Esta situação é corriqueira, sobretudo quando consideramos a ausência de fornecimento de medicação gratuita, ou mesmo a precariedade do atendimento junto ao Sistema Único de Saúde.

Assim, não raras vezes, os idosos e portadores de deficiência são obrigados a dispendar gastos com tratamento médico ou com remédios, exames laboratoriais, etc., deixando de empregar seus poucos recursos com alimentação, vestuário, moradia (aluguel, água, luz), educação, higiene, necessidades estas tidas como vitais para a dignidade da pessoa humana e que não são esporádicas, mas de exigência contínua.

O que se pretende através do presente Projeto de lei é que sejam desconsideradas do cômputo as despesas com saúde, educação, alimentação e moradia, porquanto necessidades vitais e cotidianas, mínimas ao alcance da dignidade da pessoa humana.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.  
– Senador **Flávio Arns**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

##### LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

.....  
Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta)

anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

- § 1º .....
- § 2º .....
- § 3º .....
- § 4º .....
- § 5º .....
- § 6º .....
- § 7º .....
- § 8º .....

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko. (Pausa.)

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Exª está pedindo a palavra para falar como Líder?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu a pedi como Líder, para falar em menos de dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senadora Serys Slhessarenko, a preferência é do Senador Ney Suassuna. A seguir, concederei a palavra a V. Exª.

Senador Ney Suassuna, pensei que V. Exª quisesse se pronunciar depois da Ordem do Dia, mas tem a palavra V. Exª.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra para falar agora. Agradeço a V. Exª e à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Quero apenas dar uma informação: estamos pesquisando petróleo na Paraíba. Já foi encontrada uma quantidade razoável de petróleo em Sousa, no interior do Estado. O petróleo já foi, inclusive, cubado. Foi levantado o potencial: é de, no mínimo, 15 mil barris/dia.

Hoje, por incrível que pareça, explodiu outro poço de petróleo naquela cidade. E a alegria do povo de Sousa é muito grande, por se tratar de mais uma área que, espontaneamente, jorra petróleo.

Estamos na iminência de concluir a pesquisa no litoral da Paraíba e de Pernambuco, para que esse bloco seja leiloado no próximo ano, Sr. Presidente. Após o leilão dessa área petrolífera, será possível começar o processo de desenvolvimento e a pesquisa de petróleo na nossa Paraíba e em Pernambuco.

A nossa alegria maior é a de saber que, no contraforte, ou melhor, na mesma rocha que faz a ligação entre a África e o Brasil, do outro lado do oceano, no ano passado, foram descobertas jazidas que correspondiam a 18 bilhões de barris. Estamos muito felizes com isso.

Hoje, o Prefeito Salomão Gadelha nos ligou contando da alegria do povo de Sousa ao ver que o petróleo, sem ser retirado por torre ou por equipamentos, jorra espontaneamente nessa cidade, que é chamada “cidade sorriso”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Quer dizer que, hoje, Senador Ney Suassuna, há banho de ouro negro!

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – De petróleo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – De petróleo.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Se Deus quiser, Sr. Presidente! E tenho a certeza de que, quando o petróleo estiver jorrando em Sousa e na costa da Paraíba, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte farão parte, com toda certeza, da Opep, para o nosso gáudio.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, como segunda oradora inscrita, por dez minutos.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, referindo-me às boas notícias do Líder Ney Suassuna, desejo que bons ventos as tragam! Quanto mais, melhor! Realmente, jorrar petróleo, neste País, é uma realidade – que o diga o depoimento do Senador.

Imagine, Senador Ney Suassuna, o petróleo aparecendo cada vez mais, o consumo do *biodiesel* avançando no País. A proposta do álcool já foi sugerida. Basta que se queiram estimular tais programas! Os nossos problemas em relação à energia e ao transporte estão resolvidos. Basta que se organize tudo isso!

O meu Estado de Mato Grosso está, realmente, dando um salto em relação ao *biodiesel* – inclusive, o produto está sendo produzido de babaçu, de matéria nativa. Nem é preciso produzir matéria para a fabricação do *biodiesel*.

É muito importante um País promissor, que tenha terras férteis, um subsolo muito rico e um povo trabalhador.

Antes de iniciar a minha fala, cujo tema é extremamente importante – discursarei sobre pró-equidade de gênero –, eu queria deixar, desta tribuna, a minha solidariedade ao Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ, por ser mais uma vítima da revista **Veja**. Há poucos dias, passou pelo mesmo problema a Senadora Ana Júlia Carepa, de cuja lisura e postura temos certeza, assim como o temos em relação ao Ministro do STJ. Deixo registrada a minha solidariedade ao Ministro Edson Vidigal.

Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de falar hoje sobre um excelente programa de governo que está sendo implementado sob a regência da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Batizado de Programa Pró-Equidade de Gênero, ele consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho. É um programa de governo, e eu diria que é um dos principais programas de ações concretas para a conquista da equidade entre homens e mulheres.

Hoje, pela manhã, participei do lançamento desse Programa, e lá estava o Dr. João Carlos Zoghbi, Diretor de Recursos Humanos do Senado, que se fez representar também por intermédio de inúmeras entidades, que observavam e aprendiam mesmo como se constrói a equidade de gênero.

Esse é um dos programas mais importantes, mais concretos, para a mudança real de mentalidade. Esse Programa consiste em desenvolver, como eu já disse, novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho.

Em todos os países do mundo, Sr. Presidente, mesmo nas sociedades industrializadas, existem claras diferenças entre as possibilidades de acesso das mulheres e dos homens aos recursos produtivos, ao poder, às oportunidades e à participação na política. Não existe, ainda, país algum que tenha eliminado as desigualdades de gênero em todos os campos das suas atividades.

O Programa é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens, inscrita na Constituição Federal de 1988. O Programa conta também com a parceria da Unifem e da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

O selo pró-equidade visa a promover a cidadania e a difundir práticas exemplares entre as empresas. É também um instrumento de progresso que evidenciará o compromisso da empresa com a equidade de gênero. A adesão ao Programa não gerará obrigações e permitirá a implementação de medidas de igualdade, articuladas estrategicamente, que promoverão um ambiente de trabalho motivador, favorecendo a gestão empresarial.

Os objetivos do Programa traduzem-se em contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, na remuneração, na ascensão e na permanência no emprego. Também, como objetivo, visamos a conscientizar e a sensibilizar empregadores a estimular práticas de gerência que promovam a igualdade entre homens e mulheres dentro das empresas, criando a rede pró-equidade de gênero.

Gostaríamos também de poder reconhecer publicamente o compromisso das empresas com a equidade de gênero no mundo do trabalho, resultando num banco de “boas práticas” de gestão que promova a igualdade de gênero. O Programa está voltado inicialmente para empresas públicas, mas, em breve, será aberto às empresas e às instituições do setor privado.

Perguntamo-nos: “O que a empresa ganha com isso?” “Por que uma estatal deveria participar?” “Qual o resultado prático dessas ações?”

Em primeiro lugar, o selo pró-equidade é um atributo de destaque e distinção da empresa como entidade comprometida com a igualdade de gênero no mundo do trabalho. Em segundo lugar, a empresa poderá usar o selo pró-equidade nos seus documentos e expedientes internos e externos, e em campanhas e peças de promoção institucional. Por último, e não menos importante, a adoção de práticas de equidade de gênero e forma sistemática como um instrumento de gestão contribui para o alcance de bons resultados empresariais, da mesma forma que a adesão ao programa possibilitará a participação em uma rede de empresas, visando ao intercâmbio de informações e experiências no âmbito do Programa Pró-Equidade.

A empresa ou instituição receberá assessoramento técnico da Secretaria de Política para as Mulheres, por meio do Comitê Pró-Equidade de Gênero, no desenho e implementação das ações e projetos das empresas e terá a possibilidade de participar das ações de capacitação oferecidas pela Secretaria de Política para as Mulheres na Escola Nacional de Administração Pública.

É importante ressaltar que a adesão é voluntária e que a Secretaria Especial de Política para as Mulheres participa de todas as etapas de implementação e do programa.



As empresas e/ou instituições terão um prazo inicial do dia 22 de setembro, hoje, até 04 de novembro de 2005 para aderir ao programa, fazendo a inscrição na própria Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

Ao final de cada ano, a partir da data de assinatura do termo de compromisso, a empresa ou instituição será avaliada pelo Comitê Pró-Equidade de Gênero quanto ao cumprimento do plano de ação e os critérios e metodologias de ação serão apresentados no momento da pactuação dos compromissos entre as partes.

Como resultado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as empresas que cumprirem o acordado receberão o selo pró-equidade de gênero relativo ao período de referência. A Secretaria de Política para as Mulheres, Unifem e OIT divulgarão nacional e internacionalmente a relação das empresas que obtiverem o selo, por meio eletrônico e por mídia espontânea.

O Comitê Pró-Equidade de Gênero será composto por especialistas e representantes de instituições governamentais, organismos internacionais, organizações não-governamentais e sociedade civil. É vedada, ainda, a participação no comitê de representantes de empresas estatais.

Teremos com esse programa as seguintes etapas:

- 1) adesão;
- 2) assinatura do compromisso;
- 3) avaliação;
- 4) obtenção do selo de equidade.

E, como resultado final, serão empresas mais justas, mais participativas e com uma responsabilidade social voltada para a questão de gênero.

Esse projeto, que é pioneiro no Brasil e nos moldes internacionais, promove a justiça na questão de gênero e coloca o Brasil numa posição privilegiada em relação a dezenas de outros países no mundo.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Assim que esgotar o seu tempo, eu os concederei.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada. Não tenho dúvida, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Presidente, que o envolvimento e a satisfação das funcionárias interessadas, assim como dos dirigentes das empresas, serão o grande diferencial dessa área, que merece uma atenção especial dos Governos e dirigentes.

Não estaríamos aqui promovendo esse programa se não tivéssemos certeza absoluta das injustiças e

discriminações que ocorrem em relação às mulheres nas suas diversas atividades profissionais.

Parabenizo a equipe da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, assim como todas as empresas e pessoas envolvidas na concepção e elaboração desse programa. Ressalto, ainda, que a ética é indispensável a qualquer profissional, devendo as empresas e instituições trabalhá-la em todas as suas atividades. Queremos que haja mais possibilidades ao reconhecerem e valorizarem as profissionais do sexo feminino.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, existem selos de qualidade para os mais variados aspectos de uma empresa. Nós esperamos, num primeiro momento, que empresas públicas, e posteriormente também as empresas privadas, realmente dediquem um grande esforço no sentido da conquista do selo de equidade de gênero. Ou seja, nós, mulheres, que há pouco tempo – um século é pouco tempo – não tínhamos o direito à instrução e ao trabalho fora de casa, hoje estamos em busca, realmente, de conquistar um espaço da mais alta relevância e de prestar serviço da melhor qualidade em cada empresa – por enquanto, pública mas, de imediato, nas empresas privadas também –, mostrando que a mulher tem igualdade de condições com os companheiros homens de prestar serviço da melhor qualidade.

Mais uma vez, eu diria à Ministra da Secretaria Especial de Mulher do nosso Governo, Nilcéia Freire, que não tenho nenhuma dúvida de que esse é um programa exemplar nacional e internacionalmente.

Que bela idéia, Ministra, essa do selo de equidade para a questão de gênero. Talvez, num primeiro momento, não consigamos avaliar e valorizar o tamanho dessa ação, mas com certeza nós, mulheres brasileiras, estamos mostrando-a ao mundo, por meio da iniciativa da Secretaria Especial para Mulheres do nosso Governo.

Parabéns, Ministra Nilcéia Freire, por ter iniciado esse movimento juntamente com todas as organizações de mulheres do nosso País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há pouco falava o Senador César Borges e não o aparteei porque, no fundo, esta será a continuação do seu discurso em alguns outros aspectos.



Quero reafirmar que tenho a mesma posição de V. Ex<sup>a</sup> em relação à transposição – hoje, integração – do rio São Francisco. Mudamos também de nome. Gostei muito da observação que V. Ex<sup>a</sup> fez, pois se trata do mesmo eufemismo existente para caixa 2 e recursos não contabilizados. Quero apoiá-lo inteiramente nessa posição.

V. Ex<sup>a</sup> abordou outro aspecto que considero muito importante, que é a redução, neste mês, do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. Essa redução foi da ordem de 50% daquilo que havia sido informado no início do mês. Hoje é dia 22, então, foram 50% daquela programação fornecida no início do mês.

A alegação dada pelo Governo é de que há uma compensação qualquer em termos de restituição de Imposto de Renda para ser feita e que foi sustada uma ordem, que já havia sido dada ao Banco do Brasil, para que efetuasse os pagamentos aos Estados e aos Municípios.

Portanto, a primeira grande pergunta que fica é: como é que os Municípios, já nessa situação de extrema necessidade em que está a maioria deles, podem suportar essas diferenças? Nesse caso, a incompetência é da informação, quer dizer, eles já têm que trabalhar com poucos recursos e vão ter que trabalhar também com a incompetência da informação. Ninguém pode fazer uma programação e mudá-la decorridos cerca de 15 dias.

É extremamente lamentável essa posição em relação ao Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.

O assunto que vim tratar é exatamente o dos Municípios, para registrar que há uma mobilização organizada pela Confederação Nacional de Municípios, da qual faz parte a UPB, a União dos Municípios da Bahia, outras entidades municipais, que, certamente, contará, aqui em Brasília, com centenas de Prefeitos, que vêm reivindicar uma pauta de demandas urgentes urgentíssimas, conforme elaborada por S. Ex<sup>as</sup>, para combaterem as enormes dificuldades financeiras, agravadas com o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Um dos primeiros itens dessa pauta de reivindicações é o aumento, aprovado pelo Senado, de 1% no Fundo de Participação dos Municípios, quando da aprovação do projeto da reforma tributária. Contudo, o projeto dorme na Câmara, e esse aspecto não foi aprovado, bem como não o foi todo o restante da reforma tributária. O Governo, neste momento, perde a oportunidade de fazer uma reforma que, se não é a ideal, pelo menos é a possível, é a reforma acordada entre Estados, sobretudo aqui no Senado. Repito, desta tribuna, que essa reforma é fruto de um acordo

que vem de muitos anos e que permitirá a unificação das alíquotas do ICMS, trazendo uma enorme simplificação a todo o processo. Ao invés de 27 legislações diferentes, haverá uma só. Senador Romeu Tuma, esse acordo foi construído, em São Paulo, com o falecido Governador Mário Covas, que entendeu que não adiantava a posição de confronto do Estado de São Paulo com os outros Estados, e que São Paulo deveria, de alguma forma, reconhecer e assumir essa liderança – como de fato assumiu – na questão do reconhecimento dos incentivos fiscais do passado, quando já havia uma série de lutas, inclusive no Supremo Tribunal Federal no sentido de que não fossem reconhecidos. Só que esse acordo, ao longo do tempo, foi-se esgarçando, diluindo-se. Portanto, se este momento não for aproveitado, principalmente agora que há essa predisposição dos Estados, sobretudo os do Sudeste, especificamente São Paulo, em fazer e manter esse acordo, jogaremos pela janela cerca de dez anos de luta e discussões sobre a reforma tributária. Portanto, o primeiro item que afeta os Municípios é a não-aprovação desse aumento percentual do FPM.

Sr. Presidente, em conversa com o Coordenador Nacional do Confaz, o Secretário da Fazenda da Bahia, Albérico Mascarenhas, S. S<sup>a</sup> garante que, hoje, essa reforma é possível – S. S<sup>a</sup> fala em nome dos Estados. Ora, se ela é possível hoje, evidentemente, precisa-se de um acordo aqui e outro ali, algum tipo de ajuste menor, então, por que ela não é feita? Na sua raiz, ela não é feita porque o Governo não quer assumir o Fundo de Desenvolvimento Regional, que foi acertado com todos os Governadores, Senador César Borges. V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar que foi acertado, que foram determinados os valores e a forma de calcular, e que depois foi mudado. Essa assunto também consta da pauta de reivindicações dos Prefeitos neste momento, porque parte do Fundo de Desenvolvimento Regional, quando feito, será repassado aos Municípios. O Fundo de Desenvolvimento Regional é extremamente importante por ser a única forma de se compensar a não possibilidade de os Estados concederem incentivos fiscais. É quase o fim da guerra fiscal o que essa reforma representa. E com o fim dela, ficam os Estados impossibilitados de atraírem investimentos. O Fundo de Desenvolvimento Regional vem nessa direção, ou seja, atender a impossibilidade de os Estados concederem, daqui para a frente, incentivos fiscais.

Senador César Borges, com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. César Borges (PFL – BA)** – Senador Rodolpho Tourinho, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz, repleto de verdades. Destaco que, quando a reforma tributária do Governo

Federal chegou a esta Casa, desconfiávamos que o Governo Federal queria, basicamente, a desvinculação dos recursos da União e a prorrogação da CPMF, já que outras coisas ele conseguiu para aumentar suas arrecadações que, como bem sabe V. Ex<sup>a</sup>, hoje, bate recordes. A Cofins dobrou sua arrecadação em relação ao ano passado – passou de 3% para 7,6%. O mesmo ocorreu com o PIS. O Governo Federal está fazendo o seu caixa para pagar os juros e as dívidas, mas os demais Governos, os estaduais e os municipais, mais precisamente os estaduais, têm a vinculação para a educação, para a saúde e para o pagamento da dívida, o que os engessa. Aquela reforma tributária nada mais era do que o Governo conseguir a desvinculação de 20% do Orçamento e a prorrogação da CPMF, em 0,38%, como se encontra. Agora a reforma está paralisada, o que mostra que o Governo Federal não tem nenhum interesse em ajudar os demais entes federativos, sejam eles Estados ou Municípios, levando-os a uma situação deplorável, do ponto de vista financeiro. Até Estados equilibrados começam a se desequilibrarem. Portanto, faço este adendo e parabeno V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA)** – Senador César Borges, não tenha dúvida de que o Governo Federal conseguiu o que queria: conseguiu a sua parte, e depois tratou – e trata até agora – de forma não-crível. Parece um sonho. O Estados dizem querer a reforma, o Governo não toma conhecimento, então – repito –, vamos jogar pela janela pelo menos 10 anos de discussões. Outra coisa: vamos jogar fora também aquilo que os Governadores estão fazendo – e que deve ter custado muito a cada um –, que é a possibilidade de o Estado legislar. Então, os Governadores estão abrindo mão dessa possibilidade de legislar, e o Governo Federal não tem a sensibilidade, ou a inteligência, ou o nome que se queira dar, de aproveitar este momento, que é único, porque dificilmente voltará. No ano que vem será muito difícil tratar desse assunto por ser um ano eleitoral, em que entrarão outros componentes que, certamente, dificultarão tremendamente qualquer tipo de entendimento ainda viável este ano. No ano que vem não será mais possível.

Sr. Presidente, para terminar, lembro ainda que os Municípios têm outras sugestões, outros pleitos junto ao Governo Federal e junto a nós, legisladores, no que diz respeito à questão dos precatórios judiciais. A regulamentação dos gastos da União em ações de saúde é uma demanda de 2000, que exigia também que a União aplicasse determinado valor em saúde, isso até hoje não foi feito. Há a questão do redutor do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, em função dos censos, que não foram feitos. Há ain-

da a questão de recomposição, ou a renovação, ou a renegociação das dívidas com o INSS; trata-se do parcelamento dos débitos com o INSS. Os Prefeitos solicitam um prazo maior para o parcelamento e para o reparcelamento especial dos débitos. O prazo atual de 60 meses é extremamente reduzido.

Atendo, com muito prazer, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)** – Senador Flexa Ribeiro, peço a V. Ex<sup>a</sup> que seja breve, porque o tempo do orador já se esgotou, inclusive já concedi a S. Ex<sup>a</sup> os dois minutos de tolerância. Vou prorrogar o tempo de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Rodolpho Tourinho, conforme a sua necessidade.

**O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA)** – Agradeço-lhe, Presidente Romeu Tuma, serei breve. Desejo apenas parabenizar o Senador Rodolpho Tourinho pelo pronunciamento que faz e dizer-lhe que estou solidário com S. Ex<sup>a</sup> e com os Prefeitos nessa marcha que farão a Brasília na semana que vem. Acredito justa toda a pauta de reivindicações. Sabemos, como já foi dito aqui por V. Ex<sup>a</sup> e pelo Senador César Borges, das dificuldades por que passam os Estados e os Municípios, e a União não ouve esses anseios. Inclusive quando fez ou impôs aquela dita reforma tributária foi efetivamente para atender aos seus interesses e para aumentar, lamentavelmente, a já insuportável carga tributária nacional. Parabéns pelo brilhante pronunciamento. Conte com o meu apoio a todos os Prefeitos de todos os Municípios, especialmente os do Estado do Pará.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA)** – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Para concluir, quero lembrar que o apoio a essa caravana de Prefeitos é importante, Senador Flexa Ribeiro. Eles vêm a Brasília chamar a atenção para problemas tão graves que acontecem nos municípios, cuja gravidade pode ser medida. Em 1988, os impostos compartilhados representavam 76% da arrecadação. Caíram agora, Senador Romeu Tuma, para 44%. Isso foi retirado dos Estados e dos Municípios. Ou seja: toda vez que tinha de aumentar impostos, o Governo – não só este, mas também o outro e o anterior a ele – procedia por meio das contribuições, esquecendo-se da participação dos Municípios no Imposto de Renda e no IPI, que são dois impostos que ficaram praticamente esquecidos, por uma simples razão: eram impostos que tinham de ser divididos.

Então, a razão básica da marcha dos prefeitos aqui, que devemos apoiar, está nesse ponto. Alguma coisa deve ser feita, e entendo que o Governo Federal tem que ter mais sensibilidade e, se não a tiver, que pelo menos faça os cálculos certos do FPM.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição para falar como Líder após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito para falar após a Ordem do Dia.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito como Líder.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) –

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Logo após o Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> usará da palavra.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela

ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar como Líder do Bloco no momento que V. Ex<sup>a</sup> entender oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL–SP)

– A Mesa aguardará orientação da Liderança a fim de conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – O

Senador Delcídio não está inscrito. Na condição de Vice-Líder, sou o próximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> usará da palavra na forma do §6º do art. 66 do Regimento Interno. V. Ex<sup>a</sup> sabe que aqui há um Secretário que não nos deixa errar nem o número do artigo do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, como Líder do PDT, por cinco minutos.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS.

Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para, mais uma vez, falar sobre o referendo popular ao desarmamento. O dia está chegando: é no mês de outubro, dia 23. As discussões estão ainda muito pobres para que a população possa entender perfeitamente a questão sobre a qual vai votar.

Qual é o grande objetivo da campanha do desarmamento que está colocada na rua? O grande objetivo é a diminuição do índice de criminalidade; é a diminui-

ção da violência, que hoje está insuportável no País. Esse é o grande objetivo.

E onde está a violência? A violência está nas ruas; a violência está nos logradouros públicos; está entre os narcotraficantes; está na guerra entre quadrilhas, o crime organizado e a bandidagem que corre solta pelas ruas. A violência está aí. E a população está indignada com a impunidade e com a ausência do Estado na repressão dessa mesma violência.

Aí vem o referendo. Votando-se “sim”, acaba-se de uma vez por todas com o comércio de armas no País, e quem andar armado poderá ser preso.

Mas observem bem o seguinte: esse índice de aceitação em favor do desarmamento é porque a população está sendo enganada pela propaganda, principalmente das instituições públicas. É o próprio Ministério da Justiça envolvido numa campanha acirrada pelo desarmamento.

Mas o que estabelece a lei atual, Presidente Tuma? V. Ex<sup>a</sup>, que conhece tanto, não vai me deixar, de forma alguma, faltar com a verdade. A lei atual não permite; proíbe o porte de arma na rua. Ninguém pode andar armado. Está proibido andar armado neste País, seja na rua, no campo de futebol, dentro dos carros. Em qualquer lugar, já está proibido e não será dizendo “sim” a esse referendo que trará solução para a violência que está na rua. E o que a lei diz, então? Em que condições se pode ter uma arma? Condição primeira: só pode ser dentro de casa, no âmbito da família, para defesa desta, do patrimônio, da vida de cada um dos familiares. Aí pode; só aí pode. Pode, eventualmente, na empresa, mas, essencialmente, na casa, na residência. E, para se conseguir registro de arma para a residência, há exigências como nunca existiram neste País. Da mesma forma que existem exigências para se dirigir um carro nas ruas, há também exigências para se ter registro de arma em casa.

Pergunto, Sr. Presidente, se restam só dois minutos do meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu prorrogarei por mais dois.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS)

– Mas não seriam dez minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não; são cinco minutos, e eu vou prorrogar por dois minutos. V. Ex<sup>a</sup> pode continuar falando, porque o assunto é muito importante.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS)

– Penso que deveria haver tolerância de dez minutos para que eu complete meu raciocínio, tanto assim que até abdiquei da minha palavra após a Ordem do Dia, por causa dos dez minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– São cinco minutos...

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS)

– Mas eu sei que V. Ex<sup>a</sup> é tolerante e o assunto é importante.

Então, dentro de casa apenas. E é necessário, antes de comprar a arma – vou falar depressa para ver se ganho tempo –, comprovar, junto à Polícia Federal, vida pregressa com todas as certidões de todos os segmentos cartoriais. Há que se provar adestramento no uso da arma, trazer exame psicotécnico, prova da necessidade da arma. Tudo isso é necessário levar à Polícia Federal para receber autorização de compra da arma. E, depois de autorizada, pode-se levá-la para casa, mas não se pode ter o porte, apenas o registro da arma. O registro da arma não autoriza, em hipótese nenhuma – esta é a lei atual –, ir para a rua com ela, colocá-la dentro do carro, da pasta e ir para a rua. Não pode. A lei já proíbe isso.

Então, pergunto: esse desarmamento que está aí vai desarmar quem? Apenas quem tem família, quem provou sua condição de cidadão correto que necessita da arma e mais nada...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Juvêncio da Fonseca, alerta V. Ex<sup>a</sup> que não há aparte, visto que já está na prorrogação.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS)

– Pois não. Justamente aí é que reside a minha grande preocupação. E tenho feito muitas palestras, nas quais, quando se coloca a questão assim, a platéia muda. De início favorável ao desarmamento, ao final coloca-se contra o desarmamento, porque se está desarmando o chefe de família e não o bandido que está nas ruas.

E é importante dizer é o seguinte: o Estado está perdendo para o bandido. O Estado está indefeso diante das quadrilhas, do crime organizado e do narcotráfico, incompetente para combater a crescente criminalidade. O culpado é o cidadão, chefe de família? Desarmar esse cidadão vai resolver a questão da ausência do Estado na proteção da família, na proteção do cidadão? Jamais!

É por isso que temos que lutar contra esse desarmamento. A resposta à pergunta do desarmamento é “não”. E observem o seguinte, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, 25 desembargadores, julgando uma ação de inconstitucionalidade em razão do ICMS de 200% sobre as armas e cuja impossibilidade foi decidida por unanimidade, proferiram o seguinte acórdão, que tem considerações importantes:

A tentativa de reduzir a violência desarmando a população, ao contrário do que pode estar pensando os mentores de tão pueril

solução, não é inédita e, na verdade, só vem tendo sucesso graças ao parco conhecimento de nossos dirigentes.

Mais à frente, esses 25 desembargadores citam um exemplo:

Há doze meses o Governo da Austrália editou uma lei obrigando os proprietários de armas a entregá-las para destruição. 640.381 armas foram entregues e destruídas, num programa que custou aos contribuintes mais de US\$500 milhões. Os resultados, no primeiro ano, foram os seguintes: os homicídios subiram 3.2%, as agressões 8.6%, os assaltos a mão armada 44%. Somente no estado de Victoria, os homicídios subiram 300%. [Sic.]

Por que esses índices subiram tanto assim? Porque a família ficou desarmada, e o bandido não entra na casa, quando pensa que pode haver alguém armado.

Há outra pesquisa, de um instituto americano, que mostra que, entre 1.800 presidiários dos Estados Unidos, 82% disseram que só entram na casa para furtar, se tiverem certeza de que ela está desarmada, e 52% afirmam que têm mais medo de um cidadão armado do que da própria polícia armada, porque o cidadão está, na verdade, defendendo o que é dele. Percebiam bem a questão psicológica dos bandidos. E há vários outros julgamentos.

Sr. Presidente, colocaria algo inédito nas argumentações. Quanto é a taxa para o registro da arma? Está na lei: R\$300,00. Se existem dois milhões de armas legalizadas, a R\$300,00, chega-se a R\$600 milhões a cada três anos, ou seja, a R\$200 milhões a cada dois anos. Se conseguíssemos colocar cinco milhões de armas registradas nos lares brasileiros, seriam R\$1,5 bilhão só dessa taxa de R\$300,00 para a Polícia Federal.

Será que o cidadão brasileiro não está necessitando de todo esse recurso para a segurança, levando-se em consideração que, dos R\$400 milhões reservados no Orçamento da União para esse fim, o Governo contingenciou apenas R\$170 milhões? Muito preocupado está o Executivo com a segurança do cidadão!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que encerrasse seu pronunciamento em mais um minuto, pois já se passaram doze minutos.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PDT – MS)

– Já termino, Sr. Presidente, e agradeço a condescendência de V. Ex<sup>a</sup>.

Vamos, portanto, votar “não” no dia 23 de outubro. Esse “não” significa paz à família brasileira. Aqueles que quiserem votar “sim coloquem primeiro, na frente



de sua casa, a seguinte inscrição: “Esta é uma família em paz. Já entregamos as nossas armas”; façam isso e verão o que acontece no dia seguinte. O Estado não vai proteger a família, e o “não” no referendo significa “sim” à família, porque casa desprotegida é festa de bandido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Juvêncio da Fonseca, para o conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, a Polícia Federal expediu só 63 portes de armas este ano. Hoje, quando V. Ex<sup>a</sup> fez referência ao assunto na Comissão, fiz uma consulta e obtive essa informação.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as minhas primeiras palavras de hoje são em homenagem a um grande baiano que o Supremo Tribunal Federal está homenageando neste instante: o Ministro Aliomar Baleeiro.

Baleeiro não só foi um dos grandes Ministros do Supremo Tribunal Federal, como também um dos maiores Parlamentares da República e um notável Professor de Finanças na Universidade da Bahia e em universidades do Brasil. Destacou-se sempre nesta Casa pelas palavras e pelas lições que nos dava. Era um homem de temperamento diferente, de uma coragem muito grande e, sobretudo, Sr. Presidente, um homem extremamente digno.

O Presidente Sarney já fez aqui um discurso sobre Baleeiro. Não vou, portanto, repetir S. Ex<sup>a</sup>, mas queria congratular-me com o Supremo Tribunal Federal, com o Ministro Nelson Jobim, pela homenagem que faz a esse baiano notável que é o Ministro Baleeiro.

Em segundo lugar, quero mostrar ao Partido dos Trabalhadores que, mais uma vez, o lbope demonstra a queda do Presidente Lula. Estão aqui os números. Ele já perdeu metade dos 52 milhões de votos que obteve no País. Isso é indiscutível, e o Partido dos Trabalhadores não pode fugir dessa realidade.

Vejo que o Senador Sibá Machado vai apartear-me. Mas a informação não é minha; quem diz é **O Estado de S. Paulo**, que, aliás, destaca sempre a figura de V. Ex<sup>a</sup>.

O que quero dizer é que ou este Governo muda ou vai perder o resto, o pouco que tem – o que não seria um mal, mas um bem para o Brasil, na medida em que significaria uma transformação nas eleições que virão. Nas eleições é que vai haver o verdadeiro *impeachment* do Presidente da República. É o *impe-*

*achment* do voto. A maneira como ele chegou à Presidência é a mesma como vai deixá-la: pelo voto e, agora, sem o apoio popular. Isso está traduzido, embora nem todos os jornais digam, como **O Estado de S. Paulo**, esta verdade: a de que o Presidente da República perdeu metade dos 52 milhões de votos que teve. Procuram dizer: Lula está estável. Estável está o Governo, mas na falcatrua, na falta de moralidade pública, nas coisas que, em verdade, não honram o partido trabalhista brasileiro.

Não quero dizer que é o Presidente da República o autor de tudo. Ele é o responsável por tudo, mas não o autor. Entretanto, tem-se de dizer que às perguntas básicas a que o Presidente da República teria de responder ele não responde neste Congresso, e todo dia temos de cobrar.

Por que não se explica o dinheiro da Telemar para a empresa do filho do Senhor Presidente? Por que o Sr. Okamoto pagou seu débito no Partido dos Trabalhadores? O Sr. Jaques Wagner diz que não existe débito, mas o Sr. Okamoto está com os recibos do Banco do Brasil. E por que o Presidente da República não assume os mensalões? Enquanto não houver respostas claras do Presidente, que ele mande uma carta para o Presidente Renan Calheiros, para o Líder Mercadante, para o Líder Sibá Machado, para qualquer dessas pessoas, respondendo esses pontos que são graves do ponto de vista moral! Queremos realmente aplaudir, mas, no momento, só podemos nos congratular com o povo brasileiro, aquele mesmo povo que elegeu um torneiro mecânico Presidente da República, mas que está repudiando o Presidente da República neste instante.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade que me oferece de dizer que a popularidade do Presidente está cada vez mais escassa, principalmente no Estado que V. Ex<sup>a</sup> representa, o que me dá tranqüilidade, porque é o maior eleitorado do País.

Finalizando, quero dizer que fiz tudo para colocar na Ordem do Dia de hoje o projeto da Amazônia, das terras amazônicas, que tanto se pedia. Mas esse projeto não pode entrar na Ordem do Dia de hoje, porque dele foi concedida vista, por uma semana, para o Senador Geraldo Mesquita. Conseqüentemente, essa violência não será feita no plenário do Senado. Dizer que já há parecer disso e daquilo não interessa. A principal Comissão ainda não deu parecer. Fiz tudo para que a Comissão desse o seu parecer, mas não o consegui. Se não o consegui, quero que a minha Comissão seja respeitada. Não tenho dúvida de que a Mesa vai respeitá-la, porque o assistente da Mesa, com a prática que tem, não vai fazer algo errado nesse sentido. Ao contrário, somente pode ser louvado pela

sua competência, daí por que é digno de altos postos nesta República.

Portanto, Sr. Presidente, não permita, se V. Ex<sup>a</sup> estiver na Mesa, que se vote aquilo que não teve parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge. Em seguida, eu a concederei ao Senador Jorge Bornhausen, como Líder.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por dez minutos, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em novembro do ano passado, comentei, nesta tribuna, o descaso do Governo do Presidente Lula com as Unidades Federadas, em especial as diminuições nos repasses do Fundo de Participação dos Estados – FPE – e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

O **Jornal do Comércio de Recife**, na edição de hoje, traz em destaque – como todos os demais jornais, como o **Diário de Pernambuco** e a **Folha de Pernambuco** – o protesto de 150 das 184 Prefeituras de Pernambuco contra a redução dos repasses do Governo Federal.

Segundo o jornal, as Prefeituras pernambucanas permanecerão fechadas no dia de hoje, com faixas pretas na fachada, “em protesto ao corte de 80% no Fundo de Participação dos Municípios na segunda cota de setembro, em relação à mesma parcela de agosto”.

O protesto, que tem início hoje, deve estender-se até amanhã. Excetuando-se os postos de saúde e as escolas, todos os demais órgãos públicos municipais devem permanecer fechados, em protesto contra o Governo Federal.

O protesto é uma iniciativa da Associação Municipalista de Pernambuco, Amupe. Segundo seu Secretário Executivo Anatólio Julião, “é um grito de protesto”.

Ainda segundo a Amupe, a Prefeitura de Recife não apóia o movimento, pois o Prefeito de Recife, “João Paulo, pertence ao Partido do Presidente e é tratado de forma privilegiada, recebendo muitas verbas”.

Enquanto isso, os demais Municípios pernambucanos estão à míngua. O Presidente da Amupe e Prefeito de Pombos, Josuel Vicente Lins, declarou que os pagamentos de fornecedores e prestadores de serviços e o 13º salário dos funcionários públicos dos Municípios pernambucanos estão ameaçados: “Não estamos em condições de pagar os nossos débitos, e 90% dos Municípios estão ameaçados de não pagar o 13º salário”.

Ainda segundo o Prefeito de Pombos, “o Município esperava receber entre R\$80 e R\$100 mil na última parcela do FPM de setembro, paga no dia 19, mas o valor liberado foi de apenas R\$19 mil” – portanto, 20% daquilo que estava planejado.

Prefeito reeleito, Josuel disse que nunca tinha visto corte desse tamanho: “Deste valor, terei de tirar 25% para a educação e 15% para a saúde... A gente não tem condições nem de manter os serviços públicos essenciais. O que pode acontecer é a Prefeitura parar”.

Esse é o maior corte já ocorrido no Fundo de Participação dos Municípios e poderá impedir os Prefeitos de cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa perda de receita impacta fortemente a economia dos Municípios, em especial dos mais pobres, que dependem integralmente dos repasses dos Governos Federal e Estadual. Sofre toda a economia municipal, que, em sua maioria, compõe-se de pequenos comerciantes e de agricultores de sobrevivência.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador, permita-me um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Senador José Jorge, gostaria de, solidarizar-me com as palavras de V. Ex<sup>a</sup>. De fato, o quadro que se mostra com relação à transferência de recursos para os Municípios denuncia tratamento extremamente desigual, penalizando sobretudo os mais pobres. O que se passa em Pernambuco – por isso quero reiterar a minha solidariedade às palavras de V. Ex<sup>a</sup> – é algo jamais visto e que se observa também nas demais unidades da Federação. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem razão ao fazer essa denúncia e reclamar do Governo Federal providências para que os Municípios não sejam privados da prestação dos serviços públicos básicos, sobretudo em áreas mais carentes, como o Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia, mais necessitados do apoio e da atenção do Governo Federal.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador.

Os recursos do Fundo de Participação dos Municípios são provenientes da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Permita-me um aparte, Senador, quando puder?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não.

O Fundo recebe 22,5% da União relativamente ao produto de arrecadação dos impostos sobre a renda de qualquer natureza e sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados, distribuído proporcionalmente à po-

pulação de cada Município, sendo que 10% do Fundo são destinados às Capitais dos Estados.

A União alega que a arrecadação dos impostos foi menor do que a esperada, mas esse é um argumento que contrasta com o discurso do Governo Lula de que a economia está em franco crescimento, além de ser contrário ao que informa a Receita do Brasil.

Segundo nota disponível no *site* da Receita do Brasil, “a arrecadação dos tributos e das contribuições previdenciárias administrados pela Receita Federal do Brasil totalizou em agosto R\$38,671 bilhões, apresentando crescimento nominal de 15,64% (...) em relação ao mesmo mês do ano passado”. Isto é, enquanto a Receita da União aumentou 15,64% de um ano para outro, a receita dos Municípios caiu em 80%.

Ainda segundo a nota da Receita, “o desempenho em agosto foi puxado pelo crescimento na arrecadação do Imposto de Renda pago pelas pessoas físicas sobre ganho líquido em operações na Bolsa de Valores. Os recolhimentos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido também contribuíram para o resultado satisfatório da arrecadação no mês passado”.

Portanto, dos três itens dados pela Receita, dois deles, Imposto de Renda da Pessoa Física e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, estão incluídos no Fundo de Participação.

Então, uma dúvida paira no ar: para onde está indo toda essa montanha de dinheiro? Como afirmou o Secretário-Executivo da Amupe, só pode estar sendo desviado para algum “propinoduto ou para o exterior”.

Enquanto isso, as Prefeituras não podem investir em educação e em saúde nem construir obras de infra-estrutura como estradas, calçamento e prédios públicos. Além dos investimentos básicos, os Prefeitos estão deixando de pagar as empresas prestadoras de serviços de eletricidade, de telefonia e saneamento.

Nos próximos dias 27 e 28, a Confederação Nacional de Municípios está programando uma manifestação aqui em Brasília, para alertar o Poder Legislativo sobre a situação atual dos Municípios imposta pelo Governo do Presidente Lula.

Pretendem, também, reivindicar a aprovação de projetos de lei de interesse do Municípios, como o aumento de 1% na base de cálculo do FPM – que, diga-se de passagem, é emenda à Constituição – já para este ano, conforme redação dada pelo Senado Federal, o que representaria um reforço financeiro para que as prefeituras possam pagar o 13º salário no final do ano.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino (PFL – RN)** – Senador José Jorge, é sempre muito oportuno abordar este assunto porque ele é angustiante para os prefeitos. Hoje, se telefonarmos para qualquer prefeito das Regiões Norte, Nordeste e mesmo Centro-Oeste, que dependem fundamentalmente da verba do fundo de participação, a palavra de ordem é “desespero”, “angústia” e por algumas razões, e não somente pelo fato de ter caído o Fundo de Participação. No dia 1º de setembro, foi entregue pelo Governo Federal a previsão de distribuição do Fundo de Participação. Essa previsão é uma espécie de dogma, a pequena bíblia que os prefeitos seguem. Eles planejam suas despesas em função dessa previsão. E a previsão para o segundo decênio, para a parcela liberada no dia 20 de setembro, era exatamente 50% maior do que o que saiu. Houve uma redução, portanto, de 50% em relação ao que se previu 10 ou 20 dias antes.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Prevista pela própria Receita.

**O Sr. José Agripino (PFL – RN)** – E 20% em relação ao que ocorreu no mesmo período no mês passado. Ou seja, no dia 20 de agosto, digamos que tenham liberado 100 e, no dia 20 de setembro, liberado 20. Cair de 100 para 20 é algo desesperador e angustiante. Previram, digamos, 100 e liberaram 50. Previram com 20 dias. É o tipo da previsão em que não se pode errar. A margem de erro é muito pequena. Na segunda-feira, tive a oportunidade de falar sobre esse assunto, de denunciá-lo, por uma razão muito simples: o Governo anuncia seguidamente recorde de arrecadação como um todo, inclusive no Imposto de Renda. O Fundo de Participação é produto de IPI e Imposto de Renda. Como está em queda vertiginosa a distribuição desse Fundo se a arrecadação é recorde? Há algo errado. Ou estão informando erroneamente a arrecadação ou estão informando de forma correta e sonegando a distribuição desse Fundo. Por essa razão, apresentei requerimento com pedido de informações ao Ministro da Fazenda para que explique tintim por tintim a esta Casa o que está acontecendo, para passarmos a limpo e vermos se está havendo algum tipo de enganação. Isso impõe a luta, que é nossa e antiga, de elevar, na reforma tributária, aquele 1% precioso na cota parte do Fundo de Participação de Estados e Municípios a partir de uma redistribuição da verba pública no País. Obrigado.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Senador José Agripino, agradeço a V. Exª.

Só com esse reforço de caixa, o percentual de 1% aprovado no Senado por meio da emenda constitucional da Reforma Tributária, e que está tramitando na Câmara há mais de um ano, os Municípios deverão

receber uma transferência adicional de R\$1,4 bilhão por ano.

A verdade dos fatos é que, além do “propagandismo” oficial de crescimento econômico, o Governo Federal concede várias isenções fiscais utilizando os impostos que são divididos com Estados e Municípios e, ao mesmo tempo, aumenta a arrecadação com contribuições como a CPMF e o PIS/Cofins, que não são compartilhados com os outros entes da Federação.

Outro fator que agravou a partição do FPM foi a alteração promovida pelo Governo Federal de restituição do Imposto de Renda. Segundo nota publicada pela Confederação Nacional de Municípios – CNM, “a simples alteração do mês em que ocorre a queda na transferência do FPM para os Municípios não resolve o problema de fluxo de caixa das prefeituras, e a decisão unilateral da Receita Federal sobre como distribuir as restituições do IRRF-PF dentro do ano, demonstra, no mínimo, uma falta de preocupação com a situação financeira dos demais entes da Federação”.

Se se quer um Brasil forte e que, de fato, tenha impacto no mundo, não bastam discursos inflamados na ONU ou programas pirotécnicos de ajuda internacional. Para combater efetivamente a miséria no País, basta fortalecer os Municípios brasileiros com o que lhes é de direito, que é o FPM justo.

Sr. Presidente, vou encerrar, mas gostaria de me solidarizar com os Municípios de Pernambuco e dos demais Estados do Nordeste e das Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil que estão imensamente prejudicadas. Além disso, também quero me solidarizar com a greve branca que os Municípios do meu Estado de Pernambuco estão fazendo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador Jorge Bornhausen, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não foi nem está sendo uma semana feliz para o Partido dos Trabalhadores. Já no domingo, suas divergências, suas diferenças ficaram claras no curso da eleição e após a apuração. Há uma certa desorientação entre os integrantes daquela agremiação partidária. Julgo que isso veio a se consolidar nas ações e atitudes tomadas pelo diretório do Partido e por seus integrantes.

O diretório, na segunda-feira, expediu nota criticando a existência de um festival denunciista e transferindo suas agruras, seus problemas, a incompetência e a corrupção para a fantasia, para acusar de forma imprópria e inadequada a imprensa, meu Partido e o PSDB. A atitude de Parlamentares, no curso desta se-

mana, nos plenários, nas comissões de inquérito, é certamente fruto dessa desorientação que se transformou, em muitos casos, em agressão, em falta de continência parlamentar, em quebra, mesmo, de decoro.

É evidente que, responsável pela Presidência Nacional do PFL, na reunião que hoje realizamos – e normalmente o fazemos na quinta-feira – esses fatos, essas ações, essas desatenções às normas regimentais, essas acusações levianas não poderiam deixar de merecer a nossa atenção, a nossa preocupação, mas, sobretudo, a nossa resposta.

Passo, portanto, a ler a nota da Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal:

### A CRISE É LULA

Diante das 99 denúncias que nos últimos 100 dias – a partir de maio de 2005 – comprometem o Governo Lula, o PFL decide: a) reafirmar a linha de Oposição responsável e fiscalizadora que definiu em outubro de 2002; b) tornar pública a sua avaliação sobre a situação do País.

O PFL reafirma que as crises política e ética nasceram e têm seu principal foco propulsor no Governo Lula, que foi obrigado a demitir ministros, dirigentes de estatais, detentores de cargos de confiança, responsáveis diretos ou indiretos por atos delituosos.

2 – O PFL observa que é evidente que as instituições estão fortes e que a economia, graças aos trabalhadores, aos empresários brasileiros e ao crescimento mundial, continua com números razoáveis, apesar de o Governo Lula, sem programas e planos, mergulhado na improvisação, maquiando programas sociais herdados (caso do bolsa-família) e sob absoluta falta de coordenação, desqualifica-se e arrasta-se pateticamente;

3 – O PFL considera que foi por culpa do Governo, impedindo a instalação da CPI dos Bingos em fevereiro de 2004 (quando rebentou o caso Waldomiro Diniz), que a corrupção se sentiu estimulada, tornou-se arrogante, apostou na impunidade e mostrou-se incontrolável, impedindo correções de rumo e a punição de culpados antes que a acumulação de complicitades tornasse melancólico o tempo que resta do mandato do Presidente Lula;

4 – O PFL apóia e estimula a ação das três CPIs em funcionamento, nos limites das suas atribuições e repele versões que confundem o que são apenas investigações e



desmascaramento de corruptos com atos de conspiração ou perseguição ao Governo;

5 – O PFL recusa qualquer responsabilidade pela crise do Governo, gerada e desenvolvida pela geléia ideológica do PT e pela irresponsabilidade e falta de ética dos seus dirigentes, alguns réus confessos de transgressões à Lei Eleitoral, ao Sistema Financeiro Nacional e ao mais elementar respeito aos militantes e eleitores;

6 – O PFL recusa declarações que atribuem a decadência política do Governo ora a uma “conspiração das elites”, ora a um inexistente conflito “esquerda-direita”, ora a uma “onda reacionária”, conduzidos pela Oposição. Não, a má imagem do Governo Lula é resultado do conhecimento pelo povo da corrupção através da qual o PT estabeleceu suas alianças políticas, realizou e financiou suas campanhas eleitorais e, finalmente, pavimentou o acesso ao poder de pessoas desqualificadas.

7 – O PFL alerta para análises e notícias que atribuem preconceitos e objetivos menores à ação das CPIs, à Oposição, à Imprensa em geral que cumprem seus papéis próprios e servem à democracia.

8 – O PFL confia que o respeito à Constituição e a consciência cívica do povo brasileiro prevalecerão sobre os nefastos episódios políticos atuais e garantirão a continuidade das instituições democráticas brasileiras.

Brasília, 22 de setembro de 2005

Comissão Executiva Nacional do PFL.

Com essa leitura, Sr. Presidente, fazemos clara a posição do Partido na defesa da democracia, na luta contra a corrupção e, repetimos, a crise tem nome, a crise chama-se Lula.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro. S. Ex<sup>ª</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>ª</sup>s e Srs. Senadores, a intervenção do Banco Central no Banco Santos, em novembro de 2004, foi acompanhada com muita surpresa e apreensão pelos diversos segmentos empresariais brasileiros e por todas as pessoas que mantinham negócios com aquele grupo financeiro, que acabou tendo sua liquidação decretada, o que afetou

financeiramente, de modo dramático, aquelas pessoas que, até então, o consideravam uma sólida instituição financeira e investiam nela seus recursos, advindos de seu trabalho e de seus negócios.

Foi o primeiro caso de intervenção do Banco Central num banco privado desde 1988, e as razões alegadas para que ele adotasse essa medida foram a perda de liquidez do Banco Santos e o seu descumprimento de normas que disciplinam a atividade bancária.

O Banco Santos era considerado o vigésimo primeiro maior banco do País, com cerca de R\$6 bilhões em ativos; mantinha uma carteira de depósitos da ordem de R\$2 bilhões e negócios em vários Estados brasileiros.

Com a sua liquidação decretada, ficaram garantidos apenas os depósitos feitos em conta corrente e em poupança e os Certificados de Depósito Bancário que não ultrapassassem R\$20 mil por correntista.

O rombo provocado com a liquidação do Banco Santos foi estimado, num primeiro momento, em R\$2,24 bilhões, mas esse valor pode ultrapassar a casa de R\$3 bilhões. As informações divulgadas dão conta de que a maior parte do desfalque foi proveniente de operações irregulares praticadas pelos administradores daquele banco.

O Juiz Caio Marcelo Mendes de Oliveira, da 2ª Vara de Recuperação e Falências de São Paulo, entende que, no caso do Banco Santos, houve “gestão nefasta na administração do banco, prática de atos ilícitos, muitos deles a caracterizar crime”. A promotora Camiña Moreira entende que essa foi a pior fraude do sistema financeiro nacional, uma vez que muitos bancos quebraram por causa da conjuntura econômica e, o Banco Santos, por fraudes grosseiras.

O fato, Sr. Presidente, é que os correntistas e os investidores do Banco Santos viram, de um momento para o outro, seus recursos virarem pó. São empresários, são prefeituras, são fundos de pensão municipais e outros de grande porte, e aplicadores individuais em geral, que, agora, têm pouca ou nenhuma possibilidade de recuperar o seu dinheiro, até porque, no processo de liquidação bancária, que não tem prazo determinado para ser encerrado, os bens da instituição são vendidos para pagamento, em primeiro lugar, das dívidas trabalhistas e tributárias, e, em seguida, para pagamento das dívidas com os demais credores.

Agora, no recente dia 20, foi decretada a falência do Banco Santos pela Justiça paulista, o que pouco ajuda a situação dos credores, que continuam a amargar esses elevados prejuízos. A previsão é de que, no máximo, 10% do passivo poderão ser recuperados para honrar as dívidas do banco, uma vez que existem

inúmeras ações judiciais, com liminares permitindo arrestos e bloqueios de dinheiro.

No meu Estado de Mato Grosso, por exemplo, o Banco Santos mantinha uma movimentada agência, na qual intermediava operações com empresários, Prefeituras municipais, produtores rurais e outras categorias de clientes. Com os produtores rurais, especificamente, foram negociados financiamentos por operações de ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio, com recursos externos capitados em bancos internacionais. Muitos tomadores desses empréstimos, ao contratarem as operações, tiveram, a fim de viabilizá-las, de aplicar cerca de 30% do seu montante nas carteiras de investimentos daquele banco a título de reciprocidade. Entretanto, com a liquidação do Banco, tiveram de arcar com o prejuízo individualmente, o que representa um pesado ônus para todos eles.

O lamentável e, por que não dizer, revoltante mesmo foi o fato de nenhuma entidade ter sido capaz de prever esse quadro de desequilíbrio no Banco Santos. O Banco Central, que tem como uma de suas funções fiscalizar as entidades financeiras do País, não foi capaz de prever a fragilidade daquela instituição bancária, nem de adotar medidas proativas, exigidas pela situação, a fim de que o Banco Santos não se tornasse insolvente. Empresas independentes de auditoria – muito bem pagas, aliás – não foram competentes para identificar as informações distorcidas da contabilidade criativa do Banco Santos. Também empresas de análise de risco mantinham, até a véspera da intervenção, classificação positiva dos títulos do Banco Santos. Um escândalo, podemos dizer, ainda mais porque, entre essas agências, há uma que é americana e, até então, tida no mais alto conceito.

Portanto, Sr. Presidente, existem perguntas que não foram devidamente respondidas:

- Por que o Banco Central, na sua supervisão bancária, não teve uma atuação rápida e proativa, tendo só agido para decretar a intervenção?

- Por que a atual contabilidade bancária não é transparente, mas, pelo contrário, ajuda a camuflar as fragilidades de uma instituição financeira em dificuldade?

- Por que as empresas de auditoria não alertaram sobre a má saúde financeira do Banco Santos?

- Quais os métodos utilizados pelas empresas de classificação de risco e por que elas não rebaixaram os títulos emitidos pelo Banco Santos?

- Por que as irregularidades foram mantidas escondidas numa “caixa-preta”, e os in-

vestidores só tomaram conhecimento delas por ocasião da intervenção do Banco Central?

Ora, sem respostas convincentes para essas questões, tem-se o direito de pensar que tem havido, no mínimo, leniência do Banco Central, das empresas de auditoria, das de análise de risco e das de fiscalização, e uma total e enervante desconsideração com os investidores e correntistas do Banco Santos.

Sr. Presidente, o Banco Central, apesar de estar acompanhando e monitorando o Banco Santos desde 2001, por causa das irregularidades identificadas, tinha o dever de resguardar os investidores e de evitar que aquele Banco chegasse ao estado de insolvência. O Banco Santos, dias antes da intervenção do Banco Central, estava captando recursos e operando normalmente no mercado, sem nenhuma restrição. Consta que o Banco Central amenizou exigências e aprovou balanços daquele Banco, referentes a um período muito próximo à data da decretação da intervenção. Portanto, o Banco Central deve à sociedade uma explicação convincente, sob pena de ser considerado responsável pelos prejuízos decorrentes da sua atuação nesse caso.

No momento, o assunto passou para a esfera judicial, com acusações mútuas entre os ex-dirigentes do Banco Santos e as autoridades do Banco Central. Buscando resguardar os seus direitos, muitos investidores e correntistas também ingressaram na Justiça com ações contra o Banco Santos. Essas contendas jurídicas, como, aliás, já faz parte da tradição brasileira, certamente se prolongarão por anos a fio sem que a sociedade veja a punição dos responsáveis por esse desmantelo, nem os credores se vejam devidamente ressarcidos do seu prejuízo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago o assunto a este Plenário para expor minha preocupação e também minha indignação por sentir que tanto o correntista brasileiro quanto o investidor ainda continuam desprotegidos diante do poderoso sistema bancário, por causa da omissão e na ineficiência das entidades fiscais, que deveriam resguardar as aplicações financeiras do povo e o seu patrimônio e não o fazem.

Mas quero também, Sr. Presidente, desta tribuna, não pedir, mas exigir, em nome da sociedade brasileira, que essas entidades de auditoria e de classificação de risco e, sobretudo, o Banco Central, sejam investigados com meticulosidade, a fim de se verificar se a atuação de cada uma delas foi correta ou se houve conivência de umas ou omissão de outras, ou de todas. E, ao fim, se forem identificados os culpados, que sejam eles exemplarmente punidos.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que o Senado Federal não pode ficar passivo diante de uma situ-

ação dessas e deve tomar, o quanto antes, a iniciativa desse processo de investigação e de apuração de todos os fatos acontecidos na história do Banco Santos. Proponho que o Senado Federal, de imediato, realize audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de ouvir as partes e debater o assunto, e, se os fatos o exigirem, instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para aprofundar essas investigações. Dessa forma, O Senado Federal estará contribuindo para resgatar a ética nos negócios brasileiros.

Os correntistas e os investidores não podem arcar sozinhos com esse prejuízo. Primeiro, porque eles não lhe deram causa e, segundo, porque, até então, eles vinham operando com uma entidade bancária devidamente credenciada pelo Banco Central e, acreditavam...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – (...)** fiscalizada de perto por aquele Banco e por outras entidades auxiliares.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Se V. Ex<sup>a</sup> precisar de mais um minuto...

**O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT)** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A segurança dos correntistas e dos investidores precisa ser assegurada e levada a sério neste País. Ela não pode depender de os correntistas ou de os investidores terem o dom da vidência para prever os fatos. Esse dom só alguns poucos privilegiados o possuem, os quais, valendo-se dele, como aconteceu nessa oportunidade e em outras mais remotas, conseguem sacar o seu dinheiro às vésperas dessas intervenções e se livrar do prejuízo. Mas, a maioria, Sr. Presidente, não tem esse dom de vidência e não consegue esse intento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Antes de iniciar a Ordem do Dia, concederei a palavra ao Senador Sibá Machado, para falar pela Liderança. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para fazer uma comunicação inadiável por cinco minutos. Em seguida, anunciaremos a Ordem do Dia.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Marco Maciel, interessante! O Banco Mundial, a quem o Partido dos Trabalhadores, do Presidente Lula, tanto rende homenagens e dinheiro,

emitiu estudo recente: “Banco Mundial vê armadilha da desigualdade no País”. O Banco Mundial!

Senador Alvaro Dias, o Banco Mundial denuncia o PT. Senador Geraldo Mesquita, diz a matéria:

Recente estudo do Banco Mundial concedeu ao Brasil [mais uma vez] um destaque negativo. O País, novamente, foi classificado como um dos mais desiguais do mundo e o campeão absoluto na América Latina. Só somos mais justos do que quatro países africanos: Suazilândia, República Centro-Africana, Botswana e Namíbia.

Senador Alvaro Dias, continua a matéria:

Pior ainda: o Brasil continua tendo todos os ingredientes para continuar nessa situação. Simplesmente não há nada no horizonte que justifique esperanças de mudança.

O economista brasileiro Francisco Ferreira, Senador Romeu Tuma, um dos principais autores do estudo, disse: “O Estado brasileiro é muito bom em taxar as pessoas e distribuir o dinheiro somente entre os mais ricos.” Atentai bem, Senador Geraldo Mesquita: o Estado brasileiro – este Governo – é muito bom e competente em taxar as pessoas e distribuir o dinheiro somente entre os mais ricos. O Governo Lula tornou os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

“O que temos falhado em fazer é gastar mais em áreas onde as pessoas mais pobres mais precisam.”

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Outro exemplo citado pelo economista, Senador Suplicy:

Filhos de famílias ricas que estudam em bons colégios particulares acabam entrando nas universidades públicas. Subsidiados na universidade pessoas ricas que freqüentaram boas escolas privadas em vez de subsidiarmos mais pessoas pobres em escolas públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dois minutos. Acautele-se um pouquinho para não esgotar o tempo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Ainda segundo o Banco Mundial, o Brasil tem um problema adicional para sair dessa armadilha da desigualdade: temos uma das maiores cargas tributárias do mundo (36% do PIB). Só a título de comparação, no México a carga tributária é de 12%.

Lamentamos, Senador Suplicy.

Em 1980, não sei o que V. Ex<sup>a</sup> era, mas me lembro, Senador Heráclito Fortes, de que eu era Deputado Estadual e ouvi um ex-Senador, que era Deputado Estadual, João Lobo, dizer que há dois brasis, o Brasil do Sul e o Brasil do Norte e Nordeste, e que o do Sul ganha o dobro que o do Norte e Nordeste.

No Nordeste, nos anos 80, os Estados ricos, Senador Romeu Tuma, eram a Bahia e Pernambuco. Piauí, Maranhão e Paraíba ganhavam a metade, então, a diferença do maior para o menor era de quatro vezes, Senador Mozarildo.

É uma lástima este Governo do Lula, pois agora essa diferença é de 8,6. Senador Fiquene, a diferença entre a maior renda **per capita**, a do Distrito Federal, dessa ilha encantada que é Brasília, e a menor, que é a do Maranhão, é de 8,6 vezes. Aumentou a desigualdade. De nada vale a Constituição.

Um dos fundamentos da Constituição beijada por Ulysses é atingir a igualdade na distribuição de renda, mas cada vez distanciamo-nos mais disso. Neste Governo do PT, cada vez o rico é mais rico e o pobre é mais pobre. Ele fugiu a Rui Barbosa, que disse só haver um caminho: a justiça e a lei, e que se devem valorizar e prestigiar o trabalho e o trabalhador. A eles deve ser dada a primazia, porque vêm antes. O trabalho e o trabalhador fazem as riquezas.

O Governo do PT mudou o seu nome de Partido dos Trabalhadores para “Partido dos Banqueiros”, pois tem, como diz o trabalho do Banco Mundial, privilegiado cada vez mais os ricos.

Concedo o aparte ao Senador Geraldo Mesquita, se V. Ex<sup>a</sup>, com a grandeza de São Paulo, permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já concedi mais dois minutos para V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (P-SOL – AC) – O meu aparte é rapidíssimo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Está na Bíblia: pedi e dar-se-vos-á. Eu peço mais dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas tem gente reclamando.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (P-SOL – AC) – Senador Mão Santa, vou dizer uma coisa curta e grossa: o Banco Mundial não tem autoridade para apontar rumos para o Brasil. Os rumos que ele apontou nos últimos anos foram os do desastre. Ele sempre contou com a subserviência de governos que se agacharam e cumpriram uma pauta cruel para os trabalhadores brasileiros. Ele aponta fatos reais, ou seja, que o fosso entre ricos e pobres, no Brasil, acentua-se cada vez mais, mas o seu receituário é perverso. O fato ele aponta, mas o receituário é perverso e eu digo, repito e assumo: ele não tem autoridade para vir ao

nosso País ditar regras, como vem fazendo há anos, com receituários que são cruéis com os trabalhadores brasileiros, públicos e privados. Senador Mão Santa, portanto, lastimo ter que reconhecer que os fatos apontados pelo Banco Mundial são reais. O Brasil perde, em concentração de renda e em injustiça social, apenas para três ou quatro países africanos. No mais, é o que conhecemos: um País injusto e cruel com a maioria do seu povo, campeão na concentração de renda e na injustiça social, Senador Mão Santa. Portanto, parabéns V. Ex<sup>a</sup>, em parte, pelo discurso de resgatar as informações do Banco Mundial, com as quais concordo. Contudo, não concordo quando aponta essa situação dramática que, em grande parte, ele próprio é culpado de ter proporcionado ao País.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Permito.

São Paulo não pode negar São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas ele vai ficar mais dois ou três minutos e vai cair outra vez.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Está ouvindo, Suplicy? V. Ex<sup>a</sup> está sendo cassado por São Paulo, atentai bem. Essa pode ser uma visão das próximas eleições.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> não é justo com a Mesa, que sempre tolerou o descumprimento do tempo por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Não. Eu sempre pedi a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com todo respeito, não há cassação. V. Ex<sup>a</sup> fala e ele já encerra o discurso.

Por favor, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Colaborando com o Senador Mão Santa, eu gostaria de assinalar que o relatório do Banco Mundial, no que diz respeito ao índice de desigualdade, o coeficiente Gini, assinalado para o Brasil como sendo de 0,59% – o que o coloca como o quinto em maior desigualdade dentre todos os países para os quais há dados disponíveis –, refere-se ao ano de 2001, portanto, ao penúltimo ano da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. De 2001 para cá, houve apenas um indicador referente ao índice de desigualdade, o coeficiente Gini, em 2003. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2003, o índice baixou de 0,59%, em 2001, para 0,55% em 2003. Apenas para que V. Ex<sup>a</sup> seja preciso, no primeiro ano do Presidente Lula, para o qual houve mensuração, houve melhoria, ainda que muito insatisfatória, na direção de maior equidade. Faço esse registro para que V. Ex<sup>a</sup> seja justo. Obrigado.



**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a generosidade do tempo.

Como disse Antoine de Saint-Exupéry, “a linguagem é uma fonte de mal-entendidos”.

Já que V. Ex<sup>a</sup> falou em justiça, termino com justiça: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça.” Falo justamente pela justiça e pela igualdade no Brasil, onde os ricos são cada vez mais ricos, como em São Paulo, e os pobres, cada vez mais pobres, como nos Estados do Nordeste.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O apelido de V. Ex<sup>a</sup> é Mão Santa, mas agora deveria ser Voz Santa.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, como Líder do PSDB. Em seguida, falará o Senador José Agripino. Então, terá início a Ordem do Dia.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se o Senador Alvaro Dias me permitir.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tenho uma comunicação inadiável e importantíssima a fazer neste momento, ao vivo, nesta sessão. Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Consulto o Senador Alvaro Dias se a Senadora Ideli Salvatti pode falar em primeiro lugar.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vamos ferir o Regimento, mas, como V. Ex<sup>a</sup> está tão aflita, conceder-lhe-ei a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – V. Ex<sup>a</sup> entenderá o porquê, Sr. Presidente.

Às 15h09min, foi postada, no *Blog* do Noblat, a seguinte nota:

Pegaram os tucanos.

Neste exato momento, em um hotel de luxo da cidade de São Paulo, os Senadores Delcídio Amaral (PT – MS), Presidente da CPI dos Correios, e Ideli Salvatti (PT – SC) estão reunidos com um dos maiores empresários do país na área de construção e de informática.

Receberam dele, há pouco, documentos que provariam uma falcatura da ordem de 100 milhões de dólares, ocorrida em 1999 na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Na época, o Ministro das Comunicações era o mineiro Pimenta da Veiga, e o Presiden-

te da República, Fernando Henrique Cardoso, ambos líderes de expressão do PSDB.

A falcatura teve a ver com a construção e a compra de equipamentos para centros de distribuição dos Correios em vários Estados.

Quem teve acesso aos documentos antes de eles serem entregues aos dois Senadores, garante: pegaram os tucanos.

Isso foi postado há menos de uma hora. Então, para que não paire qualquer dúvida, estou com muita vontade de ser poderosa ao ponto, Senador Alvaro dias, de estar em dois lugares ao mesmo tempo: aqui e lá. O Senador Delcídio Amaral, efetivamente, está em São Paulo. No momento em que tive acesso ao *blog*, tentei falar com S. Ex<sup>a</sup> por telefone, o que foi inviável, porque S. Ex<sup>a</sup> estava fazendo a gravação de um programa nacional naquele momento. Então, o Senador Delcídio Amaral está em São Paulo neste momento, cumprindo atividade que será vista por todo o Brasil, por se tratar de programa de grande repercussão nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Alvaro Dias...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quem escreve esse *blog*?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Ricardo Noblat.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – É o *Blog* do Noblat.

Já o desmenti, estou fazendo questão de desmenti-lo ao vivo e a cores. Gostaria, realmente, de ter recebido o dossiê. Não vou ser falsa ao ponto de dizer que não gostaria de ter um dossiê desse porte, como está veiculado. Mas, a bem da verdade, eu não poderia deixar de vir aqui, neste plenário, fazer o desmentido oficial. Não estou em São Paulo e ainda não recebi nenhum dossiê que pegue os tucanos, da forma como ali está dito. Se alguém tiver dossiê nesse sentido, pode encaminhá-lo, que não vou ficar infeliz por conta disso. Efetivamente, a bem da verdade, não poderia deixar de fazer este registro, o desmentido oficial dessa matéria, até porque toda a imprensa, há mais de 40 minutos, está tentando fazer a confirmação disso. Então, a melhor maneira de veicular isso é ao vivo e a cores aqui, no plenário do Senado da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito bem, Senadora Ideli Salvatti!

Tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, deixe o Senador Alvaro Dias iniciar o seu pronunciamento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria, com a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>, de me solidarizar com a Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, por favor, peça a palavra pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Solidarizo-me com a Senadora Ideli Salvatti, que está presente aqui. Mas, se isso foi postado ao meio-dia, e V. Ex<sup>a</sup> está aqui agora...

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Foi postado às 15h09min, portanto, agora.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Isso não significa que o fato aconteceu às 15 horas; pode ter ocorrido pela manhã. Estou isentando V. Ex<sup>a</sup> e apenas lhe dizendo que sua capacidade de mobilidade é grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador fala pela ordem. Portanto, não pode haver debate.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não é o fato. Escute-me! Calma!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, não há debate. V. Ex<sup>a</sup> está falando pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Exatamente, Sr. Presidente. Quero dizer à Senadora Ideli Salvatti que basta S. Ex<sup>a</sup> dizer que não estava lá para o Brasil inteiro acreditar, tendo em vista a credibilidade de S. Ex<sup>a</sup>. As minúcias, os detalhes da hora são dispensáveis.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador, não só não estive lá, como participei de atividades públicas hoje na CPMI e na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pois é. É exatamente para que V. Ex<sup>a</sup> veja, Senadora. O velho Ulysses Guimarães...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora, por favor, V. Ex<sup>a</sup> já falou. A Mesa lhe agradece. Foi importante sua palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Finalizando, Sr. Presidente Romeu Tuma, quero dizer que o velho Ulysses Guimarães se utilizava de um dito fantástico: o raio de ação da calúnia é dez vezes maior do que o do desmentido. Isso é para V. Ex<sup>a</sup> ver o que os mortais sofreram no Brasil quando o Partido de V. Ex<sup>a</sup> era Oposição.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Ah! E nós não estamos sofrendo? Por favor!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O pau que bate em José bate em Francisco.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as instituições públicas, os Partidos políticos e os políticos de forma geral estão tremendamente desgastados. A imagem do Congresso Nacional está no chão. Temos essa tarefa essencial de recuperação da credibilidade perdida. É evidente que uma manifestação como a da Senadora Ideli Salvatti nos anima a acreditar que as nossas convicções políticas, divergentes, que se opõem no legítimo terreno da disputa política, não podem, de forma alguma, sustentar a inverdade, sobretudo quando ela compromete a imagem de pessoas de bem.

Confesso, Sr. Presidente, não vou obviamente perder tempo com essa questão já esclarecida pela Senadora Ideli Salvatti, mas confesso a minha preocupação em relação ao ocorrido ontem na CPMI dos Correios e na do Mensalão. É fundamental que uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito adquira e se sustente com credibilidade para alcançar os seus objetivos definidos. Ontem, as duas Comissões reunidas – aliás, é bom que o exemplo nos ensine: não devemos mais reunir conjuntamente –, proporcionaram um espetáculo da imaturidade política. Venho à tribuna, em nome do PSDB, para condenar aquele espetáculo de imaturidade política e, sobretudo, para condenar a agressão à mulher. Agressão que, lamentavelmente, de forma despropositada, revelando mediocridade política, atingiu a Senadora Heloísa Helena. Não apenas agressão verbal, agressão física, se ela não se consumou, tentou-se partir para a agressão física, como forma de calar a brava Senadora Heloísa Helena. Certamente S. Ex<sup>a</sup> vive momentos de constrangimento, foi exposta. Obviamente, foi utilizada, para que se submetesse o Parlamento a mais um desgaste de imagem. Mas estamos aqui exatamente para preservá-la e defendê-la diante desse constrangimento.

Concluimos que a agressão, além de atingir uma Parlamentar que cumpre o seu dever com estoicismo, atinge a mulher brasileira, aqui representada, com tanto valor, brilho, inteligência e ousadia, pela Senadora Heloísa Helena.

Até peço licença poética a dois grandes vultos da poesia: Cora Coralina e Manoel Bandeira, para reverenciar a Senadora Heloísa Helena, vítima dessa agressão sem precedentes.

Inegavelmente, a Senadora sabe dignificar a condição de mulher. E busco esse escrito de Cora Coralina para afirmar que a Senadora se fez pedra de segurança “dos valores que vão desmoronando”. Não aceitou as contradições, lutas e pedras, transformou-as em lições de vida.

E há um poema de Manuel Bandeira que traduz bem o sentimento, Senador Geraldo Mesquita Júnior, dos amigos da Senadora Heloísa Helena, de seus admiradores pelo País afora. E peço permissão ao Presidente para fazer a leitura de alguns trechos desse poema denominado “Em estrela da vida inteira”, de 11 de junho de 1920:

(...)

O que eu adoro em ti,  
Não é a tua inteligência.  
Não é o teu espírito sutil,  
Tão ágil, tão luminoso,  
Nem a tua ciência  
Do coração dos homens e das coisas.  
O que eu adoro em ti,  
Não é a tua graça musical,  
Sucessiva e renovada a cada momento,  
Graça aérea como o teu próprio pensamento,  
Graça que perturba e satisfaz.  
O que eu adoro em ti,  
Não é a mãe que já perdi.  
Não é o irmão que já perdi.  
E meu pai.  
O que eu adoro em tua natureza,  
Não é o profundo instinto maternal  
Em teu flanco aberto como uma ferida.  
Nem a tua pureza. Nem a tua impureza.  
O que eu adoro em ti – lastima-me e consola-me!  
O que eu adoro em ti, é a vida.  
É a homenagem do PSDB à Senadora Heloísa Helena.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> gostou da poesia? V. Ex<sup>a</sup>, que é um poeta sempre presente.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-Sol – AL) – Senador Tuma, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita; em seguida, ao Senador José Agripino, como Líder.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pela ordem.) – Peço a palavra pela Liderança do P-SOL, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– V. Ex<sup>a</sup> falará após o Senadores José Agripino e Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Eu quero fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Pois não, Senador.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente aqui as preocupações do Senador Antonio Carlos Magalhães a respeito da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de conceder vista ao Senador Geraldo Mesquita do projeto de concessão de florestas públicas.

Regimentalmente, nos arts. 375, 172 e 132 e também no art. 64 da Constituição, que trata dessa matéria, temos a compreensão de que, nesta tarde, teríamos de votar o projeto, tanto é que consta do item 1 da pauta de hoje.

Quero novamente fazer aqui uma saudação e parabenizar o nosso grande guerreiro Carreiro, que é um observador e não deixa passar nada em branco. E, dos apelos feitos pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, quero deduzir o seguinte: a matéria vem de debate prolongado na Câmara dos Deputados, mas aqui, no Senado, evidentemente, o tempo foi pequeno para que se analisasse melhor a matéria.

O Senador Mozarildo Cavalcanti apresentou substitutivo, do qual o Senador Geraldo Mesquita pediu vista, que foi concedida pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A vista, claro, poderia ser concedida por um tempo menor, que foi o que o Senador pediu para apresentar o seu parecer. Mas, devido ao tempo, considerou-se melhor deixar para a próxima semana.

A ressalva que faço é que, diante da exigüidade do tempo, V. Ex<sup>a</sup> peça ao Senador Antonio Carlos Magalhães que, em caráter excepcional, antecipe a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de seu dia normal para terça-feira, momento em que poderemos apreciar o voto em separado do Senador Geraldo Mesquita e, portanto, concluir o seu ponto de vista sobre a matéria para, então, a Presidência colocá-la em votação.

O medo que temos, Sr. Presidente, é que deverão entrar nesta Casa, nos próximos dias, algumas medidas provisórias. Esta matéria já tem um prazo exíguo aqui no Senado. Parece-me que dia 1º é o prazo máximo e é uma sexta-feira. Então, peço a V. Ex<sup>a</sup> atenção máxima para esse assunto e que convença o Senador Antonio Carlos Magalhães a antecipar a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para terça-feira de manhã, para concluirmos o parecer sobre a matéria

na Comissão e apreciá-la à tarde no mesmo dia. É o pedido que faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quero responder a V. Ex<sup>a</sup> com o cuidado sempre exemplar da Secretaria da Mesa, que já aprontou a resposta.

A Presidência entende que a concessão do pedido de vista pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não acarreta nenhum prejuízo para a tramitação do projeto, uma vez que o art. 375, VI, do Regimento Interno, permite um adiamento de discussão por até 24 horas, o que transferiria a matéria para a sessão da próxima terça-feira, dia 27, oportunidade em que o Relator, usando por analogia o art. 348 da mesma norma interna, poderia solicitar igual prazo para emitir parecer sobre as emendas, adian-do, em consequência, a proposição para a sessão de quarta-feira, dia 28.

Em todo caso, levaremos o apelo de V. Ex<sup>a</sup> ao Presidente Antonio Carlos Magalhães. Talvez o Presidente Lula, ouvindo V. Ex<sup>a</sup>, evite um pouquinho mandar medida provisória e assim não atrapalhar a tramitação dos projetos importantes de interesse do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder, por cinco minutos.

S. Ex<sup>a</sup> falará pela Minoria, visto o tempo do PFL já ter sido usado, por autorização de V. Ex<sup>a</sup>, pelo Senador Jorge Bornhausen. Para nosso orgulho, Líder da Minoria cumulativamente.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna, hoje, é uma preocupação renovada que eu tenho com o paradeiro do nosso Brasil, país onde vivem os meus filhos, os seus filhos, os nossos netos, já que eu também já sou avô, país que, como eu disse aqui, Senadora Ideli Salvatti, está parado. Parou. Parou de vez. Parou e parou mesmo e essa é uma preocupação muito forte que nós todos temos.

Senador Augusto Botelho, o Fundo Monetário Internacional, entidade que tem uma visão do mundo e que emite opinião sobre continentes e sobre países em cada continente, acabou de distribuir a sua previsão de crescimento do mundo, dos continentes e dos países. Isso redobra as minhas preocupações.

O Fundo Monetário Internacional está preven-do, para o próximo ano de 2006, um crescimento do mundo de 4,3% – o mundo como um todo. A América Latina crescerá 4,1% – a América Latina que inclui a Venezuela, que, segundo o FMI, crescerá 7,8% este

ano; a Argentina, 7,5%; o Uruguai, 6%. O Brasil, pelo que se prevê, crescerá 3,3%.

O mundo vai crescer 4,3%, segundo previsão do FMI. A América Latina, 4,1%; sendo que a Venezuela, 7,8%; a Argentina, 7,5%; o Uruguai, 6% e o Brasil, 3,3%. O mundo vai crescer 4,3% por conta de países assemelhados ao Brasil, que fazem parte de um clube restrito, no qual se inclui o Brasil, como a Rússia, por exemplo. Quanto vai crescer a Rússia, segundo o FMI? Crescerá 5,5%. Quanto vai crescer a Índia, que faz parte do mesmo clube junto com o Brasil? Crescerá 7,1%. Isso para não falar no motor do mundo, que é o país da moda, a China, que se prevê crescerá 9%, quase três vezes o que vai crescer o Brasil.

E diz mais, esses são dados que eu estou revelando – não estou revelando, estou repetindo – porque são dados que machucam muito o nosso País, e temos a obrigação de fazer uma reflexão profunda sobre o que é que está acontecendo com o Brasil. Nós estamos perdendo o bonde da história. A China crescendo 9%; a Venezuela, 7,8%; a Argentina, da crise, da moratória, do calote, 7,5%; a Índia, o motor do mundo, crescendo 7,1%; a Rússia, 5,5%, e o Brasil, 3,3%, Senador Tasso Jereissati! Nós temos de nos preocupar, temos de refletir, debater e propor.

O que o FMI diz? Que o Brasil vai crescer 3,3% por duas razões. Todas da inteira responsabilidade do Governo do Presidente Lula. Razão número um: a taxa de juros praticada. Quem diz isso é o FMI, o Fundo Monetário Internacional. Quem pode baixar ou elevar a taxa de juros é o Governo, que é tão ligado ao FMI. Dizia: “Fora FMI!”, mas agora não, é o FMI sentado no colo dele. Taxa de juros é a razão número um. A segunda razão é a crise, Senador Sibá Machado. A crise e a taxa de juros, segundo o FMI, são as razões desse crescimento ridículo, perverso e preocupante de 3,3% do Brasil, frente ao mundo todo, que cresce muito mais, principalmente nossos colegas emergentes, que nos dão inveja.

Muito bem, o que é a crise? A crise é a renúncia do Presidente da Câmara, que já aconteceu. A crise são as cassações que vão acontecer esta semana. A crise é o trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito – a dos Correios, a dos Bingos e a da Compra de Votos –, que vão prosseguir.

Mas a crise gera o quê? Gera paralisia no Congresso. Paralisia que nós, na prática, estamos demonstrando que não depende de nós. Nesta semana e na semana que passou, toda a pauta do Senado Federal foi votada. Toda, integralmente. Não restou uma matéria que tivesse sido objeto de obstrução – uma só. Portanto, a crise existe e vai ser objeto de investigação. Não abrimos nem para o trem. Vamos investigar



tudo, doa onde doer e em quem doer. Espero que isso não signifique interrupção nos processos de votação da Câmara e do Senado. Meu Partido está disposto a colaborar, como, na prática, está demonstrando, mas também cobra do Governo que governe.

Senador Jefferson Péres, onde estão as reformas estruturais? Onde estão as propostas do Governo para a reforma estrutural? Onde está a reforma tributária que trabalhamos tão bem? Esse projeto está parado na Câmara há não sei quanto tempo, e os Municípios estão padecendo por inação do Governo e por falta de costura política que o Governo demonstra ser incapaz de fazer. Estamos sendo governados por um Governo incapaz de fazer costuras políticas e de governar. Mova-se, Governo Lula! Governe!

Ao revelar essa situação, estamos dispostos a votar. Votamos a pauta toda. Mova-se, Governo Lula! Mova a sua base, vote a reforma tributária, apresente a reforma trabalhista!

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Mova-se em relação à reforma política!

Estamos aqui para debater, para discutir e para votar, mas o Governo deve fazer a sua parte e propor os projetos. Há ações que são tarefas indelegáveis do Governo.

**O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador José Agripino?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Ouço, com muito prazer, o Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM)** – Senador José Agripino, ouço, nos jornais, há seis meses, que o projeto de reforma trabalhista está pronto no Governo, mas não sei por que não o enviaram até hoje ao Senado. Senador José Agripino, há três anos, o Senado aprovou a famosa reforma política, que está parada na Câmara dos Deputados. Como o Governo aprovou tudo o que quis na Câmara, por que não deu prosseguimento à reforma política? Teria o apoio do PSDB, do PFL, do PDT. Porém, o Governo não quis aprovar a reforma política. A reforma trabalhista está lá. A reforma tributária, em profundidade. Não basta baixar a taxa de juros não, Senador José Agripino. Se não simplificar o sistema tributário nacional e não reduzir a carga tributária, o País continuará patinando nos 3% ao ano; enquanto o Chile cresce, há 10 anos, a 6% ao ano. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão em suas críticas, elevadas, racionais, sérias. Meus parabéns por isso. Não são críticas de xingamento nem de insulto. Meus parabéns pelo pronunciamento.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Ao contrário, Senador Jefferson Peres, é a crítica com ofere-

cimento de colaboração – colaboração no sentido de estabelecer o debate.

Veja bem, o que mais me preocupa, Senador Augusto Botelho? O País pára quando o Governo perde a condição de fazer a costura política para que as propostas legislativas sejam votadas. É isso que está acontecendo. A paralisia está impedindo que as reformas estruturais, que já foram feitas pela Índia, pela própria China, pela Rússia, pela Argentina, aconteçam no Brasil.

Por que é que a reforma política passou no Senado e empacou na Câmara? Porque, na Câmara, os partidos da base aliada que foram adquiridos com o “mensalão” têm interesse político contrariado, e aí fazem um grande acerto com o papai Governo para não votar. E pára aí o interesse nacional, o País pára de avançar. E pára aí. E o Governo se submete. Em vez de fazer parceria política, faz aquisição política, adquire politicamente obediência. Não dá certo isso! E isso é a própria crise.

Estamos aqui, Senador Geraldo Mesquita Júnior, para oferecer a colaboração, mas para exigir do Governo que governe. Exigir do Governo que governe! A crise é produto da taxa de juros, ou melhor, o crescimento pífio do Brasil é produto da taxa de juros e da crise. A crise vai ser administrada pelas vias próprias, mas não pode parar o País. O Governo, contudo, tem que governar, tem que apresentar propostas, enviá-las para cá, e tem que mover sua base política. Do contrário, só resta a nós brasileiros uma coisa: mudar o Governo. E caminhamos para isso, com certeza, nas eleições do próximo ano.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de manifestar minha absoluta solidariedade à Senadora Heloísa Helena, que, conforme bem reportou aqui o Senador Alvaro Dias, foi agredida ontem, de forma vergonhosa. Ninguém se iluda, a Senadora Heloísa Helena é uma guerreirona. Não leva desaforo para casa. É valente política, cívica e até pessoalmente. Poder-se-ia até dizer que houve troca de acusações entre um e o outro, entre o Deputado Federal, que, na minha opinião, teve uma atitude covarde, e a Senadora. A Senadora utilizou argumentos políticos; o Deputado Federal, argumentos perversos e pessoais que tentaram denegrir a imagem pessoal da mãe de família Heloísa Helena. Isso não pode acontecer. Isso tem que ser objeto da repulsa dos que são seus amigos, como eu, e que querem bem a uma mulher que tem virtudes e defeitos, mas que é uma mulher corajosa e que vem merecendo o respeito do País.

À Senadora Heloísa Helena a minha solidariedade pessoal e política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado, Senador José Agripino.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC) – Sr. Presidente, eu estava inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC) – Mas V. Ex<sup>a</sup> disse que depois do Senador José Agripino eu teria a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senadora Ideli Salvatti, o Senador Geraldo Mesquita Júnior informa que estava inscrito antes de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC) – Tenho um compromisso, e preciso me ausentar. Estava contando com este horário, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Assim sendo, posteriormente, farão uso da palavra a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Sibá Machado, antes de iniciarmos a Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC. Pela Liderança do P-SOL. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estava atento ouvindo o primeiro pronunciamento do Senador Alvaro Dias, que não me surpreendeu, diga-se de passagem, em se tratando de S. Ex<sup>a</sup>, um Senador correto, distinto e educado, que aqui declinou sua solidariedade e fez uma espécie de desagravo ao ato de provocação perpetrado ontem por um Parlamentar cuja estatura é do nível de um meio-fio. O Senador solidarizou-se com uma Parlamentar que, mesmo de outro partido que não o dele, respeita como uma pessoa aguerrida, correta, séria e compenetrada com as suas obrigações.

Enquanto o Senador Alvaro Dias pronunciava seu discurso, liguei para a Senadora Heloísa e disse: “Senadora, seu companheiro Alvaro Dias está falando a seu respeito”. Ela disse: “Peça desculpas pela minha ausência, estou na Comissão Parlamentar de inquérito inquirindo um dos diretores dos Correios” e mandou um abraço de agradecimento às palavras do Senador Alvaro Dias, algumas das quais pude reproduzir pelo telefone. Da mesma forma, também não me surpreendeu o que disse há pouco o Líder, Senador José Agripino, grande amigo da Senadora Heloísa Helena, de partido diverso, é claro, mas de convívio harmonioso, respeitoso, no campo pessoal e político nesta Casa.

Portanto, em nome do P-SOL, em nome da Senadora Heloísa Helena e em meu próprio nome, que...

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Eu gostaria de me associar a todos esses Senadores. Apesar de apenas alguns se expressarem, é unânime na Casa um sentimento de revolta e de solidariedade à Senadora Heloísa Helena. Com certeza, as idéias de S. Ex<sup>a</sup> nem sempre coincidem com as minhas e com as de outros Senadores que aqui se manifestaram, mas a sua personalidade, a sua dignidade e a sua atitude e respeitabilidade não estão, em momento algum, em jogo em toda essa questão; pelo contrário. Por mais ferrenhas e profundas sejam as diferenças, o respeito que temos pela figura dessa guerreira é muito grande. Confesso que vi a discussão pela televisão, mas, hoje pela manhã, quando li no jornal a agressão que S. Ex<sup>a</sup> tinha sofrido, realmente minha revolta foi profunda. Até pensei se não seria o caso de esse Parlamentar, cujo nome não vale a pena citar aqui... Aliás, falo também em nome do Senador Arthur Virgílio que já deve ter se manifestado pessoalmente, mas que me ligou de Manaus, absolutamente revoltado, mandando mencionar a atitude covarde do Deputado, que a agrediu de forma violenta e baixa; e que, em determinado momento da reunião da CPI dos Bingos, quando quis provocá-la e teve um revide à altura, não teve a mesma coragem nem a mesma audácia, mostrando outra faceta de covardia, o que é realmente lamentável. Portanto, desculpe-me por interromper sua palavra, mas eu não poderia deixar de falar também e deixar aqui a minha palavra de solidariedade à nossa querida Senadora por essa agressão realmente inaceitável dentro desta Casa.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC) – Senador Tasso Jereissati, por mais que me esforçasse aqui não diria, acerca da Senadora Heloísa Helena, o que V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer: da pessoa que é, da pessoa íntegra, da pessoa correta, da política dedicada a seus afazeres – tanto assim que está lá na CPI neste momento. S. Ex<sup>a</sup> saberá, com certeza, de sua palavra, bem como das palavras do Senador José Agripino. Já reporteí, inclusive, as palavras gentis e carinhosas do Senador Alvaro Dias.

E concordo com o que V. Ex<sup>a</sup> diz: em se tratando da Senadora Heloísa Helena, o sentimento aqui é geral. Não se podem admitir mais comportamentos dessa natureza, com Parlamentares desesperados, aqueles que perderam o rumo, envolvidos na sua própria incompetência, na sua própria alopração, adentrando pela área da corrupção, metendo a mão no dinheiro público. É o caso do Parlamentar autor da agressão pessoal à Senadora Heloísa Helena. O Senador José Agripino tem razão quando diz que foi agressão à mãe, à mulher. Mal sabe que correu um sério risco. Equi-

vocado como estava, na vã suposição de que poderia tripudiar sobre S. Ex<sup>a</sup>, por ser mulher, correu sério risco de sair machucado e chamuscado. A Senadora Heloísa Helena, assim como é valente na política, é valente também pessoalmente – e, quanto a isso, ninguém pode tirar as suas razões.

Agradeço, portanto, sensibilizado as manifestações de apreço e carinho e de solidariedade para com a Parlamentar, de quem tenho a honra de me perfilar como companheiro de Partido.

Ouç o aparte do meu querido companheiro Sibá Machado e, também, do Senador Eduardo Suplicy, que, lá do fundo do plenário, acena para se manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador, terei de prorrogar, porque eu gostaria...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC) – Com a grandeza e a benevolência do Presidente, esse grande representante do Estado de São Paulo, Senador Romeu Tuma, que tem o coração maior que ele próprio.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Antes de V. Ex<sup>a</sup> conceder o aparte, vou prorrogar. Ontem ouvi a CBN noticiando o entrevisto, mas, quando cheguei, já havia terminado; a Deputada Laura Carneiro já havia retirado a Senadora Heloísa Helena do local. Depois conversamos. À noite, ouvi o noticiário com mais tranquilidade e calma.

Há uma angústia profunda, mais do que revolta pela indelicadeza, pela falta de dignidade e de respeito com que aquele Deputado ofendeu moralmente a Senadora, que é uma pessoa doce, amável, amiga, que nos trata com muito carinho. Queixei-me ontem de dores no joelho, e S. Ex<sup>a</sup> disse-me: “Não se esqueça de que sou uma boa enfermeira”. É uma enfermeira da alma.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC) – É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Minha mulher ligou, chorando vigorosamente, em protesto ao que tinha acontecido. Não podemos mais admitir nem aceitar que essas coisas se repitam nesta Casa! Esse Deputado tem de ser processado, como disse o Senador Tasso Jereissati. Não há que se tolerar atitudes como essas dentro deste Parlamento. V. Ex<sup>a</sup> desculpe-me a emoção.

Continua V. Ex<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC) – Senador, agradeço, sensibilizado, a sua manifestação. Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Geraldo Mesquita, também agradeço a tolerância da Mesa. O assunto foi iniciado desde ontem e, acre-

dito, ainda não está concluído. Volto a dizer que não participei das reuniões da CPI nesta semana. Não tive possibilidade, mas ouvi a respeito pela televisão. Hoje, ouvi comentários no rádio, pois tenho a mania de ouvir rádio. Acompanho quase diariamente o jornal da CBN, de manhã cedo. É a primeira coisa que faço quando acordo, e os comentários são os mais variados possíveis. Sou uma pessoa que não viu e que não ouviu, mas quero acreditar nas palavras da Senadora Ideli Salvatti, que travava naquele momento um debate político. S. Ex<sup>a</sup> sentiu-se agredida por um Parlamentar do PSDB, que também estava até aquele momento: embora tenha baixado o tom, não melhorou a qualidade do tratamento, segundo pude interpretar. Naquele momento, não havia necessidade alguma, conforme a própria Senadora Ideli Salvatti relatou, de terceiras intervenções. Quero crer tenha havido um exagero de parte de um Parlamentar. Senador Geraldo Mesquita, não pode ser tratado esse assunto como uma regra por parte de nossa Bancada. Há um exagero. Também acho que a temperatura das reuniões da CPIs em alguns momentos tem se elevado, exaltando os ânimos de algumas pessoas. Inclusive eu, no começo, exaltei-me um pouco. Tenho procurado manter-me sereno, porque não é do meu jeito de ser agir daquela forma. Tenho procurado permanecer como realmente sou. Vou tentar procurar o Líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados, vou ouvir o que estão pensando, como vai ser, assim como vou procurar o Deputado Eduardo Valverde. É uma pessoa que conheço há algum tempo, foi sindicalista no Estado de Rondônia quando eu também o era no Estado do Acre, e sei que não é esse o comportamento do Deputado. Porém, não podemos deixar essas coisas virarem uma normalidade, porque depõem demais, pesam demais contra um relacionamento qualquer. Aqui, há o debate de idéias, e as pessoas podem expor-se como quiserem. No entanto, baixar para outro rumo desqualifica, não pega bem para ninguém, e não podemos deixar que isso aconteça. O compromisso que posso assumir com V. Ex<sup>a</sup>, com a Senadora Heloísa Helena é de que esse tratamento não pode ser regra absolutamente. Comprometo-me a procurar o Líder de nossa Bancada na Câmara para ouvir que procedimentos e tipos de entendimentos podem ser adotados com relação a esse episódio.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Vou conceder um aparte ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Mão Santa. Depois vou encerrar, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, embora eu estivesse ontem no recinto da CPMI, eu estava relativamente

longe de onde ocorreu aquela discussão, aquela troca rápida de ofensas e até quase um início de tapas entre o Deputado Eduardo Valverde, a Senadora Heloísa Helena e o Deputado João Fontes e não pude perceber o conteúdo ofensivo de palavras que hoje surgiram na imprensa. Quero aqui externar, como V. Ex<sup>a</sup> e os demais, solidariedade à Senadora Heloísa Helena, porque não considero próprios os termos usados pelo Deputado Eduardo Valverde para referir-se a uma Parlamentar, que, em tendo sido do nosso Partido e em sendo hoje do P-SOL, não poderia ser tratada daquele modo. Podemos debater aqui as matérias e às vezes até divergir, mas sempre em termos elevados. Nenhuma pessoa, mulher ou homem, poderia ser colocada naqueles termos. E aqui, no Parlamento, nenhuma mulher, diz o Senador Tasso Jereissati, e também nenhum homem poderiam ser objeto de uma referência ofensiva como aquela, ainda mais porque não há sentido, não há veracidade naquela afirmação ofensiva. Sou testemunha dos episódios que aqui ocorreram à época da cassação do Senador Luiz Estevão e pude testemunhar a seriedade de propósitos e de ação da Senadora Heloísa Helena, que, naquela ocasião, era do Partido dos Trabalhadores. Quero também dialogar com o Deputado Eduardo Valverde sobre os procedimentos. Avalio que todos nós aqui devemos ter a atitude de apurar inteiramente a verdade dos fatos. Ontem, houve exageros de ambas as partes. Alguns Parlamentares divulgaram suas conclusões sobre aquilo que ainda é objeto da averiguação. A prudência e a responsabilidade a todos nós é recomendável.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC)** – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Para não abusar da paciência do Presidente Romeu Tuma, concedo um aparte ao Senador Mão Santa para que encerremos esse episódio.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Sr. Presidente Romeu Tuma e Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu não poderia deixar de trazer minha solidariedade e a de todo o Piauí a esta mulher batalhadora, Heloísa Helena. Serei muito breve. Em um momento como esse, só imitando Cristo, que disse: “Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem”, nem o que dizem. A Senadora Heloísa Helena não só conquista todos nós como também o povo brasileiro, tanto que, em quase todos os *e-mails* que recebo, as pessoas elogiam a sua conduta, a sua luta e os seus sentimentos. Quis Deus que eu estivesse aqui, Senador Tuma. E peço a Ele que o proteja dos malfetores desta República. Que São Francisco o proteja, já que V. Ex<sup>a</sup> combina tanto com a Senadora Heloísa Helena. Ontem, tive o prazer de assistir a uma reportagem da Rita Lee, em que ela enaltece o nome da Senadora Heloísa Helena e o meu também. Penso que o problema da Senadora Heloísa Helena está resolvido, porque, como todo cristão, ela

reza o Pai-Nosso, que diz: “Perdoai as nossas ofensas”... Essas são as palavras de solidariedade do Piauí. Entendo que V. Ex<sup>a</sup> falou muito bem dos sentimentos e que V. Ex<sup>a</sup> representa, sem dúvida nenhuma, o símbolo da ética no Senado, portanto, saberá encaminhar os trabalhos para que isso não se repita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC)** – Estou grato, Senador Mão Santa.

Para encerrar, Senador Romeu Tuma, quero registrar um apelo, de forma bem clara, no sentido de que situações como essa não ocorram mais. Esse comportamento não nos intimida. O Senador Sibá tem razão. Acredito em S. Ex<sup>a</sup>, que é uma pessoa séria, um Senador correto. Não posso crer que isso seja fruto de uma orientação partidária, não quero crer, não posso crer em uma coisa dessas.

Mesmo que outros *pitbulls* aqui, avulsos ou não, continuem provocando, tentando mudar o foco das investigações, tentando nos afastar do caminho correto da investigação e da apuração desses fatos escabrosos que estarrecem o País, não vão nos intimidar. Esses *pitbulls* terão os dentes arrancados e serão colocados no seu devido lugar. Querem intimidar, Senador Romeu Tuma, os Parlamentares do P-SOL, Parlamentares sérios desta Casa, que participam das CPIs e querem investigar com seriedade os fatos denunciados. O PT e outros Partidos participaram dessa tramóia toda, passaram um tempão urdindo, planejando e agora pretendem que, em um piscar de olhos, apuremos as responsabilidade e punamos quem deve ser punido.

Vamos levar o tempo que precisarmos para apurar as denúncias, porque essas pessoas não podem continuar impunes.

Senador Romeu Tuma, peço desculpas por ter me estendido tanto e agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, que é sensível ao tema.

**O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)** – Eu gostaria de anunciar a presença no plenário da Senadora italiana Emanuela Baio Dossi, do Partido Margherita. S. Ex<sup>a</sup> faz parte do Movimento Político pela Unidade. É um movimento muito bonito que reúne micro e pequenos empresários na unificação para que seus lucros possam ser distribuídos socialmente. A fundadora do movimento conseguiu chamar a atenção para ele e ajudar aqueles que sofreram com a guerra. Esse movimento, que nasceu na Itália durante o período da guerra, espalhou-se pelo mundo e no Brasil já atingiu um setor importantíssimo em São Paulo. E, sempre que é possível, faz uma reunião com os Parlamentares desta Casa. É um movimento que admiramos, respeitamos e desejamos que continue com a firmeza de caráter que tem desenvolvido.

Obrigado pela presença. (Palmas.)

**A SRA. EMANUELA BAIO DOSSI** – *Molte grazie. Grazie davvero.*



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Nós, do PSDB, também queremos aqui saudar as visitantes.

Queria, Sr. Presidente, antes que a Senadora Ideli Salvatti usasse da palavra, por trinta segundos, deixar registrado aqui um pronunciamento, que peço a V. Ex<sup>a</sup> que considere como lido, em apoio à Senado-

ra Heloísa Helena. Manifestamos a solidariedade do PSDB à Senadora Heloísa Helena, tendo em vista a agressão verbal que ela sofreu ontem por parte dos seus ex-companheiros ou ex-companheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido. Por favor, encaminhe o discurso à Mesa.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN**

*SENADOR LEONEL PAVAN*

**PUBLICAR NA ÍNTEGRA**

Senhor presidente,

Senhoras e senhores senadores,

No mundo político, ninguém faz o que não é. Todo político faz o que é. E nisso reflete o que é o seu partido.

Há exceções? Claro!

Um exemplo? O Partido dos Trabalhadores tem uma vigorosa face fascista. E é mostrada, é demonstrada, é repetida pelos filiados que mais se identificam com essa faceta.

Outro exemplo?

A encenação fascista do não menos fascistoíde Deputado Eduardo Valverde na reunião conjunta de duas CPLs, ontem nas dependências da Câmara dos Deputados.

Foi o teatro do real. Tão real que chocou a Nação.

Na primeira página da *Folha de S. Paulo* a foto em cores de mais uma tragédia petista, concorrendo com o assunto da Renúncia Severino, que se imaginava seria o predominante no dia.

Até aqui, disse o que está nos jornais. Até aqui, disse o que as TV-Senado e a TV-Câmara mostraram ao vivo.

Deploro o baixo nível desse Deputado petista.

Deploro as palavras que ele usou para agredir uma mulher, a Senadora Heloisa Helena.

Tanto deploro esse palavreado desrespeitoso que não o reproduzo neste Plenário. O povo que nos acompanha não merece isso.

Para o Deputado Valverde, não importa.

O que ele fez foi na verdade xingar a mulher brasileira para tentar encobrir a corrupção que caracteriza o Governo petista do Presidente Lula.

Ao desrespeitar a Senadora Heloisa Helena, Valverde desrespeitou a mulher brasileira e faltou com o respeito à família brasileira.

Valverde foi além. Ofendeu o filho da Senadora, que com ela estava na Sala da CPI.

Não pense o Senhor Valverde que os milhares de brasileiros que viram a cena por ele protagonizada consideram como ato de coragem essa postura vil, ignóbil e desqualificado.

Por quê ele não teve essa mesma coragem ao debater com o Líder do PSDB em recente sessão secreta de uma das nossas CPIs?

Por quê também não foi o pretenso *valente* Valverde diante do Deputado João Fontes, ontem ainda, na mesma reunião das CPIs?

Pelo visto, a *valentia* petista só funciona pela incapacidade de dialogar. As armas petistas não são as palavras.

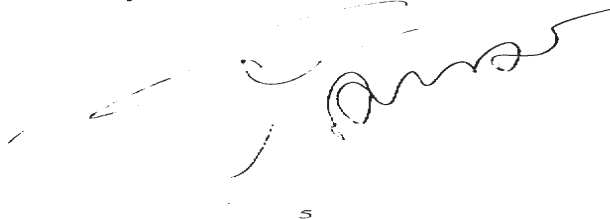
Será que a arma petista é o esforço físico?

A julgar pelo método Valverde, sim. Mas desde que contra mulheres.

Registro, pois, esse desagravo à figura exemplar de mulher e de política, que é a Senadora Heloisa Helena.

E estendo o desagravo à mulher brasileira de maneira geral.

Todas elas foram ontem agredidas duramente por um gesto desqualificado, que só poderia partir de uma pessoa sem um mínimo de postura ética e de desrespeito ao Parlamento brasileiro.



**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a revista **IstoÉ Dinheiro**, na publicação desta última semana, apresenta o *ranking* das melhores empresas do País. E é com muito orgulho que registro que uma empresa que, para nós, de Santa Catarina, é motivo de reconhecimento pelo trabalho e pela atuação: a Eletrosul. Considerada, no *ranking* da revista **IstoÉ Dinheiro**, a melhor empresa de energia elétrica do País, exatamente por conta dessa análise, desse levantamento feito em quatrocentas empresas de trinta setores de atividade, entre eles energia elétrica, alimentos, aeronáutica, bancos, mineração, siderurgia, varejo e veículos, no setor de energia elétrica, a nossa Eletrosul – e quando digo nossa Eletrosul, faço-o com muito orgulho – foi selecionada como a melhor do País. Em segundo lugar, ficou a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista; em terceiro, a Ampla Energia; em quarto, a Companhia de Luz e Força Santa Cruz; e em quinto, a Cemig.

Para ser a melhor da **IstoÉ Dinheiro**, a Eletrosul ficou em primeiro lugar na soma de quatro quesitos de gestão: financeira, de recursos humanos, inovação e compromisso social e com o meio ambiente. O excelente desempenho em todos esses quesitos colocou

a Eletrosul na condição de melhor empresa. Todos os dados foram analisados pela Deloitte, uma das maiores e mais renomadas consultorias do mundo.

A primeira colocação da Eletrosul no setor de energia elétrica no País mostra mais do que um excelente desempenho. É uma mostra da brilhante recuperação da empresa que, em 1998, teve todo o seu parque gerador privatizado e passou a ser exclusivamente transmissora de energia. A competência do seu quadro de funcionários, aliada a uma nova visão de administração pública, permitiu a recuperação da empresa.

Em 2004, a Eletrosul foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND) e recebeu autorização para voltar a gerar energia, setor em que, antes da privatização do setor de geração de energia, já se destacava de forma significativa. A empresa também tem se destacado, além da sua atividade fim, que é a geração e a transmissão de energia, a empresa também tem-se destacado por sua atuação social, atendendo à diretriz do Governo do Presidente Lula, desenvolvendo hoje mais de vinte projetos que vão desde o Primeiro Emprego, o Pré-Vestibular Eletrosul, hortas comunitárias e diversos outros programas de inclusão social.

O Presidente da Eletrosul, nosso companheiro Milton Mendes, coloca de forma muito clara que a competência dos empregados no cenário econômico positivo, no qual se encontra o País, e uma gestão que

valoriza e acredita na empresa estatal como agente de políticas públicas são indiscutivelmente os fatores que têm levado a Eletrosul a se destacar em vários aspectos.

A Eletrosul é uma empresa federal que atua na transmissão e, agora, de novo na geração de energia nos três Estados: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, cobrindo cerca de um milhão de Km<sup>2</sup> de área. A empresa atende 16% da população brasileira; 19,3% do PIB nacional, 19,2% do mercado de energia do País. São 9.015 Km de linhas de transmissão, 35 subestações e uma conversora de frequência. Estão em implantação seis subestações, 3.860 torres e 1.348 Km de linhas de transmissão. Ainda este ano, a empresa participa de leilões para construção de novas linhas de transmissão e de geração de energia nova.

Por isso, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer o registro e, desta tribuna, parabenizar a diretoria da Eletrosul, o Presidente Milton Mendes, e, de forma especial, todos os funcionários desta que é uma das empresas que orgulha Santa Catarina e o Brasil, uma empresa pública voltada aos interesses do desenvolvimento do nosso País e à inclusão social. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, nos termos do art. 66, parágrafo único, do Regimento Interno, pelo Bloco, por cinco minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero saudar a nossa colega Senadora italiana Emanuela Baio Dossi, que visita a nossa Casa. Seja bem-vinda. Congratulações do nosso Partido, o PT. Admiramos muito a terra de V. Ex<sup>a</sup>. Tive o prazer de conhecer alguns pontos da Itália, junto com outros Senadores, e a Operação Mãos Limpas, que é uma experiência de sucesso para ser contada ao mundo inteiro.

Sr. Presidente, ontem, ao ligar a TV, já tarde da noite, vi uma matéria na **Globo News**. Vi a imagem de um avião sobrevoando a cidade. Quando comecei a ouvir o relato do narrador, fui me dar conta do que estava acontecendo. Pude observar os instantes finais para o avião fazer o pouso forçado. O piloto contou que o avião decolou de uma outra cidade e teve um problema no trem de pouso dianteiro. As rodas ficaram em sentido transversal à posição que seria normal. Daí, o piloto teve que sobrevoar o mar e liberar grande parte do combustível. Foram três horas de vôo sobre a cidade até ele arriscar aquele pouso. Estavam lá 145 pessoas. Senti-me, naquele momento, tão agitado como se estivesse dentro daquele avião.

Coincidentemente, ainda há pouco, estavam aqui dois diretores da Embraer, fazendo uma pequena demonstração de como se fabrica um avião. Tive a grata alegria, junto com o Heráclito Fortes, de visitar a Embraer, uma das empresas que me chamam bastante a atenção pela sua história, pela capacidade de ser uma indústria de porte, uma indústria eminentemente brasileira, que disputa mercados nacionais.

Aquele piloto é um herói. Não pude memorizar o nome dele, que foi falado várias vezes. Ele fez um pouso de sucesso. O avião pousou e as rodas incendiaram, sem nenhum risco nem para os passageiros nem para os tripulantes.

Sr. Presidente, eu também queria falar um pouco sobre o assunto da Casa: Reforma Política. Acompanho aqui atentamente os debates na tribuna do Senado Federal, na imprensa, em todos os lugares em que andamos e, por alguns instantes, imaginei que jamais poderíamos pensar que haveria uma alternativa para votarmos algumas das idéias aprovadas aqui no Senado sobre reforma política.

Eu quero apenas aqui comungar de muitas preocupações de outros Senadores que já falaram antes de mim, sobre o que poderia acontecer. Primeiro, uma PEC que pode prorrogar o prazo, não mais em 30 de setembro, mas até o final do ano, o que daria tempo à Câmara para resolver o problema da Presidência, às bancadas de se reaglutinarem, repensarem um pouco as coisas que estão acontecendo lá por dentro.

Digo a V. Ex<sup>a</sup> que já estava um pouco angustiado, se nós tivéssemos o dissabor de amanhecer o dia 1º de outubro sem termos votado nada. Mas, agora, conversando um pouco ao lado de V. Ex<sup>a</sup>, ouvi as preocupações de que, se mexer demais, de forma atabalhoada, podemos até ter um prejuízo maior no ano que vem. De forma que algumas idéias tão boas poderiam ir para o sacrifício e termos o dissabor de vê-las irem para o desprezo até, para a rejeição, e a reforma seria uma tragédia e não poderia cumprir um grande e salutar papel para o ano que vem.

Portanto, na reunião que o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, fará com os Líderes, deveria talvez insistir na possibilidade de votar o que é consenso. Esse é o primeiro ponto. Em segundo lugar, tentar trabalhar as coisas que não vão ferir, substancialmente, a forma de se fazer uma eleição.

E V. Ex<sup>a</sup> lembrava que alguns jornalistas dos mais tarimbados nessa área da política têm levantado essas ressalvas de que determinadas medidas, para serem feitas e não serem muito bem cumpridas, é melhor que não as faça.

Agora, o que eu imagino? O Senador Jorge Bornhausen apresentou ao Senado um projeto que chamou



de mini-reforma: uma série de pontos para reduzir o custo de uma eleição no próximo ano. Talvez os pontos que modifiquem a estrutura dos partidos e outros fatores, como financiamento público de campanha, ainda não estejam muito claros para a sociedade. Votação em lista é assunto também muito complicado.

Digo a V. Ex<sup>a</sup> que tenho hoje uma vontade muito grande de ver essa matéria aprovada, mas sempre alguém me faz aquelas perguntas fatais: Como vai funcionar? Quem será o primeiro da lista? Quem escolhe quem é o primeiro e quem é o último? Quem assume a cadeira dos que são eleitos?

Esse é um assunto que realmente chama a nossa atenção.

Sr. Presidente, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que é realmente melhor estudar mais a matéria e votar o que for de consenso. Porém, insisto no fato de que o encurtamento dos prazos das eleições, para o próximo ano, é um tema muito importante que deve ser aprovado, e a proposta de baratear os custos de uma campanha eleitoral é um segundo tema que deve ser muito bem analisado. Trata-se das questões mais elementares para o próximo ano.

Quanto às outras questões, as mais estruturais, nós poderíamos deixar passar mais dois ou três meses para que as Bancadas se reúnam e, quem sabe depois, em outro clima, em outro nível de relação, apreciem melhor essas matérias.

Sr. Presidente, para encerrar, retorno àquela situação de Rondônia. Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que, na medida do possível, nos ajudasse a concluir aquele trabalho. Gostaria de que, no máximo, até o início da segunda quinzena de outubro, concluíssemos aqueles trabalhos para entregar o nosso relatório ao Ministério Público, que, daí para frente, poderá fazer o que considerar mais importante.

Era esse o pronunciamento que eu queria trazer hoje a esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou pronto para ser o soldado da equipe de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Porque julgo importante resolver o problema de Rondônia. Essa sempre foi uma das minhas preocupações quando estive na direção da Polícia Federal. O Estado de Rondônia deve ser fortalecido. A sociedade de lá não pode pagar o preço pelo erro dos seus políticos. E V. Ex<sup>a</sup> tem se comportado exemplarmente com a Senadora e com a comissão especial que foi formada para apurar todo esse clima horroroso que surgiu em Rondônia, sem culpa da sociedade, a qual tem que

ser preservada. É preciso demonstrar que o Estado merece o respeito de todos os brasileiros.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Como até o presente momento não chegaram a esta Presidência informações sobre o acordo de Lideranças para apreciação da Ordem do Dia – o único que tive oportunidade de consultar foi o Senador José Agripino, e não houve nenhum tipo de acordo para que fosse votado nenhum dos itens. Em consequência, as matérias ficam sobrestadas.

São os seguintes os itens sobrestados:

### 1

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

### 2

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal*

*Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

**3**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 87, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

**4**

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

**5**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**6**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 59, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605 de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen. Substitutivo): favorável.

**7**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004**

**– COMPLEMENTAR**

*(Votação nominal)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jefferson Péres.

**8**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

**Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que*

*exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.*

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

## 9

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

## 10

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Rodolpho Tourinho.

## 11

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

## 12

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

## 13

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

## 14

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

## 15

### REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações à Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

## 16

### REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Volta-se à lista de oradores.

Convido o Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder do PTB, para, por 20 minutos, usar da palavra.

Em seguida usará da palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Sr<sup>a</sup> Senadora da Itália aqui presente, coincidentemente quero abordar nesta minha fala exatamente os incidentes que aconteceram agora na reserva indígena Raposa Serra do Sol, demarcada, homologada no dia 15 de abril pelo Presidente Lula, contrariando, inclusive, as recomendações da Comissão Externa do Senado, cujo Relator foi o Senador Delcídio Amaral, e da Comissão Externa da Câmara, cujo Relator foi o Deputado Lindberg Farias. Essas duas Comissões alertaram claramente o Senhor Presidente para todas as peculiaridades, seja das discordâncias das diversas etnias – e estou falando só dos índios que lá moram –, seja quanto à forma como estava sendo proposta e, mesmo assim, terminou sendo feita a demarcação.

Apesar disso, o Sr. Ministro da Justiça, que não estava podendo demarcar aquela área porque havia uma decisão do Supremo Tribunal Federal que sustava a demarcação até que se julgassem os recursos contra os procedimentos administrativos eivados de irregularidades, conseguiu fazer com que o Relator, baseado numa informação dele, no julgamento de uma preliminar, também julgasse como prejudicadas todas as ações por afirmar o Ministro que já tinha baixado uma portaria mudando a outra.

Resultado: em cima de uma mentira, o Presidente Lula demarcou essa reserva indígena, contrariando a maioria dos índios, os não-índios que moram lá, todos os segmentos da sociedade de Roraima, o Governador e os Parlamentares. E avisamos que iriam acontecer conflitos, que, aliás, já aconteciam.

Agora, coincidentemente, tendo a demarcação sido no dia 15 de abril, se promove um conjunto de festejos para comemorar – não sei por que em setembro – a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Coincidentemente, quatro dias antes dessa comemoração o que acontece?

Primeiro, um incêndio em uma missão da Igreja Católica dentro da vila chamada Vila Surumu (ou Surumum) ou Vila Pereira. Quer dizer, aquela comunidade convive com a Igreja Católica ali há décadas e nunca houve um incidente. De repente, há um incêndio e um lado da questão, o Conselho de Roraima, logo se precipita em acusar que os índios, a mando de fazendeiros, é que incendiaram a missão.

Até fiz um pronunciamento aqui. Citei por analogia... Levantei uma suspeita de que, assim como Hitler, na Alemanha, mandou incendiar o Parlamento para culpar os comunistas, podia, perfeitamente, acontecer que o lado dos festejos tivesse promovendo aquilo ali para chamar a atenção da mídia internacional, como chamou.

Hoje, temos notícia de que uma ponte foi incendiada naquela região, isolando mais de três mil pessoas que não podem ir e vir e de que a Polícia Federal deslocou cerca de cem agentes policiais federais para garantir os festejos; que ela está usando alguns homens policiais federais – os jornais estão noticiando – para reconstruir a ponte.

Sr. Presidente, o que quero dizer é que eu, o Senador Augusto Botelho, os Deputados Federais em sua unanimidade, buscamos uma solução que pacifique aquela região e que faça com que todos possam viver em paz, uns pensando de um jeito, outros pensando de outro, uns agindo de uma forma, outros agindo de outra, mas vivendo pacificamente – como sempre viveram, aliás.

Pois bem, parece que não é esse o interesse de alguns setores.

Tomei, inclusive, a iniciativa de ontem mandar um ofício para o Presidente Lula, em razão mesmo desses incidentes, propondo ao Presidente, vamos dizer assim, que complemente o seu decreto, que mesmo baixado com todos esses erros que citei, pode ser perfeitamente convalidado com apenas o acréscimo de algumas pequenas coisas. E quais são essas pequenas coisas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores? A exclusão das Vilas do Mutum, Socó, Água Fria e Surumum, também chamada Vila Pereira, e alguma coisa – e coloquei lá 30 mil hectares para garantir a produção de arroz na borda da reserva indígena, portanto excluindo daquela área de 1,7 milhão apenas essas áreas, que não chegam a dar, no seu conjunto, sequer 300 mil hectares. E parece que não se consegue encontrar um acordo, um consenso que possa realmente pacificar aquela região importante do meu Estado, que é fronteira com a Guiana e com a Venezuela, e que, portanto, merece uma atenção especial no que tange à soberania nacional, no que tange à integridade territorial do nosso País.

E espero, embora não confie mais – quero dizer que mandei esse ofício por uma questão de dever de consciência, para que o Presidente disponha e, portanto, não dizer que não houve sugestões, porque já aconteceu, repito, das comissões do Senado e da Câmara e não foram levados em conta.

Agora, mandei esse ofício sugerindo essas pequenas mudanças no próprio decreto do Presidente, o



que Sua Excelência pode fazer se tiver um pouquinho de boa vontade com nosso Estado, se tiver um pouco de independência para agir realmente como magistrado, como primeiro mandatário desta Nação. Prefiro acreditar que isso não vai acontecer, porque, apesar de todo esse tempo e de todas as informações que teve, Sua Excelência agiu de forma diferente.

O meu dever, como representante de Roraima, é apresentar sugestões, é lutar para que os problemas do meu Estado sejam resolvidos – e isso tenho feito aqui incessantemente. Espero mesmo que o Supremo Tribunal Federal se debruce sobre as ações que estão lá, algumas impetradas por mim, outra pelo Senador Augusto Botelho, outra pelo Governador do Estado, que cuidam justamente da questão fundiária, tanto no que tange a essa reserva indígena desproporcional e contrária à vontade da maioria dos índios que moram lá, repito, como também às outras terras indígenas que o Incra não regulariza, não titula.

Agora, por exemplo, para os festejos na Raposa Serra do Sol foi o Presidente da Funai – é compreensível, embora meio ilógico – e o Presidente do Incra, que não tem nada a ver com reserva indígena, que não resolve os problemas afetos ao seu órgão, no Estado, mas vai fazer média por uma questão ideológica apenas. Registro o meu protesto contra essa visita do Presidente do Incra, que foi lá só passear. Ele deveria ressarcir aos cofres públicos esse passeio porque não foi a serviço do seu órgão. Não foi resolver nada lá! O Presidente da Funai ainda pode alegar que foi a uma festividade indígena.

Ouç o aparte do Senador Geraldo Botelho, com muito prazer.

**O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR)** – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> toca justamente em um grave problema de nosso Estado. Volto a afirmar que, quando morrer, as primeiras pessoas a serem responsabilizadas pelos conflitos gerados serão o Sr. Márcio Thomaz Bastos e o Presidente da República, porque foram advertidos, e a situação está se agravando. Vou aproveitar o aparte a V. Ex<sup>a</sup> para falar sobre as indenizações dos tais fazendeiros. Foi publicada uma portaria, agora em 2005, Edital nº 2002, convocando os fazendeiros a receberem indenizações. São 26 famílias de Roraima. A indenização, em média, dá R\$35 mil. Onde é que ele vai colocar o gado?... E, outra coisa: o Sr. Márcio Thomaz Bastos e o Senhor Presidente prometeram reassentar essas pessoas. Vão dar R\$35 mil a uma pessoa que vive no campo, tem 40, 50 cabeças de gado e por lá vive... Com R\$35 mil, ela mal vai comprar uma casa e não comprará terra para cuidar desse gado. Então, é injustiça! São os direitos humanos sendo violados em nosso Estado há mais de 20

anos. Toda vez que se cria uma área indígena, retiram as pessoas, prometem indenização que chega a 10, 15 anos depois por um valor irrisório. E nunca foi reassentada nem uma pessoa retirada de suas casas, de suas propriedades. Quanto a essas vilas que V. Ex<sup>a</sup> citou: Mutum, Água Fria, Surumu e Socó, as propriedades, quando forem indenizadas dentro dos critérios da Funai, nem uma valerá mais que R\$15 mil. Quem mora nessas vilas vive lá porque o cunhado, por exemplo, ajuda e geralmente são casados com indígenas. Dizem que os casados com indígenas não vão sair. Mas é mentira. Existem ações, com o objetivo de retirar de uma área de Amaraji, por exemplo, um senhor casado com uma indígena que tem até neto indígena. Falo do Sr. Dilson Cabral. Isso vai ocorrer lá também. As pessoas vivem lá porque uma protege a outra. Têm uma pequena roça feita à mão – não usam nem motosserra –, de onde sobrevivem. Quando um não tem farinha, o amigo tem e o ajuda. Quando um não tem feijão, o outro tem. Um ajuda o outro. Vão desestruturar esses grupos que estão lá. São seiscentas famílias ao todo. Vão colocá-los na miséria. Vão ficar onde? Vão para a periferia da cidade de Boa Vista, onde as condições sanitárias são precárias, apesar de a propaganda oficial dizer que está tudo bem, vão para onde as pessoas não têm esgoto. Vão comprar um barraco e fazer uma favela perto de Boa Vista, ainda sem perspectiva de emprego. O setor madeireiro – que é pequeno em relação aos outros Estados, mas que para nós é grande – desempregou mais de 2 mil pessoas porque o Incra não cedeu autorização para retirar madeira. Aliás, cedia autorização de derrubada para os pequenos colonos, de 3 hectares, mas só podiam retirar 5 metros de cada tipo de madeira. Uma tora de Angelim, em Roraima, tem muito mais do que 5 metros. Queimaram-se mais não sei quantos metros cúbicos de madeira. O Estado tem encomendas de exportação de quase US\$1 milhão. É muita coisa para o nosso Estado, que não poderá honrar o compromisso porque não há matéria-prima e, principalmente, porque desempregou as pessoas. Existem muitas pessoas passando fome, dificuldades. Todo o setor da madeira está falido. Daqui a pouco vão começar a expulsar os arrozeiros. O arroz é barato em Roraima, mas ficará caro. Tenho esperança de que o ofício que V. Ex<sup>a</sup> mandou ao Presidente Lula – que agora passou por uns apertos e sentiu novamente como é ser oprimido pelas coisas que nossos amigos fazem – faça-o pensar e tomar uma atitude. Deus queira que Sua Excelência o ouça e deixe que os pobres das quatro vilas lá permaneçam, bem como os produtores de arroz. Não são pobres porque são trabalhadores, mas também não são essas grandes potências econômicas. Muito obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)**

– Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. E quero deixar bem claro aqui que, quando o Senador Augusto Botelho fala das 28 famílias ou dos 28 fazendeiros é que, na verdade, fazendeiro é o nome que usamos lá só por *status* mesmo porque é um pequeno criador que tem 20, 30, 40 reses. Então são 20 e tantas famílias que estão lá há muitas décadas, que tiveram o avô, o pai trabalhando naquela terra e que agora vão ter que sair. Não estou questionando isso; estou deixando para que essas pessoas aceitem ou não a indenização da Funai, questionem na Justiça essas indenizações descabidas e injustas.

No entanto, o mínimo que se pode pretender do Presidente Lula é aquilo que está na minuta e no ofício que fiz para Sua Excelência e espero que mereça pelo menos, como representante de Roraima, uma resposta porque realmente o Governo Lula para o meu Estado tem sido muito ruim, muito ruim mesmo. Não há uma coisa positiva feita durante o Governo Lula no meu Estado. Nada, absolutamente nada!

Quero registrar essa minha indignação, mas, ainda assim, para que não se diga que não se está dialogando ou sugerindo, fiz esse ofício mesmo não acreditando mais em nenhuma solução que possa atender a maioria do povo de Roraima.

O Presidente Lula, na última audiência em que tive com Sua Excelência, o Senador Augusto Botelho presente, o Governador do Estado, os deputados, me fez uma pergunta que é emblemática, perguntou: quanto eleitores tem em Roraima? E nós dissemos é alguma coisa em torno de 250 mil. E Sua Excelência balançou a cabeça e disse que estava sendo pressionado pela USP, pela OEA, pelas ONGs européias. É como quem diz: 250 mil eleitores eu tenho só na USP. Só que esses 250 mil eleitores de Roraima poderão se multiplicar por muitos, porque cada pessoa de Roraima tem, pelo menos, de cinco a dez amigos fora de Roraima, e poderemos comandar um grande levante contra a possível reeleição do Presidente Lula justamente pela maldade que fez com o meu Estado.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra à eminente Senadora Ana Júlia Carepa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, fiz um apelo. Estou com viagem marcada.

Inclusive, havia ficado acertado que falaria logo em seguida, mas, neste caso, não há problema algum.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Senador, V. Ex<sup>a</sup> vai falar por quanto tempo? Eu posso ceder a vez, posso trocar com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Presidente havia feito... Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e aceito.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Com a palavra o eminente Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a efervescência das CPIs está dando o ritmo desta Casa, às vezes de maneira exagerada, às vezes de maneira serena, tranqüila, mas a grande verdade é que as CPIs viraram as manchetes e as notícias divulgadas pela imprensa brasileira. O poder da CPI tem sido tão forte que, inclusive, programas que pontuam sua participação na comunicação brasileira por trazer no seu dia-a-dia temas atuais e recentes criaram debates permanentes envolvendo membros dessas Comissões, como é o caso do Programa do Jô, que às quartas-feiras, como foi o caso de ontem, reúne especialistas da imprensa, jornalistas mulheres – inclusive o programa é conhecido como “As Meninas do Jô” –, para debaterem sobre esses assuntos.

Mas aproveito para fazer uma referência à noite em que o nosso companheiro Sibá Machado deu uma das entrevistas mais interessantes e mais marcantes a que assisti nos últimos tempos. S. Ex<sup>a</sup> mostrou a luta de um bravo, de um homem que veio de baixo, de um homem que lutou, enfrentando as dificuldades, e chegou ao Senado da República. O próprio Jô Soares ontem repetiu, repercutiu este fato: nosso companheiro Sibá Machado, nosso conterrâneo do Piauí, Senador Mão Santa, após 20 anos afastado dos bancos escolares, voltou aos estudos, formou-se em Geografia e hoje, neste Senado Federal, presta colaboração importante a este processo difícil que estamos vivendo, inclusive como membro do Partido que é foco das investigações.

Observamos pela postura e pelas maneiras do Senador Sibá Machado que ele é um dos que mais sofrem ao ver a orgia que alguns fizeram com milhares e milhares de reais, de dólares ou de euros, pelo mundo afora, enquanto ele luta, como a grande maioria do PT, para resolver os seus problemas, inclusive o do Cheque-Ouro no vermelho. É um homem simples, mas que mostrou compostura e, acima de tudo, dedicação.

Sr. Presidente, está convocado para depor naquela Comissão de Inquérito, o Presidente do Citibank Group no Brasil, um senhor de origem paraguaia

chamado Gustavo Marin. Esse cidadão está movendo céus e terras para não vir ao Congresso Nacional. Para isso, ele usa subterfúgios vários, pressiona bancos que têm transações com o Citibank, que é muito poderoso, pressiona o Governo, por julgar-se o todo-poderoso, já que é o maior credor do Brasil.

Agora, aproveitando um requerimento que subcrevi, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, acrescentamos que, além dele, deve vir prestar alguns esclarecimentos o Sr. Sérgio Spinelli, que é advogado do Banco.

Mas o poderoso Sr. Marin está tentando não vir ao Congresso, ou então, na pior das hipóteses, adiar para outubro, uma jogada desleal e desonesta. O Sr. Marin não quer vir aqui agora para prestar esclarecimentos sobre o famoso acordo que ele fez e que envolve bilhões de reais, pois calcula que no correr do mês que vem dará fim à negociação em que está envolvido e que em outubro não terá nenhuma finalidade a sua vinda. Ou seja, está querendo enganar o Congresso! Ele não diz realmente as razões por que está se negando vir aqui, apenas que está programada uma viagem aos Estados Unidos, fugindo, assim, da responsabilidade.

Ele é um cidadão estrangeiro que exerce legalmente as suas funções de diretor de banco no Brasil, mas tem de prestar esclarecimentos a essa CPI e a este Congresso. E se for verdade o que se diz, e tomando-se por parâmetro o comportamento nebuloso desse mesmo banco em outros países onde está envolvido em questões não explicadas, como no caso do México, da Argentina, do Chile e Japão, é preciso que ele venha aqui. O Paraguai é um país irmão; ele será bem tratado.

É preciso acabar com essa arrogância e prepotência de achar que, por ser de um banco credor, não tem satisfações a dar. Tem sim! E é preciso que sejam dadas, é preciso que os esclarecimentos sejam feitos. O PT não é mais aquele Partido que pode lançar uma verdade no País e essa verdade prevalecer. Lembrem-se do caso de Celso Daniel, que quiseram transformar em um crime comum. Agora, os fatos estão vindo à tona. Mais uma vez volto ao Programa do Jô, que na segunda-feira levou os dois irmãos e o médico legista, que participou da exumação do corpo do infelicitado ex-Prefeito de Santo André.

A mesma coisa fazem agora nessa transação que não está esclarecida e que venderam a verdade, e é preciso que isso seja colocado à tona. Afinal de contas, se prejuízo causar, os apenados serão os aposentados dos fundos que estão nesse processo. É preciso, portanto, que sejam tomadas medidas antes que os fatos estejam consumados. Sei que alguns companheiros

estão sendo iludidos ou recebendo versões dos fatos que não condizem com a verdade. Não entrem nessa manobra que nos acorará, que desmoralizará o Congresso brasileiro!

A CPI convocou os envolvidos. Veio aqui o Presidente da Previ, o Sr. Sérgio Ricardo Rosa; veio o Presidente do Opportunity, Sr. Daniel Dantas, e agora deve vir o Sr. Marin. Depois disso, há que se fazer uma acareação envolvendo os três para saber com quem está a verdade.

E digo isso, Sr. Presidente Ribamar Fiquene, porque essa gente se aproveita da sofisticação das aplicações e dos subterfúgios desse mundo em que vive, que é sofisticado, que é intrincado, para responder nas comissões exatamente o que não se pergunta. Daí por que a necessidade de botar um de frente para o outro e a Nação toda vigilante.

Vem um aqui e diz que não teve encontro, que não participou. O outro vem e desmente. Senador Mão Santa, existe uma coisa que precisa ficar bem clara. Há oito meses, essa tão falada Telemig estava sendo vendida para os portugueses por US\$2 bilhões. A empresa, agora, está sendo negociada com o mesmo grupo, por US\$500 milhões. É preciso explicar isso. Eu, como leigo na matéria, não consigo entender por que essa depreciação, por que essa negociação foi feita com garantia até 2007 de um preço que hoje está completamente fora do mercado e que, amanhã, se esse preço se elevar, o comprador não terá nenhuma obrigação de honrar, mas, caso contrário, o vendedor indenizará o suposto comprador. É o chamado "put". A famosa história do prêmio, que é uma praxe desse tipo de contrato, não está bem clara. Aceitar essa substituição é crime da nossa parte.

O advogado tem que vir, deve vir; todavia, a presença do Presidente aqui, Senador Eduardo Suplicy, é necessária e urgente, até porque quem veio conversar com as autoridades do Governo brasileiro, em nome da instituição financeira que aqui representa, foi ele próprio. Estou, inclusive, tendo o cuidado de pedir à Comissão que remeta ao Congresso americano o comunicado de que uma autoridade que representa um banco daquele país está, através de subterfúgios, negando-se a comparecer ao Congresso Nacional.

Como sei que aquele país prestigia muito sua representação popular e não convive com esse tipo de manobra, tenho certeza de que esse comunicado terá algum efeito.

Faço isso na defesa dos aposentados e, acima de tudo, para a clareza dos fatos. Não me amedronta nem me intimida qualquer setor do PT, ou um pequeno setor da imprensa que está a seu serviço, dizer que sou ligado ao banqueiro A ou ao banqueiro B. Eu sou

ligado ao meu mandato, ao meu Estado e à minha responsabilidade. Aliás, ser ligado a A ou a B me deixa muito mais tranquilo – ser ligado a um homem que tem responsabilidade e que administra milhões e milhões, a fortuna de vários brasileiros, e que, fora este caso, não se tem notícia de nenhum prejuízo causado a terceiros – do que se eu estivesse aqui defendendo o Waldomiro, defendendo o Delúbio, o Silvinho e outros mais. Faço isso com a maior tranquilidade.

Senador Eduardo Suplicy, digo à Nação brasileira que, no momento em que eu me convencer disso e se as provas me mostrarem que nesse episódio o errado é o que hoje defendo, por suspeitar da maneira como isso está sendo tratado, virei a esta tribuna fazer **mea culpa**. Não concordo é com a crucificação antecipada, sem as provas, apenas porque existe uma questão pessoal e um ministro ou ex-ministro, que, extrapolando as suas funções de governo, as transforma em questão de Estado.

Aliás, existe, a esse respeito, um artigo assinado pela lúcida jornalista Rosângela Bittar, publicado no mês de abril, salvo engano, onde ela diz, de maneira bem clara, baseada em informações, em declarações do sempre lúcido Deputado petista Paulo Delgado, o que acha do fato, a sua opinião e a maneira como este assunto está sendo tratado.

Faço este registro, Senador Mauro Fecury, alertando para o fato de que este Congresso, Senado e Câmara, não tem o direito de se acocorar ao Citibank. Aliás, por que o PT, que, durante os anos da ditadura, de exceção, em que era Oposição, tanto combateu este banco dizendo que esse banco comia a nossa poupança, que era um representante camuflado do FMI aqui, por que, de repente, tornou-se o seu grande defensor?

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Estamos ouvindo atentamente e quero dar o testemunho do Piauí, que tem o privilégio de acompanhar a sua carreira. V. Ex<sup>a</sup> não simboliza ligação nenhuma com banqueiros, com os privilegiados. O Piauí o admira muito e V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida nenhuma, o representa com muita grandeza. Ninguém mais do que V. Ex<sup>a</sup> conseguiu a amizade dos grandes políticos brasileiros. Fico até a invejar quando V. Ex<sup>a</sup> cita Ulysses. V. Ex<sup>a</sup> sabe todos os pensamentos – eu sei poucos –, V. Ex<sup>a</sup> sabe todos os pensamentos de Ulysses, de Tancredo, de Renato Archer, de Luís Eduardo Magalhães. A sua força política não vem dos banqueiros, dos poderosos. No Piauí, V. Ex<sup>a</sup> tem se marcado como político municipalista por excelência. Então, este é o testemunho. Embora não sejamos do mesmo Partido, quero lhe dizer que somos aliados na defesa do povo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço, Senador Mão Santa.

A questão partidária, muitas vezes, não nos separa, nos une. Aliás, o velho Ulysses dizia que era melhor ver um amigo em pé do outro lado do rio que de cócoras do nosso lado. De forma que, quanto a essa questão partidária neste Brasil em que vivemos – está aqui o Senador Ribamar Fiquene, que a conhece bem, até porque esse rio de que falo, se for o Parnaíba, ele não nos separa, nos une –, vale muito mais, em determinados casos na política, a amizade, a palavra empenhada, o compromisso honrado do que as questões passageiras.

Adentra o plenário do Senado nosso Senador Alberto Silva, mestre, orientador, pai político de todos nós, uns mais rebeldes, outros menos. Todos, porém, se curvam à sua experiência e, acima de tudo, à sua história de vida.

Feito este meu pequeno pronunciamento, mais uma vez apelo ao Senado da República, aos presidentes das Comissões e aos Srs. Relatores para que não se dobrem, não se verguem. Ao rei tudo, menos a honra.

Ouçó o Senador Alberto Silva, com o maior prazer.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Quero agradecer as palavras generosas de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes. Nós palmilhamos aquelas estradas do Piauí, V. Ex<sup>a</sup> ainda jovem, andamos naquela estrada toda – na época os pneumáticos dos nossos carros quebravam – fazendo um partido, levando a nossa mensagem ao povo. Naturalmente V. Ex<sup>a</sup>, já naquele tempo, mostrou sua competência, sua inteligência e sua capacidade. É por isso mesmo que está agora no Senado e já esteve não sei quantas vezes na Câmara. Gostaríamos de vê-lo mais em cima ainda, se esse for o desejo do nosso Criador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Ribamar Fiquene, o Senador Alberto Silva tem razão. Numa determinada campanha, tínhamos tantas dificuldades e os nossos adversários eram tão poderosos no Piauí que, certa vez, fomos a um comício em Valença, e o carro furou quatro vezes o pneu. Chegamos à cidade na boléia de um antigo Fenemê. O motorista, um gaúcho, ao saber que se tratava de Alberto Silva, o construtor da PI-4m, que tinha modificado o cenário do Estado, além de nos dar carona, foi um dos que nos aplaudiram embaixo do palanque.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para encerrar.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Apenas quero aqui afirmar, Senador Heráclito Fortes, que



o propósito que temos tido, eu, como Senador do PT na CPI, ora argüindo Daniel Dantas, ora o Presidente, o Procurador do *City Corporation*, é apurar inteiramente os fatos. Era apenas isso que eu queria registrar. Obrigado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, eu até fiz a ressalva. Eu disse que V. Ex<sup>a</sup> apresentou um requerimento, do qual também fui signatário, porque considerei justíssimas a sua reivindicação e a sua ponderação. Era mais um membro desse poderoso banco a prestar subsídios a esta Casa. Porém, há uma diferença muito grande entre querer aproveitar-se de um requerimento assinado com a melhor das intenções e querer substituir quem tem responsabilidades formais pelos fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra à eminente Senadora Ana Júlia Carepa, pelo prazo de vinte minutos.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu ia falar de um assunto referente ao desvio do Fundef em um município do Estado do Pará, mas deixarei para fazê-lo em outra semana.

Início o meu pronunciamento manifestando a minha solidariedade à Senadora Heloísa Helena, em razão da agressão verbal feita contra S. Ex<sup>a</sup>. Sei que há várias versões sobre como começou esse episódio, mas eu soube que foram ditas a S. Ex<sup>a</sup> palavras, frases, que foram feitas acusações. Lamento, lamento muito. A divergência política pode até nos levar a uma discussão mais tensa, mais áspera, mas jamais ao baixo nível. Jamais. Quero fazer um registro de solidariedade à Senadora Heloísa Helena devido à agressão verbal sofrida por S. Ex<sup>a</sup>.

Faço também um registro de solidariedade a outra Senadora, devido à agressão verbal sofrida por S. Ex<sup>a</sup> ontem nesta Casa, a Senadora Ideli Salvatti, que foi aqui ofendida, de forma absurda, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

Quero me solidarizar com as duas Senadoras agredidas, todas as duas, verbalmente, a Senadora Heloísa Helena e a Senadora Ideli Salvatti.

Não costumo vir à tribuna falar sobre problemas da CPMI, mas quero falar, sim, sobre isso hoje. Outro dia me perguntavam por que as CPMIs não se entendiam, qual era o problema, por que tinham dificuldades de prosseguir, às vezes. Eu disse que se tratava de disputa de holofote – essa é a verdade. Essa guerra de holofotes tem sido cruel.

Não costumo vir falar das CPMIs. Mas, pelo que ocorreu ontem na reunião conjunta das CPMIs em

que se ouviu o Sr. Daniel Dantas, eu não poderia deixar de vir falar. Primeiro, é interessante observar que algumas pessoas não compreenderam o objetivo de uma das CPMIs que existem no Congresso, que é a da Compra de Votos. Há pessoas que pensam que essa CPMI, conhecida como a CPMI do Mensalão, destina-se apenas a investigar esta situação atual: se foi ou não foi compra de votos; se algum membro do Congresso Nacional recebeu vantagem indevida para votar a favor do Executivo. Temos que investigar se esses recursos foram recebidos – já sabemos que existiram – para que houvesse voto a favor do Executivo, para campanhas ou para outras destinações. É esse o nosso papel.

É também nosso papel investigar uma outra denúncia de compra de votos, uma outra denúncia de recebimento de vantagens por membros do Congresso Nacional, à época do Projeto de Emenda Constitucional que aprovou a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É nossa obrigação verificar isso também.

Assim como a CPMI da Compra de Votos está querendo verificar a origem dos recursos, a vinda do Sr. Daniel Dantas aqui nos remete não apenas ao momento atual, com o envolvimento da Telemig Celular, da Amazônia Celular e da Brasil Telecom, que foram as empresas que mais aportaram recursos nas contas do Sr. Marcos Valério, mas também à situação da compra de votos à época do Fernando Henrique, que também está envolvido. Há uma grande possibilidade de que isso tenha ocorrido, e estamos investigando.

Por quê? Porque foram épocas também próximas às privatizações. Por exemplo, o Fundo Nacional foi formado em setembro de 1997 para a privatização do sistema telefônico brasileiro, para a entrega do patrimônio nacional de forma absurda, como foi feito.

Ouvi ontem Deputados dizendo “Imagina! Se ainda fosse público, seria um absurdo”. Absurda é a situação atual, pois, além de tudo, além de vender o patrimônio do povo brasileiro, ainda herdamos embutida uma inflação, pois, de acordo com os contratos, é obrigatório fazer o reajuste por aquele índice, e o Governo não tem mais controle, o Governo não manda mais.

Hoje pode ser que haja mais pessoas, é verdade, com telefones celulares. Mas vejo, em determinados dias, que o telefone fixo não funciona em muitos lugares do meu Estado. Pára tudo, pára tudo. O sistema não melhorou; os vícios não foram melhorados com a velocidade e a qualidade com que ocorreu a venda do patrimônio.

O valor pelo qual a Vale do Rio Doce foi vendida não cobre o lucro que a Vale do Rio Doce teve em um único semestre deste ano. Ela foi entregue. Para onde

foram tantos milhões de reais dessas privatizações? O Senador Amir Lando bem sabe.

Não podemos passar o tempo todo aqui dizendo, como ouço nas CPIs, que esse é o maior processo de corrupção. Vamos parar de ser aprendiz do chefe da Propaganda Nazista de Hitler, que ficava repetindo mentiras o tempo todo para transformá-las em verdade.

Sou uma das que defendem, todos sabem disso, o nosso Partido. Ele cometeu erros, tem que pedir desculpas, sim. Inclusive, o Partido já devia ter expulso – a Comissão de Ética já o determinou – várias pessoas. Não o fez, está errando. Está errando!

Tenho muita esperança nesse processo de eleição direta, para que possamos refundar o nosso Partido. Não podemos generalizar esses erros para toda a militância, para todos os Parlamentares, porque isso é um erro.

Essa energia gasta por esses companheiros, copiando, inclusive com o mesmo cidadão, o tal do Sr. Marcos Valério, os mesmos esquemas feitos em ligações anteriores, por exemplo, do PFL, do PSDB, em 1998, essa energia poderia estar sendo gasta para aprovar uma reforma política no País, poderia ter sido gasta bem no início do Governo. Estaríamos hoje com a reforma política aprovada e, com certeza, com a perspectiva de termos partidos mais fortes, um maior controle social e campanhas sendo feitas sem recursos não-contabilizados, para usar um termo mais atual para caixa dois.

Assim como pretendo apurar, investigar, quero que todos sejam punidos, inclusive esses que cometeram erros, de acordo com as responsabilidades de cada um – porque há responsabilidades diferenciadas, sim. Tenho certeza de que a sociedade também não quer só limpar a sala, a sociedade quer limpar a casa toda, inclusive aquilo que foi feito, que foi desviado do povo brasileiro, em anos anteriores, num passado bem recente.

Quero aqui fazer contestações que não me foram permitidas fazer ontem, naquela CPMI, porque o Sr. Daniel Dantas sabia que eu iria desmenti-lo, pois, ao final da minha fala, quando ele começou a responder, eu disse: “O senhor está mentindo”. Ao final, quando me reinscrevi – eu era a única pessoa –, por mais três minutos apenas, ele alegou que estava passando muito mal. Infelizmente, foi covarde e não quis ficar para que eu o inquirisse.

Quero dizer que, quanto à covardia e à dita valentia que essas pessoas dizem ter, elas as têm mesmo, porque já me avisaram, há duas semanas, porque fiz o requerimento pedindo a quebra do sigilo do HD apreendido pela Polícia Federal naquela operação das escutas telefônicas ilegais da Kroll, que eu seria per-

seguida, que eu teria todos os meus telefones grampeados, que apareceriam matérias na imprensa contra mim. Estou começando a acreditar.

Mas eu não me intimido. Eu não me intimido! Esse cidadão pode publicar dezenas de matérias caluniosas contra mim em revistas, que eu não vou, de forma alguma, me intimidar.

E vou aos pontos específicos das mentiras que aquele cidadão inteligente, bem preparado, com certeza, tratando de um tema árido, de um tema difícil, respondia a muitos Parlamentares, e respondia àquilo que não se estava perguntando. Por isso, eu disse – e até foi divulgado em um órgão da imprensa: “Ele mentiu muito!”.

Vou citar apenas algumas das mentiras. Ele afirmou, por exemplo, que os fundos de pensão tinham garantido o direito de vender suas ações em conjunto com os outros fundos administrados pelo Opportunity, os quais controlam diversas empresas, entre as mais destacadas: Brasil Telecom, Telemig Celular e Amazônia Celular. Ele disse que os fundos de pensão só perderam esse direito após a destituição do Opportunity como gestor.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer à sociedade que o Fundo Nacional, que é formado por onze fundos de pensão, mais o BNDES e mais um pedacinho do Opportunity – do outro cidadão – representa 45% das empresas, por exemplo, na Brasil Telecom. O fundo estrangeiro, que é o Citibank – é o fundo do Citibank, não é o Citibank; não é a mesma coisa –, detém 45%. O Opportunity detém apenas 10%. Esse cidadão é mesmo muito inteligente. Controla tudo; os outros não controlam nada. Os fundos de pensão não têm direito sequer a voto. Enfim, os fundos de pensão não têm direito a vender as ações em conjunto, com o mesmo preço. Não têm direito. Ele mentiu. Não disse que os fundos não têm ações de empresas que todos conhecem, mas sim de empresas de papel que cumprem a única função de controlar as empresas que conhecemos em nosso dia-a-dia. Quem controla é uma empresa de papel, uma tal de Zain Participações, por meio de uma confusa estrutura. E nisso o cidadão é bom. O Sr. Dantas convenceu.

Sabemos dos grampos telefônicos, como aconteceram, às vésperas da privatização. São quarenta e seis fitas de grampo, até com a participação do ex-Presidente. O Sr. Dantas “convenceu” os fundos de pensão a investirem em empresas que não têm suas ações negociadas regularmente na Bolsa de Valores. Esses investimentos se deram de duas formas: cerca de R\$645 milhões no fundo administrado pelo Opportunity, cujos investidores, já disse, são onze fundos de pensão mais o BNDES; e cerca de R\$700 milhões

investidos diretamente nas empresas de papel, investimento proposto pelo próprio Opportunity, cujos investidores também foram fundos de pensão – os chamados co-investidores –, que, na véspera, queriam sair. Por isso, a pressão. Esses co-investidores são cinco fundos de pensão.

Pois bem. A resposta do Sr. Daniel Dantas, ontem, tratou somente dos cotistas do fundo, e, bem diferente do que disse, a realidade dos cotistas é a seguinte: em 2000 – portanto, ainda no Governo Fernando Henrique –, os fundos de pensão e o BNDES, em Assembléia do chamado Fundo Nacional, decidiram negociar diretamente um acordo que garantisse o retorno dos investimentos feitos, dispondo sobre o direito de vender suas ações em conjunto e ao mesmo preço que os demais fundos do Opportunity. Entretanto, o Opportunity entrou com recurso na CVM – Comissão de Valores Mobiliários –, alegando que o regulamento do Fundo Nacional previa que somente o administrador – ou seja, o Opportunity, que só tem 10%; aliás, não, na parte dos cotistas, o Opportunity tem 0,36% no Fundo Nacional... Isso ocorreu na Assembléia do Fundo Nacional.

Temos que entender: quem tem 45% das empresas. Portanto, na Assembléia do Fundo Nacional, em que o Opportunity tem 0,36%, mas é o gerenciador, é o administrador, os fundos de pensão não querem entrar com investimento e permanecer **ad eternum**, mas querem ter o direito de sair juntos.

É o mesmo que formarmos uma sociedade entre nós três, Senadores. Se eu não firmar um contrato em que para que eu saia da sociedade possamos vender juntos as ações pelo mesmo valor, posso fazer um acordo aqui, se não tiver isso garantido. Compro as ações, e o outro Senador vai ficar sozinho, sujeito a me vender pelo preço que eu quiser. Foi o que aconteceu. Por isso, é uma balela dizer que este Governo estava pressionando os fundos de pensão, porque, em 1999 e 2000, o Presidente era Fernando Henrique Cardoso. Essa Assembléia dos cotistas do Fundo Nacional ocorreu em 2000.

Eles queriam, como disse, negociar diretamente o acordo para garantir o retorno dos investimentos, mas o Opportunity entrou com recurso, alegando que o regulamento dizia que só o administrador poderia negociar e assinar acordos. A CVM acatou. Decidiu que o Opportunity tinha razão, e o acordo, infelizmente, não foi negociado. Mas, em momento algum, o Opportunity mostrou que tinha esse contrato e que eles tinham esse direito.

Em outubro de 2003, na véspera da Assembléia que o destituiu, o Opportunity encaminhou, por fax, aos fundos de pensão um acordo entre o Fundo Na-

cional e outros fundos administrados pelo Opportunity, e afirmou que o Fundo Nacional somente...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)  
– Sr. Presidente, pelo menos mais três minutos.

A primeira vez que apareceu algum contrato que garantisse alguma coisa sobre desinvestimento foi à véspera da Assembléia que o destituiu do Fundo Nacional dos Cotistas. Pois bem. Aí ele encaminhou por fax aos fundos de pensão. Mas dizia o seguinte: havia um acordo entre o Fundo Nacional e os fundos administrados pelo Opportunity, mas afirmou que o Fundo Nacional somente teria direito a desinvestir conjuntamente se o Opportunity continuasse como administrador do Fundo, ou seja, um direito que deveria ser do Fundo Nacional foi contratado em favor do administrador. Isso é uma irrefutável prova de quebra de confiança dos investidores no gestor dos recursos.

Isso o Sr. Daniel Dantas não disse, pelo contrário. E não quis escutar.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)  
– Sr. Presidente, como este é um assunto difícil, gostaria de pelo menos mais três minutos. Não há muitos Senadores aqui.

Então, ele mentiu. Mentiu e não teve coragem de ficar lá. Será que ficou com medo de mim porque sou mulher, Senador? Não sei. Pois eu ia dizer a ele, como já havia dito antes: “O senhor está mentindo”. Mas ele saiu.

Ele disse que havia contrato, e não havia. Apresentou um contrato que estava muito longe do que ele tinha com o Citibank, muito longe, pela primeira vez, em 2003, porque nunca cumpriu a palavra. Por isso disse a ele: “Que capacidade o senhor tem! Como conseguiu, na época da privatização, colocar os fundos de pensão nessa roubada?”

Os fundos agiram certo em brigar, pois estão brigando pelos seus associados...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)  
– Estão brigando pelos aposentados, estão brigando por aqueles que ainda vão se aposentar. Foi um verdadeiro escândalo a pressão que foi feita, e os fundos entraram em uma grande roubada, porque até hoje eles não têm o direito de desinvestir, de forma conjunta, com o mesmo preço. As ações que eles têm não são negociadas em bolsa. Se forem vendidas, valem 10% do valor – essa é a verdade.

Dos co-investidores. Só eu falei disso lá ontem. Os outros R\$700 milhões foram aportados pelos fundos

de pensão, e são cinco os fundos de pensão; tinham a promessa de desinvestimento em conjunto e ao mesmo preço que os demais, garantindo-se um retorno do investimento. No entanto, os acordos contratados não garantiam os direitos prometidos; ou seja, o investimento de R\$700 milhões, feito nas empresas Brasil Telecom, Telemig Celular, Telenorte Celular, que é a Amazônia Celular, Metrô do Rio, Santos Brasil e Saneapar estavam, na verdade, sem as garantias.

Então, só houve promessas, sem garantia alguma. Ele também afirmou que fez diversas propostas para compra das participações dos fundos de pensão. Na verdade, nenhuma proposta objetiva foi feita, fato muito fácil de se comprovar. Caso alguma proposta tivesse sido feita oficialmente, seria obrigatória a análise da mesma pelo fundo, sob pena, inclusive, de os seus dirigentes serem denunciados por improbidade.

Na verdade, uma única vez, foi encaminhada pelo Opportunity uma comunicação, sem valor, manifestando a intenção de comprar as cotas da Previ no Fundo Nacional. A proposta não contemplava os valores do co-investimento – os co-investidores, já falei, são cinco fundos. Entre eles, a Previ, a Funcef, a Petros, a Sistel e a Embratel.

A Previ respondeu a correspondência, solicitando maiores detalhes por parte do Opportunity, que era o gestor do fundo, especialmente a sua avaliação sobre a oportunidade de se venderem as cotas naquele momento em função da melhor perspectiva de valorização dos ativos. O Opportunity não respondeu às questões formuladas pela Previ.

A Previ e outros fundos, em vários momentos, cobraram do Opportunity a estratégia que seria utilizada para a venda das empresas e a recuperação do valor por parte dos investidores. Em nenhum momento, essas estratégias foram apresentadas, e várias oportunidades de venda das empresas foram perdidas.

O presidente da Petros, Sr. Wagner Pinheiro, hoje, desmentiu mais uma vez a afirmação do Sr. Dantas por meio da imprensa – jornal *Valor Online* e a rádio CBN.

Outra acusação – e eu não terei tempo realmente – foi feita à Secretaria de Previdência Complementar, que teria pressionado o Sr. Daniel Dantas em relação à Fundação 14 de Previdência Privada, que é patrocinada pela Brasil Telecom, um dos dez fundos de pensão com cotas no Fundo de Investidores Nacional, o Fundo Nacional. A Fundação 14 é ligada aos trabalhadores de telecomunicações.

Recebi nota da Secretaria de Previdência Complementar, de que, em 19 de maio de 2005, a Fitel, Federação Interestadual dos Trabalhadores de Telecomunicações, protocolou uma representação na Secretaria

de Previdência Complementar, argumentando que a Fundação 14 de Previdência Privada estaria desvirtuando a sua atuação, com quebra de dever fiduciário ao defender os interesses do grupo Opportunity e não os interesses dos participantes e assistidos. Portanto, é obrigação da Secretaria de Previdência Complementar investigar, e isso foi feito.

Concluo em seguida, contando com a bondade do Presidente. Ontem, ouvi o Deputado do PFL dizer que os Parlamentares precisam preparar-se melhor para essas oitivas. É verdade, principalmente com assuntos tão áridos como esses e tão difíceis. No entanto, esse senhor mentiu descaradamente, tentou enrolar, tentou enganar. Tentou enganar não só a mim, mas à CPI e à sociedade, porque estão questionando o acordo que os fundos fizeram agora. Os fundos fizeram isso para ter garantia de desinvestimento, o que jamais tiveram, em conjunto, com as mesmas condições; para ter garantia de vender pelo mesmo preço e não serem enganados, como o foram, pelo Sr. Daniel Dantas, mas sabemos o que há por trás.

Peço, sim, a vinda aqui do Sr. Daniel Dantas – já foi pedida a acareação –, do Sr. Sérgio Rosa e do Sr. Sérgio Spinelli. Por que o Sérgio Spinelli? Porque não posso chamar o presidente do Banco do Brasil no lugar do presidente da Previ, e querem chamar o presidente do banco em vez de chamar o representante do Fundo do Citibank! Devemos chamar também o representante da Telecom Itália no Brasil para fazermos essa acareação. Alguns querem seja feita a acareação.

Não podemos confundir. Parece que aqui, ainda há pouco, tentou-se um pouco isso. Há diferenças entre o presidente, ou aquele que representa o Banco do Brasil, daquele que representa o Fundo do Banco. É completamente diferente! Imaginem se, em vez de chamarmos o presidente da Previ, chamássemos o Dr. Rossano Maranhão, Presidente do Banco do Brasil. O fundo de pensão tem uma participação do banco como patrão dos empregados, mas é dos empregados, dos funcionários do Banco do Brasil. Portanto, é uma entidade de direito privado.

Então, faço esses esclarecimentos para mostrar à sociedade que, apesar de usar gravata e paletó, estou acostumada a enfrentar uma bandidagem bastante braba no meu Estado, e não tenho medo também daqueles que, embora usem paletó e tenham olhos claros e curso de doutorado, tentam enganar a sociedade com mentira. Na verdade, os fundos estão tentando defender o direito de seus associados, e isso eu vou defender porque, inclusive, sou uma das associadas dos fundos de pensão.

Obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assomo à tribuna do Senado Federal nesta noite para tratar de um assunto que vai – acredito – movimentar a próxima semana aqui no Planalto Federal.

Quando se fala assim, há de se pensar que se trata de algum desdobramento dessa crise que temos aí, porque o que está tomando conta de todas as atenções é, de fato, o que se está passando no Executivo, no Congresso Nacional, as apurações que estão sendo realizadas.

No entanto, a crise aqui é outra, Sr. Presidente. Refiro-me à crise municipal, que está longe de nós pelos quilômetros que sempre nos distanciam de alguns dos nossos Municípios. Essa crise, contudo, está presente e estará ainda mais quando aqui estiverem, na próxima terça-feira, cerca de mil prefeitos, que virão apresentar as suas reivindicações e tratar dessa situação dos Municípios brasileiros. Algumas são reivindicações urgentes, urgentíssimas, outras demandam médio prazo. Aí estão os Municípios diante da impossibilidade de cumprir com as suas obrigações em virtude das competências que lhes foram conferidas pela Constituição de 1988, como a municipalização da saúde e da área social. Acontece que as competências foram transferidas para os Municípios, mas não se deu a eles a capacidade, sobretudo financeira, de fazer face a essas obrigações.

Sr. Presidente, presidindo a Subcomissão de Assuntos Municipais aqui do Senado Federal e tendo a honra de contar, muitas vezes, com a presença do Senador Mão Santa nas audiências públicas e com a participação do Senador José Maranhão, o que tenho a dizer é que, no momento, os Municípios enfrentam uma queda vertiginosa do Fundo de Participação, uma queda que não era esperada. Alguns dizem que pode ser sazonal, mas essa queda deixou a grande maioria dos Municípios, que sobrevivem graças a esse Fundo, numa situação muito difícil.

Por isso, aqui estarão, na próxima terça-feira e também na quarta-feira, líderes municipalistas, como o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski. Articulados com a nossa Comissão, vamos dialogar com autoridades federais, como o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que vai receber essas lideranças municipais no dia 28/09, às 15 horas e 30 minutos, e o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que vai nos receber entre

27 e 28, em horário a ser agendado, para tratar desses assuntos.

Objetivamente, uma das principais reivindicações, das mais urgentes, é aquela contida na aprovação da PEC nº 285/2004, que já foi aprovada pelo Senado Federal e que precisa ser votada pela Câmara dos Deputados: o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios, de 22,5% para 23,5%. Segundo a redação dada pelo Senado Federal, esse acréscimo será repassado juntamente com a parcela do primeiro decênio de dezembro, como forma de auxiliar os Municípios no pagamento do 13º salário dos seus servidores. Estima-se que essa medida gere uma transferência adicional para os Municípios de R\$ 1,4 bilhão por ano.

Essa providência solicitada pelos Municípios precisa ser desmembrada da proposta geral já aprovada, porque não há condições de ela ser aprovada a tempo se ficar envolvida na votação da proposta como um todo. Ela precisa ser desmembrada, fatiada.

É uma proposta já fatiada para atender aos Governos estaduais. Então, por que não ser fatiada para atender aos Governos municipais, que lidam com a realidade de cada Município? E onde é que vivemos, Sr. Presidente, se não nos Municípios?

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves, V. Ex<sup>a</sup> trata deste assunto com muita propriedade. Ninguém melhor do que V. Ex<sup>a</sup> para fazer isso porque, primeiro, foi extraordinário prefeito da sua capital, extraordinário Governador do Estado e, no momento, preside a Subcomissão de Assuntos Municipais. E V. Ex<sup>a</sup> foi buscar a explicação no âmago da questão. As obrigações começaram com a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, que reza que a divisão do bolo são 54% para a União, 22,5% para os Estados, 21,5% para os Municípios e 2% para os fundos constitucionais. Quero dizer que há uma agravante. Quis Deus que estivesse presidindo esta sessão um Senador que era suplente. S. Ex<sup>a</sup> traz a imagem de Fernando Henrique Cardoso, que ingressou no Senado como suplente e, quando percebemos, já estava na Presidência da República. Quem sabe não será esse o destino do Senador Mauro Fecury? O Senador Ribamar Fiquene, que foi Governador, sabe que há uma agravante: foram criados novos Estados, como Tocantins, e também aumentou muito o número de Municípios. Somente no Piauí, quando governei o Estado, Deus me permitiu criar 78 novos Municípios. O que houve? O Governo guloso de Lula está com mais de 60% do bolo. Diminuiu a parcela dos Estados e a dos Municípios

passou para aproximadamente 14%, com a agravante de que o número de Municípios é muito maior do que o de Estados. Portanto, precisamos pressionar o Governo para que obedeça à Constituição e a respeito. Rui Barbosa disse: “Só há um caminho, e a salvação é a Lei, a Constituição e a Justiça”.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)** – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> foi preciso como sempre, demonstrando a sua experiência de Prefeito. V. Ex<sup>a</sup> não se diz Prefeito, mas “Prefeitinho”. Não usa essa expressão para diminuir a importância do cargo, mas para realçar o carinho com que V. Ex<sup>a</sup> trata os Prefeitos municipais.

Concedo um aparte ao Senador Alberto Silva.

**O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI)** – Senador Garibaldi Alves Filho, estou ouvindo a sua preocupação – e de todos nós – a respeito do problema dos Prefeitos. Eu também fui Prefeito. O Senador Mão Santa diz que foi “Prefeitinho”. Não, ele foi um grande Prefeito quando eu era Governador, e temos que reconhecer isso. V. Ex<sup>a</sup> traçou exatamente as responsabilidades, o perfil de um Prefeito, que vive praticamente do Fundo de Participação e agora sofre um corte de 30%. E, além disso, como V. Ex<sup>a</sup> disse, as responsabilidades da saúde e da educação foram transferidas para o Município, mas o dinheiro, não. E agora ainda cortam 30%, e isso é absolutamente impossível. Eu não sei se os Prefeitos entrariam em greve, mas eu acho que os Prefeitos todos vão parar as Prefeituras, porque a maioria não vai poder conviver com essa diferença. V. Ex<sup>a</sup> aborda um assunto da maior importância, Senador Garibaldi, sempre com a competência que lhe confere o seu título de ex-Prefeito e de ex-Governador do seu Estado. E nós vamos ter que lutar mesmo para que esse 1% seja aprovado. Já passou aqui. Que a Câmara nos ajude. Quero incorporar ao meu discurso a minha preocupação também e o desejo que temos de ajudar os Municípios do Brasil. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo tema que traz a nossa consideração!

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)** – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Alberto Silva o aparte, que só vem enriquecer o meu discurso. A preocupação do Senador Alberto Silva é muito grande, porque, na verdade, quando os governantes estaduais quiseram aprovar uma participação para os Estados, aprovaram, na reforma tributária. Quando o Governo Federal quis fatiar a reforma tributária, fatiou. Agora, quando os prefeitos exigem uma fatia mínima e nada obtiveram até agora. É preciso reivindicar o parcelamento do débito junto ao INSS, que já encaminhamos, juntamente com a Confederação Nacional dos Muni-

cípios, a isenção do IPI para as máquinas e equipamentos, a questão da dívida ativa, a Lei do Imposto Territorial Rural e muitas outras reivindicações.

Sr. Presidente, tendo em vista outros oradores inscritos que estão na expectativa de ocupar a tribuna, faço esse registro, dizendo que estaremos ao lado dos prefeitos aqui, nos dias 27 e 28.

**O Sr. José Maranhão (PMDB – PB)** – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)** – Concedo um aparte ao Senador José Maranhão, para concluir o meu discurso.

**O Sr. José Maranhão (PMDB – PB)** – Quero juntar a minha voz ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> em defesa dos prefeitos brasileiros. Creio que a crise seja nacional, está presente em todos os municípios do Estado da Paraíba, mas é muito mais aguda nos municípios nordestinos, especialmente nos municípios pequenos, cuja receita básica são as cotas do FPM. E, todas as vezes que essa cota atrasa ou é reduzida, como o foi drasticamente, acrescenta-se mais uma crise ao município, além da crise crônica que as unidades municipais já vivem. Concordo em gênero, número e grau com todos os conceitos que V. Ex<sup>a</sup> emitiu aqui a respeito deste problema e, como V. Ex<sup>a</sup>, estarei aqui ao lado dos prefeitos brasileiros na defesa da sobrevivência de todos os municípios deste País.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)** – Agradeço, Senador José Maranhão. Eu já disse ao Paulo Ziulkoski, nosso companheiro de várias jornadas e Presidente da Confederação Nacional de Municípios, que ele vai encontrar a solidariedade do Senado Federal. Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Ribamar Fiquene, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Fecury.*

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Fecury. PMDB – MA)** – Prorrogo a sessão por mais 15 minutos para ouvir os Senadores Ribamar Fiquene e José Maranhão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.055, DE 2005**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, com início da programação no dia 29 de setembro e término no dia 2 de outubro do corrente, em Bilbao, Espanha, venho

solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Requeiro outrossim a retirada ou desconsideração do Requerimento nº 999, de 2005, que com o mesmo intento, foi apresentado, sem levar em consideração todos os dias da programação do evento.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 28 de setembro a 6 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.

– Senador **Osmar Dias**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.056, DE 2005**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado no Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2005, em Bilbao, Espanha, venho solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 29-9-2005 a 4-10-2005.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.

– Senador **Sérgio Guerra**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.057, DE 2005**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado no Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2005, em Bilbao, Espanha, venho solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do artigo 40 de Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 29-9-2005 a 4-10-2005.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.

– Senador **Leonel Pavan**, PSDB/SC.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Fecury. PMDB – MA)

– Em votação os requerimentos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Fecury. PMDB – MA)

– Concedo a palavra, por sete minutos, ao Senador Ribamar Fiquene, do PMDB do Maranhão.

**O SR. RIBAMAR FIQUENE** (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero externar minha satisfação e explicitar meu aplauso ao Governador em exercício do meu Estado do Maranhão, Dr. Jura Filho, pela decisão de assinar decreto pelo qual determina a realização da 1ª Conferência Estadual de Cultura. A Conferência deverá realizar-se no dia 30 de novembro do corrente ano. O gesto do Governador traduz a sensibilidade e a compreensão do que a cultura representa na vida de um povo. A assinatura do decreto é também o resultado do apelo feito ao jovem Governador por um grupo de artistas e militantes culturais com quem o Governador se reuniu. Sem essa iniciativa, o Maranhão corria o risco de não participar da 1ª Conferência Nacional de Cultura, a acontecer em Brasília, no período de 13 a 16 de dezembro próximo. Como consequência, o Maranhão também ficaria fora da Política Nacional de Cultura e dos financiamentos do Governo Federal para o setor.

Seria efetivamente lamentável o Maranhão ficar fora de um programa nacional de incentivo e valorização da cultura, pois deixaria de explorar e desenvolver o rico cabedal de cultura do povo maranhense, cuja história está repleta de tradições, de costumes, de folclore, valores brotados da miscigenação do negro, do índio, do português e de tanta gente que, desde o início da colonização, demandou o Maranhão, penetrando no seu interior coberto de florestas, recortado de rios caudalosos, distante dos centros mais desenvolvidos, plantando civilização e progresso na robustez da vontade determinada para o crescimento, no peito e na raça, como diria a criatividade popular.

A cultura consiste de comportamentos explícitos e implícitos, adquiridos e transmitidos mediante símbolos e constitui o patrimônio singularizador dos grupos humanos, incluída sua plasmação em objetos.

São as idéias tradicionais como núcleo essencial, historicamente geradas e selecionadas, são os valores a elas vinculados, produtos da ação humana, de uma parte, e, de outra, elementos de interpretação da realidade presente e condicionantes da ação futura.

Cultura são os tipos de comportamento que distingue o homem das demais espécies: linguagem articulada, instituições, códigos de ética e de etiqueta, ideologias, um desenvolver-se contínuo, progressivo e cumulativo do processo de criação de instrumentos



para a construção da vida e do desenvolvimento humano em sociedade.

A cultura faz do homem um ser único, enquanto somente ele tem a capacidade de simbolizar, de atribuir significado, de forma livre e arbitrária, às coisas e aos acontecimentos, aos objetos e às ações.

O Maranhão, em nenhuma hipótese, poderia ser privado do evento da I Conferência Estadual de Cultura. O Maranhão é terra de cultura que embelezou o Brasil e forma, com o Nordeste, um celeiro de criação e de beleza literária.

Nesse celeiro, vicejaram a inspiração e a verve de um Gonçalves dias, o vigoroso indianista dos Timbiras; Aluísio Gonçalves de Azevedo, membro fundador da Academia Brasileira de Letras e iniciador, entre nós, da chamada Escola Realista de nossa literatura, cujos romances são páginas de viva e segura observação social, onde se desenham com amplitude e exatidão os costumes do povo; Ferreira Gullar, com sua poesia exuberante, surpreendente e moderna; José Sarney, o cantor da realidade e da fabulação, da Saraminda, do Dono do Mar, dos Sinos de São José de Ribamar, cujo som silencia mergulhando nas ondas do Atlântico que lhe banha os pés; Coelho Neto, o príncipe dos prosadores brasileiros, segundo seus contemporâneos. São estrelas a compor a constelação de escritores e poetas do Nordeste. Uma constelação feita de José de Alencar e de Rachel de Queiroz, do Ceará; de José Américo de Almeida, da Paraíba; de Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, de Pernambuco; de Graciliano Ramos, de Alagoas; de Rui Barbosa, Castro Alves e Jorge Amado, da Bahia. E tantos outros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos brilhantes, brilhantes estandartes da prosa e da poesia, da beleza e da estética, da sutil sensibilidade do povo e de uma região, protótipos do bom gosto, a sublimar inteligências e corações e a dar lenitivo ao povo que se alegra e conta na vivacidade, na jovialidade de folguedos e de criações culturais.

Daí o meu aplauso, o meu reconhecimento, minha solidariedade, ao jovem Governador Jura Filho. Por meio do brilhante decreto de S. Ex<sup>a</sup>, o Maranhão se recompõe em sua estrutura mais autêntica, cujo embelezamento fez o relicário maior do sentimento poético e prosaico da literatura nacional.

Congratulo-me com a Mesa, representada pelo grande conterrâneo e educador que é o Senador Mauro Fecury, secundado por outro educador, Senador Mão Santa.

Por que não terminar o meu discurso dizendo que o Piauí também floresceu a literatura nacional com um

cabedal poético maior na vida emblemática preparada para os folguedos da inteligência com Costa e Silva, o poeta da saudade.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Ribamar Fiquene, o Sr. Mauro Fecury, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Queremos confirmar aqui as palavras desse extraordinário Senador Fiquene, que, além de ter sido extraordinário Prefeito, Governador do Estado, é poeta, compositor e artista.

Sei que S. Ex<sup>a</sup> se manifestou com as palavras, mas para entendê-lo melhor temos que abrir o Livro de Deus em que a música se comunica muito mais. S. Ex<sup>a</sup> é dotado da arte da palavra e da genialidade e da musicalidade. Enfim, representa a grandeza do homem do Maranhão.

Concedemos a palavra ao Senador José Maranhão, que é Senador da Paraíba e do PMDB. Quer dizer, hoje é uma homenagem toda ao Maranhão: Senador José Fiquene; o Senador que aqui nos acompanha, Mauro Fecury; e o Maranhão, que escolheu esse nome para enaltecer a grandeza do homem que S. Ex<sup>a</sup> representa, a Paraíba.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Até gostaria de ter escolhido esse nome e creio que se me fosse dado escolher o nome escolheria esse mesmo, até como homenagem ao Estado do Maranhão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu o batizaria de José do Piauí.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, li com muita tristeza na imprensa, edição de hoje, que o Ministério da Fazenda junto com o Ministério Planejamento havia feito um corte violento nos recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil. Recursos que resultam de contribuição das empresas, especialmente na área de petróleo e de eletricidade, para financiar os projetos de desenvolvimentos tecnológicos e científicos, sobretudo confiados às universidades e instituições de pesquisas nacionais. É muito triste que isso esteja acontecendo.

Enquanto na Alemanha o governo destina 2,3% do PIB nacional para o setor de pesquisa e tecnologia e nos Estados Unidos, 2,7% do PIB nacional – países líderes no Primeiro Mundo altamente desenvolvidos – o Governo brasileiro se acha com o direito de olhar



com desprezo, com desinteresse para um setor que é fundamental ao desenvolvimento nacional.

Há poucos minutos, o Senador Garibaldi Alves Filho falava dos cortes nas áreas dos Municípios, dos encargos que são impostos a eles, a rolagem da dívida com o INSS, além dos precatórios e outras tantas dívidas que oneram os já sacrificados orçamentos dos Municípios.

Ontem, compareci a uma audiência no Ministério da Saúde e tive a tristeza de constatar que até o jovial entusiasmo do Ministro da Saúde, que assumiu tão cheio de esperança aquele Ministério, já começava a fenececer, já começava a perder aquele brilho original.

À noite, num jantar na casa do Senador Ney Suassuna com o Ministro da Educação, senti nas palavras do Ministro – sem nenhum caráter de crítica, mas respondendo a questões que foram levantadas por vários Senadores ali presentes, inclusive eu próprio – certo pessimismo em relação aos projetos fundamentais do ensino no Brasil.

Não sei até onde vai continuar essa política fiscalista, monetarista do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Brasil. Mas sei perfeitamente que ela não corresponde a um projeto nacional de desenvolvimento social e econômico, que ela atenta contra a própria soberania nacional porque subordina os interesses fundamentais da Nação brasileira aos interesses do sistema financeiro internacional.

Fui daqueles que votou no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde o primeiro turno. Aqui integro a Bancada de sustentação do Governo, mas me considero absolutamente decepcionado com os caminhos de política econômica e financeira que o Governo brasileiro escolheu para nosso País. São caminhos que não se identificam com os objetivos nacionais, são caminhos que sacrificam o desenvolvimento do nosso povo. Não posso ver com olhos de complacência o que está acontecendo a setores fundamentais, eu diria mesmo estratégicos da vida nacional, como o que vem acontecendo com a área de saneamento básico no Brasil e com a área de saúde. O déficit de saneamento, por exemplo, já chega à casa dos R\$278 bilhões.

É curioso que outro dia a Imprensa Nacional, movida por inspiração que considero subserviente, anunciava que o Fundo Monetário Internacional autorizava o Governo brasileiro a investir três bilhões em saneamento básico, uma quantia ridícula diante do nosso déficit, mas a minha decepção foi maior ainda quando, depois de ler a manchete, eu li o texto do noticiário que dizia que o Fundo Monetário Internacional concordava

que o Brasil, dos seus próprios recursos, investisse três bilhões na área de saneamento básico.

É como se o Brasil não fosse mais um País soberano, não tivesse mais autonomia para investir num setor vital da sua economia, do social, e que tivesse que pedir autorização ao Fundo Monetário Internacional. A manchete sugeria sub-repticiamente que um organismo internacional estava investindo 3 bilhões de reais.

Não era nada disso. Um organismo internacional estava se imiscuindo em questões da soberania nacional para dizer o que o Governo brasileiro poderia investir na sua área de economia.

Isso ocorre em todos os segmentos. Agora, é na questão vital para este País, a de investimentos na área de ciência e tecnologia. Como o Brasil pode ingressar de forma equilibrada na competição do mercado globalizado, competindo com países do Primeiro Mundo nessa relação de dependência tecnológica que temos, e que promete, pela ausência de providências corretivas, se ampliar muito mais ainda? É como se, nesta competição desigual entre países emergentes, como o Brasil, e países de Primeiro Mundo, tivéssemos de competir com alguém armado dos mísseis de última geração e tivéssemos de usar apenas uma baleeira, ou um bodoque, ou o arco e a flecha. Não existe a menor possibilidade de o País ter uma economia sólida se ele não tem condições de igualdade para competir, sobretudo nos mercados de exportação.

É bem frisante a situação por que atravessa a soja no Brasil. No ano passado, por esse tempo, estávamos comemorando “otimisticamente”, ledô engano, a grande vitória das exportações de produtos primários brasileiros. E, hoje, o mesmo setor já começa a verter lágrimas amargas, porque a situação já não é a mesma nos mercados internacionais...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB)** – ... disse aqui que é a taxa de câmbio, mas não é a taxa de câmbio, é o valor absoluto do produto. E essa história já aconteceu muitas vezes no Brasil. É uma história que se repete, e isso aconteceu no passado com a borracha, aconteceu com o sisal da minha Paraíba, com o algodão da minha Paraíba, com a cana-de-açúcar, com o café e com o cacau, porque país que não procura agregar valores da tecnologia moderna e da industrialização aos seus produtos primários fica sempre submetido a essa tirania dos mercados internacionais, sobretudo a praticada pelos países desenvolvidos. A política de boa vizinhança é a política de bons negócios e enquanto...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – ...enquanto o Governo brasileiro não entender isso, e enquanto a diplomacia brasileira não entender isso, não teremos respeito nas áreas internacionais do comércio.

Este fato de hoje, o Brasil imprimiu um corte de 60% nos recursos destinados à ciência e tecnologia, é realmente algo que nos deixa desanimados, desesperançados em relação ao futuro deste País. Mesmo os países mais desenvolvidos do mundo não se dispensam de investir na ciência e tecnologia, porque só a ciência e a tecnologia garantirão ao Brasil uma posição realmente soberana nos mercados internacionais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O Presidente que me antecedeu já havia prorrogado a sessão. Portanto, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que seja breve, sintético, com a sua competência peculiar.

Prorroga a sessão por mais cinco minutos.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Atenderei a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Não poderia deixar de transmitir à sociedade brasileira uma notícia muito importante para milhares de famílias que vivem em terras públicas, que moram em terras pertencentes à União e aos Estados. É o caso de Brasília, em especial, onde muitos condomínios foram construídos em terras públicas.

O projeto de minha autoria, hoje aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, permite que, por meio de venda direta da União para os atuais ocupantes, aqueles de boa-fé, que estejam ocupando terrenos, desde que comprovem que só têm aquele domicílio, poderão comprar diretamente, depois de avaliação feita pela União, os seus terrenos, dando tranquilidade à família brasileira, porque poderão comprar, num prazo de 120 meses, conforme projeto por mim apresentado há três anos nesta Casa, relatado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, e hoje, finalmente, depois de muita luta, Senador Mão Santa, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por unanimidade.

O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados. E tenho certeza de que todas as resistências feitas pelo Ministério das Cidades, pelo Patrimônio da União, foram vencidas. O projeto foi muito bem assimilado por todos os Pares do Senado Federal e cer-

tamente ele terá uma tramitação rápida na Câmara dos Deputados.

Por isso mesmo, eu não poderia deixar de fazer essa comunicação a toda a sociedade brasileira, porque, tenho certeza, ele será um projeto de muito interesse público e social, e, principalmente, para tranquilizar milhares de famílias que vivem em condições como essa.

Agradeço a extensão do período por mais alguns minutos, mas não poderia terminar esta quinta-feira, este 22 de setembro, sem essa grande notícia a milhares de famílias do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Luiz Soares, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Alvaro Dias e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Caras chapas-brancas”, de autoria do jornalista Ivan Padilla, publicada na revista **Época** na sua edição de 19 de setembro do corrente.

A matéria apresenta diversos fatos que indicam relações próximas entre a União Nacional dos Estudantes – UNE e o governo federal. Principalmente o repasse de verbas públicas que ultrapassaram R\$1,2 milhão de reais, sendo que do total, cerca R\$772 mil foram depositados em julho, justamente quando a crise se agravou. No mês de agosto 140 jovens ligados à UNE pegaram carona em um avião da Força Área Brasileira até Caracas, na Venezuela, para um encontro de jovens. Todos esses atos justificam um debate ético sobre a independência da entidade e o seu uso como instrumento de manobra do atual governo.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Caras chapas-brancas

## Os ex-caras-pintadas da UNE recebem mais repasses do governo e defendem o presidente

**A** União Nacional dos Estudantes teve um papel fundamental na derubada do presidente Fernando Collor, em 1992. Em passeatas memoráveis, como a que reuniu 300 mil jovens na Avenida Paulista, em São Paulo, foi porta-voz da indignação de boa parte da sociedade civil. Mas a tinta do rosto borrou. Na atual crise política, os ex-caras-pintadas estão ao lado do governo. Na única grande manifestação da entidade até agora, em Brasília, no mês passado, a multidão gritava versos como "Fica, Lula" e "Lula é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comi-

go". Para deputados da oposição e estudantes dissidentes, o motivo é claro: ao receber cada vez mais verbas federais, a UNE se tornou chapa-branca.

A entidade fez oposição ferrenha ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre 1998 e 2001, não recebeu um centavo sequer dos cofres públicos. O dinheiro só começou a entrar no último ano de seu mandato. No governo Lula, os repasses explodiram. Neste ano, já ultrapassam R\$ 1,2 milhão. Do total, cerca de R\$ 772 mil foram depositados em julho – justamente quando a crise se agravou. "Essa verba foi

destinada a eventos culturais e liberada através de emendas de parlamentares de diversas legendas", justifica o presidente da UNE, Gustavo Petta.

É uma meia verdade. Desse R\$ 1,2 milhão, R\$ 435 mil são patrocínio direto do Ministério da Cultura e R\$ 28 mil vêm da Secretaria Especial de Políticas de Mulheres. Os cerca de R\$ 800 mil restantes foram repassados através de emendas de 14 deputados – cinco do PT, cinco do PMDB, três do PCdoB e um do PDT. Mas o grosso – R\$ 670 mil – veio do PT e do PCdoB, partido ao qual a maior parte dos diretores da UNE é filiada. Outros fatos indicam relações próximas entre entidade e governo. No mês passado, 140 jovens ligados à UNE pegaram carona em um avião da Força Aérea Brasileira até Caracas, na Venezuela, para um encontro de jovens.

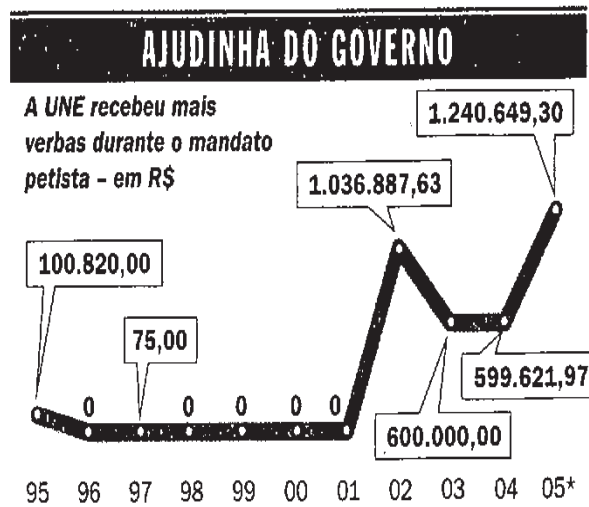
Os repasses e a carona não são atos ilegais, mas justificam um debate ético sobre a independência do órgão. A

discussão já provocou uma dissidência no movimento estudantil. Cerca de 60 universidades estão se organizando em outra entidade, a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute), uma espécie de UNEdoB. Mesmo sem estatuto, a nova representação já exhibe força em manifestações por todo o país. "A UNE defende os interesses do governo, e não os nossos", acusa Bernardo de Lima, diretor do DCE da UFRJ, a maior federal do país. ■

IVAN PADILLA

**"A UNE parece um ministério do governo. Não defende nossos interesses"**

**BERNARDO DE LIMA,**  
diretor do DCE da UFRJ, a maior federal do país



\* Até a semana passada, R\$ 772.906,50 foram repassados somente no mês de julho

Fonte: Sialfi

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O discurso petista de Marilena Chauí”, de autoria do advogado criminalista José Carlos Dias, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 19 de setembro do corrente ano.

O artigo destaca o discurso proferido pela filósofa petista Marilena Chauí no Sindicato dos Engenheiros em ato chamado ‘refundação do PT’: “O que nós fizemos para sermos tão odiados? Nunca vi um ódio

igual a esse. E sei hoje porque nós fomos o principal construtor da democracia nesse país. E não seremos perdoados por isso nunca”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**FOLHA DE S. PAULO**

**OPINIÃO**

## **TENDÊNCIAS/DEBATES**

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.  
E-mail: debates@folha.com.br

# **O discurso petista de Marilena Chauí**

**JOSÉ CARLOS DIAS**

**M**ARILENA CHAUI é filósofa respeitada, que exerceu, durante os anos sombrios da ditadura militar, papel importante, por sua palavra e presença, na resistência da sociedade civil brasileira. Daí porque se pode afirmar que sua participação pela redemocratização do Brasil transcende o quadro partidário do Partido dos Trabalhadores da qual é militante desde a primeira hora, uma entre os notáveis que alicerçam credibilidade ao partido.

Em discurso recém-proferido no Sindicato dos Engenheiros em ato da chamada “refundação do PT”, a brilhante intelectual indagou: “O que nós fizemos para sermos tão odiados? Nunca vi um ódio igual a esse. E sei hoje por quê, é porque nós fomos o principal construtor da democracia nesse país. E não seremos perdoados por isso nunca”.

Confesso que embasbaquei ao ler as palavras de Marilena, custa crer que as tenha pronunciado. E justifico: a reconstrução da democracia, que até hoje não se consumou, é fruto de dura e persistente luta de parcela importante da sociedade civil brasileira antes mesmo do nascimento do PT, fundado em 1980.

Muitos foram os presos, os torturados, os mortos e os “desaparecidos”. Outros foram cassados em seus direitos políticos, perderam seus mandatos populares ou foram alijados de suas funções acadêmicas ou judicantes.

Exempló disso foi o então jovem deputado Márcio Moreira Alves, cujo discurso, julgado ofensivo às Forças Armadas, redundou na promulgação do AI-5. Mário Covas com ele se solidarizou de imediato e foi cassado com mais tantos outros. Quando nós lembramos daquele capítulo do Congresso Nacional, em triste momento com o que vemos nos dias de hoje, justamente quando o cenário político é comandado pelo PT.

A democracia foi reconstruída por muitos, por aqueles que durante tantos dias permaneceram na praça pública de São Bernardo, em 1980, para garantir o direito de greve do sindicato presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, que, então, foi preso juntamente com várias outras lideranças. Entre os presos, quase duas dezenas, estavam Dalmir Dallari e eu. A praça, juntamente com o prefeito Lito Costa, comparecíamos todos os dias. Lá estavam, por exemplo, Eduardo Suplicy, Franco Montoro, Fernando Hen-

## **A reconstrução da democracia é fruto de persistente luta antes mesmo do nascimento do PT, fundado em 1980.**

rique Cardoso, Ulysses Guimarães, Covas, Teotônio Vilela e tantos outros.

E como é possível passar batido por cima de figuras que, do exílio, lutaram pelo fim da ditadura? Como esquecer Leonel Brizola? Miguel Arraes, Almino Afonso, Plínio de Arruda Sampaio, José Serra, Celso Portado e muitos e muitos outros? E o PT ainda não existia!

Antes de o PT nascer, já o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) congregava os políticos que se batiam pelo estabelecimento do Estado de Direito. E não nos esqueçamos do papel da Igreja: dom Helder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns e tantos e tantos bispos e sacerdotes que se arriscaram e alguns até tombaram por nossa pátria. A Comissão Justiça e Paz de São Paulo foi poderoso instrumento nessa luta. A OAB, a ABI, a SBPC e tantas outras entidades exerceram papel importante quando os partidos estavam estrangulados pelo autoritarismo.

A campanha pela anistia e pelas “Diretas Já” congregaram todos os opositores ao regime de ditadura, matizes ideológicos. Por que Marilena Chauí prefere simplesmente dizer, referindo-

se ao PT, que “fomos o principal construtor da democracia nesse país”? Nenhum partícipe dessa luta tem o direito de se colocar acima dos demais.

O PT não provoca mais medo nem ódio. Provoca sim, um grande desapontamento. A descrença e a desesperança substituem a nutida presença da sonhadora estrela em nossos horizontes.

A arrogância, sempre marca de muitos representantes do Partido dos Trabalhadores, e a postura “blasé” de donos da verdade e da pureza parecem ainda permanecer, apesar de toda a lama que transbordou de dentro do partido, repetindo, da forma mais explícita, os vícios dos partidos mais fisiológicos. E o, mais surpreendente: a arrogância aparece nas palavras de Marilena Chauí, que tem tudo para não ser arrogante.

O PT, que não foi, absolutamente não foi, o principal construtor da democracia, mas coadjuvante de sua edificação ao lado de outras tantas forças políticas e de tantas lideranças, revela agora, depois que se apresenta à saliência moral de sua estrutura maior, ser o maior destruidor da esperança de uma democracia autêntica para o Brasil.

Talvez por isso o silêncio de Marilena devesse ter sido mantido. Como outros importantes, intelectuais próximos ao PT estão preferindo ficar calados, num eloquente silêncio marcado pela mágoa e frustração.

**José Carlos Dias**, 60, é advogado criminal. Foi presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, secretário da Justiça (governo Montoro) e ministro da Justiça (governo FHC).





**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Partido dos Trabalhadores continua afundando, cada vez mais, no pântano que ele mesmo criou. Mas, mesmo assim, continua esperando. O último “esperneio” foi a divulgação da resolução da Executiva Nacional do Partido que recorre a uma desmoralizada teoria conspiratória que teria como objetivo inviabilizar o mandato do presidente Lula. Para isso, põe a culpa na imprensa e na oposição.

É nesse contexto que me refiro ao artigo intitulado “Refundando a verdade”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 21

de setembro do corrente. Com respeito à resolução, o artigo conclui: “O PT, em suma, que não debite a terceiros a sua ruína ética e política. De ponta a ponta, eis uma obra intransferível”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITÓRIA:	CADERNO:	PÁGINA:
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	21	Setembro/05	Notas & Informações	A	34

## ‘Refundando’ a verdade

**N**o que parece uma concessão dos setores ditos moderados do PT, reunidos no Campo Majoritário, às correntes de esquerda que obtiveram na eleição interna de domingo votos suficientes para levar a segundo turno a disputa pela presidência da agremiação, a executiva nacional, dominada pelos majoritários (que já não são tantos), aprovou uma resolução com ataques virulentos a todos quantos se recusam a chamar pelo eufemismo “erros” ou “desvios” os ilícitos comprovados do petismo, principalmente mas não exclusivamente no governo Lula. Fazendo lembrar a “quase lógica” dos imprevistos do presidente, o texto afirma que a crise política “alcançou um estágio cujo intuito é criminalizar o PT”. E este “não pode assistir a esta formidável chantagem pública (seja lá o que isso queira dizer) contra a sua própria existência”.

Os agentes desse processo de “massificação totalitária da opinião” são as oposições e o “golpismo midiático” (que “criminalizam” o “mensalão” que o PT pretendia institucionalizar). Já no primeiro dos 13 pontos do texto que pretende refundar a verdade e cujo principal redator terá sido o presidente interino Tarso Genro, fica-se sabendo que “nunca na história do regime democrático brasileiro um partido sofreu tamanha inquirição, duros e sistemáticos ataques de partidos oposicionistas, divulgados com a ajuda irrestrita da ampla maioria da mídia”. É o caso de replicar que nunca na história da democracia brasileira um partido recorreu tão delibera-

damente à corrupção, em escala aluvional, para favorecer um governo e se manter no poder.

Queriam os petistas o quê? Que a oposição se emascuasse e a mídia se amordaçasse para que delas não se dissesse que estão mancomunadas em um projeto para destituir o presidente? Os oposicionistas, lê-se na resolução, são “as novas vestais da moralidade”. É natural que alguns ajam assim, procurando ocupar o lugar deixado vago pelas antigas vestais. Mas isso é uma insignificância perto de décadas da pregação ética do PT que começou a ser desmentida na prática assim

### O PT ESPERNEIA À MEDIDA QUE VAI AFUNDANDO NO PÂNTANO QUE CRIOU

que o partido conquistou governos municipais e estaduais. O divórcio entre as palavras e os fatos chegou ao paroxismo no governo Lula. Petistas honestos sabem disso. Foi um deles, Paul Singer, militante de primeira hora, quem disse que a legenda é capaz de usar métodos “delinqüentes” para ganhar eleições. E não foram poucos os que já romperam com a sigla e fizeram denúncias convincentes sobre a ética petista.

“Começamos a enfrentar nossos erros, buscar a punição dos culpados e a debater as correções políticas necessárias à superação da crise”, proclama o documento. O começo foi tentar impedir que alcançasse o número necessário de assinaturas o pedido de constituição da CPI dos Correios. Derrotados, tentaram impedir a sua instala-

ção. Derrotados novamente, vieram com uma CPI da compra de votos para investigar o governo passado. Foi inútil: ela é a CPI do Mensalão. A terceira, a dos Bingos, surgiu por decisão judicial: se dependesse da busca petista da punição dos culpados, continuaria na gaveta em que a colocou, depois do Waldogate, o presidente do Senado, José Sarney, arri-mo político de Lula. Agora, são as CPIs que não têm “a mínima preocupação com a busca da verdade”.

A mentira tem pernas curtas. Em matéria das citadas “correções políticas”, só depois de ter ficado insustentável a posição do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, dele se desgarrou o chefe do governo que passou a tê-lo na conta de protetor do seu mandato contra eventual pedido de *impeachment* – o que nem sequer está na ordem do dia. Diante disso, que autoridade tem o PT para cobrar da oposição que se desculpe por ter ajudado a eleger Severino? O duplispensar, como diria Orwell, é um hábito que deu raízes fundas no partido. “É verdade que o PT não adotou mecanismos de controle para combater estes desvios que estavam em nosso meio”, diz o texto. Parece um mea-culpa, mas não é. Falar em desvios é camuflar a enormidade dos delitos. Além disso, se os tais mecanismos fossem adotados, o projeto petista de poder sucumbiria. O PT, em suma, que não debite a terceiros a sua ruína ética e política. De ponta a ponta, eis uma obra intransferível.



**O SR. LUIZ SOARES** (S/Partido – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente,. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “A pátria mandou recado”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 14 de setembro do corrente.

A matéria trata das festas do 7 de setembro em Brasília e das manifestações e protestos contra o presidente Lula e a crise no seu governo. “O prestígio de

Lula se esboroa em público na medida em que a crise à sua volta se avoluma”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Brasil**

# A PÁTRIA MANDOU RECADADO

No 7 de Setembro,  
Lula é aplaudido e  
vaiado — o que, no  
seu caso, é péssimo

**Otávio Cabral**

**N**o ano passado, o presidente Lula chegou às festas do 7 de Setembro em Brasília no auge de sua forma política: desfilando em carro aberto, foi aplaudido, distribuiu sorrisos e deixou a festa acenando para uma multidão recorde de 60 000 pessoas. Na semana passada, a cena era inteiramente outra. Lula chegou em carro aberto sob forte esquema de segurança. Foi aplaudido e vaiado. Havia 30 000 pessoas, pouco mais da metade do esperado. Quando o locutor anunciou a chegada do presidente e da primeira-dama Marisa Letícia, ouviram-se as primeiras vaias. Quando Lula pegou o microfone para abrir a festa, ouviu-se novo coro de apupos, sempre vindos das arquibancadas mais distantes, onde um cartaz dizia o seguinte: “Lula, que traição! Tirou do povo para pagar o mensalão!”. Os protestos foram até discretos, mas seria um erro encará-los como desprezíveis alaridos de troça. As vaias são um péssimo sinal para Lula.

Numa democracia, protestos não são novidade nem motivo para alarme. Que atire a primeira pedra o dirigente de um país democrático que não tenha sido alvo de uns apupos. Mas no caso de Lula a situação é um pouco diferente. Lula construiu sua carreira como um líder de mas-

sas, talvez seja a mais carismática liderança política surgida no país desde o fim da ditadura militar e — para coroar isso tudo — chegou ao Palácio do Planalto a bordo de uma votação excepcional. Apesar de perder três eleições em uma década, Lula sempre fora, digamos assim, um “político pop”. Sua ascensão na vida pública, de líder sindical a presidente da Repú-

blica, deu-se sempre em contato com as multidões — em assembleias, palanques, caravanas. Por isso, as vaias contra Lula chamam mais atenção do que se fossem dirigidas a seu antecessor Fernando Henrique, um egresso do meio acadêmico que jamais eletrizou as massas. As vaias a Lula rompem um dique de popularidade e carisma que outrora pareceu tão sólido — e de cuja robustez nenhum outro presidente da era democrática desfrutou.

O prestígio de Lula se esboroa em público na mesma medida em que a crise à sua volta se avoluma. Na noite do dia 7 de setembro, Lula fez seu segundo pronunciamento em cadeia de rádio e televisão sobre a crise. Garantiu que não vai cancelar “acordos subalternos” e se dirigiu a uma parcela de brasileiros a quem chamou

de “mal-intencionados”, aos quais disse que as “turbulências políticas não vão tirar o governo de seu rumo”. Sobre o essencial, nenhuma palavra: nada sobre o fato de que a crise saiu de seu governo, nada sobre o fato

de que seu partido, o PT, girou o carrossel da corrupção. Nesse sentido, foi um pronunciamento de sonâmbulo. Só não foi inteiramente sonambúlico porque, diante da câmera de televisão, era visível o esforço de Lula para acreditar nas próprias palavras. Em tempo: a foto que ilustra esta reportagem foi feita pelo fotógrafo Celso Junior, da Agência Estado, e contestada em carta pela assessoria do Palácio do Planalto, ao que o jornal *O Estado de S. Paulo* respondeu: “Salvo melhor juízo, esta é a primeira vez na história da imprensa em que se tenta desmentir uma foto”.



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo do escritor Carlos Heitor Cony, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 20 de setembro de 2005, com o título: “Considerações sobre a máfia”.

O artigo destaca as considerações de Leon Eliachar, humorista nascido no Cairo, Egito, que veio para o Brasil aos dois anos de idade, sobre a máfia. Segundo o autor “Leon Eliachar falava da máfia mesmo, a própria, sem qualquer alusão à política nacional, que, no tempo dele, já não era tão diferente assim da atual”.

Mas sem sombra de dúvidas a melhor consideração do humorista sobre a máfia foi: “ninguém sabe quem é o chefe da Máfia...nem ele. Esta última é de uma atualidade escancarada”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Considerações sobre a Máfia

**RIO DE JANEIRO** - *O camarada entrou no táxi e ordenou ao motorista: “Depressa! Siga aquele carro antes que ele nos siga!”. Pelo título que dei à crônica, ela seria mais uma das milhares que estão sendo produzidas pela mídia a propósito da crise de escândalos na vida nacional.*

*Nada disso. É sobre a máfia mesmo. Mexendo em velhos papéis, descobri uma página do Leon Eliachar, um caiota (nascido no Cairo) que veio para o Rio aos dois anos de idade e aqui exerceu a profissão de humorista em livros, jornais e revistas. Morreu há uns dez anos, assassinado “in loco”, literalmente com a mão na botija, por um marido ciumento que o surpreendeu transando com a mulher. (A mão e a botija, neste caso, são metafóricas).*

*Nas considerações feitas pelo Leon sobre a Máfia, há achados que poderiam ser aplicados a qualquer tipo de máfia. Cito algumas:*

*1) Na Máfia, o cara vivo é o que consegue ficar vivo mais tempo; 2) Na*

*Máfia, ninguém perde a cabeça, perde o corpo todo (ou o mandato); 3) As mortes provocadas pela Máfia ficam misteriosas porque todas as testemunhas desaparecem misteriosamente (evidentemente não é o caso do ex-prefeito de Santo André); 4) A Máfia é contra a pena de morte: ela mata sem pena; 5) Na Máfia, é natural que ninguém morra de morte natural; 6) Precisa-se de capangas assessores: quanto piores as referências, melhor; 7) Guarda-costas eficiente é o que só leva tiros na barriga.*

*Leon Eliachar falava da Máfia mesmo, a própria, sem qualquer alusão à política nacional, que, no tempo dele, já não era tão diferente assim da atual. Mas há uma preciosidade em suas considerações que é a mais importante e letal de todas: “Ninguém sabe quem é o chefe da Máfia... nem ele”.*

*Esta última é de uma atualidade escancarada. Ou, para usar a palavra que está na moda, é de uma transparência dolorosa.*



**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 20 de setembro do corrente intitulada “TCU vê contratos irregulares de empresa que presenteou petista”.

Tribunal de Contas da União detectou possíveis irregularidades em contratos da Petrobras com a GDK, empresa de construção que presenteou o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, com um jipe Land Rover.

Relatório assinado pelo ministro Guilherme Palmeira indica que houve superfaturamento, sobrepreço e direcionamento de licitações promovidas pela estatal.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**NACIONAL A11**  
O ESTADO DE S. PAULO • TERÇA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2005

# TCU vê contratos irregulares de empresa que presenteou petista

GDK, que tem negócios com Petrobras, deu Land Rover a Silvio Pereira

uma auditoria corporativa no dia 1º de agosto, para avaliar os contratos da UN-BR, e já tomou algumas providências, como a destituição do gerente de contratação, a suspensão de dois membros da comissão de licitação e a substituição do gerente de Suporte Operacional na UN-BR. Também contratou um consultor sênior para rever a sistemática de contratações.

Oficialmente, a Petrobras ainda não foi notificada pelo TCU, mas contesta parte dos conceitos utilizados no relatório. O texto pede a convocação de gerentes da Petrobras e representantes das empresas.

As outras empresas com contratos investigados são: Alves Barreto Comércio e Construção, Tenace Engenharia, Morit Montagens Industriais, Selco, AP Consultoria em Construções e Construtora Construções e Terraplanagem.

giação civil e montagem industrial e em outro para a construção de dutos. Segundo o TCU, há indícios de superfaturamento de R\$ 7,2 milhões e um sobrepreço de R\$ 43,9 milhões. A conclusão é de que a União seria vencedora das concorrências se não tivesse incluído itens considerados irregulares pelos técnicos.

Em julho, a construtora foi parar no centro da crise política, depois que seu vice-presidente, César Roberto Santos

Oliveira admitiu ter presenteado Silvio Pereira com um Land Rover, no valor de R\$ 73,5 mil, em novembro de 2004. Silvio pediu a desfiliação do PT. “Nada ofendi ou me foi pedido em troca, minha consciência está tranquila”, disse ele na ocasião. “Tenho clareza, no entanto, que falhei com minhas obrigações partidárias ao aceitar esta situação.”

A Petrobras informou por meio de uma nota que instituiu

des mais encontradas foram inclusão de margens de lucro consideradas excessivas em relação ao praticado no mercado e de despesas finais em duplicidade. Também menciona a inclusão do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no valor dos contratos.

A GDK é citada na análise de um contrato para a realização de pequenas obras de construção civil e montagem industrial e em outro para a construção de dutos. Segundo o TCU, há indícios de superfaturamento de R\$ 7,2 milhões e um sobrepreço de R\$ 43,9 milhões. A conclusão é de que a União seria vencedora das concorrências se não tivesse incluído itens considerados irregulares pelos técnicos.

Em julho, a construtora foi parar no centro da crise política, depois que seu vice-presidente, César Roberto Santos

Oliveira admitiu ter presenteado Silvio Pereira com um Land Rover, no valor de R\$ 73,5 mil, em novembro de 2004. Silvio pediu a desfiliação do PT. “Nada ofendi ou me foi pedido em troca, minha consciência está tranquila”, disse ele na ocasião. “Tenho clareza, no entanto, que falhei com minhas obrigações partidárias ao aceitar esta situação.”

A Petrobras informou por meio de uma nota que instituiu

des mais encontradas foram inclusão de margens de lucro consideradas excessivas em relação ao praticado no mercado e de despesas finais em duplicidade. Também menciona a inclusão do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no valor dos contratos.

A GDK é citada na análise de um contrato para a realização de pequenas obras de construção civil e montagem industrial e em outro para a construção de dutos. Segundo o TCU, há indícios de superfaturamento de R\$ 7,2 milhões e um sobrepreço de R\$ 43,9 milhões. A conclusão é de que a União seria vencedora das concorrências se não tivesse incluído itens considerados irregulares pelos técnicos.

Em julho, a construtora foi parar no centro da crise política, depois que seu vice-presidente, César Roberto Santos

Oliveira admitiu ter presenteado Silvio Pereira com um Land Rover, no valor de R\$ 73,5 mil, em novembro de 2004. Silvio pediu a desfiliação do PT. “Nada ofendi ou me foi pedido em troca, minha consciência está tranquila”, disse ele na ocasião. “Tenho clareza, no entanto, que falhei com minhas obrigações partidárias ao aceitar esta situação.”

seu ministro Guilherme Palmeira indica que houve superfaturamento, sobrepreço e direcionamento de licitações promovidas pela estatal. Além da GDK, outras 6 empresas são citadas. A estatal informou que já abriu auditoria interna para avaliar os contratos e que prestará esclarecimentos ao órgão.

O relatório é resultado de auditoria nas contratações da Petrobras na Bahia, por meio de

**CRISE NO GOVERNO LULA**

Nicola Pampolona

PT

O Tribunal de Contas da União (TCU) detectou possíveis irregularidades em contratos da Petrobras com a GDK, a empresa de construção que presenteou o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira com um jipe Land Rover. Relatório assinado pelo

ministro Guilherme Palmeira indica que houve superfaturamento, sobrepreço e direcionamento de licitações promovidas pela estatal. Além da GDK, outras 6 empresas são citadas. A estatal informou que já abriu auditoria interna para avaliar os contratos e que prestará esclarecimentos ao órgão.

O relatório é resultado de auditoria nas contratações da Petrobras na Bahia, por meio de

seu ministro Guilherme Palmeira indica que houve superfaturamento, sobrepreço e direcionamento de licitações promovidas pela estatal. Além da GDK, outras 6 empresas são citadas. A estatal informou que já abriu auditoria interna para avaliar os contratos e que prestará esclarecimentos ao órgão.

O relatório é resultado de auditoria nas contratações da Petrobras na Bahia, por meio de

seu ministro Guilherme Palmeira indica que houve superfaturamento, sobrepreço e direcionamento de licitações promovidas pela estatal. Além da GDK, outras 6 empresas são citadas. A estatal informou que já abriu auditoria interna para avaliar os contratos e que prestará esclarecimentos ao órgão.

O relatório é resultado de auditoria nas contratações da Petrobras na Bahia, por meio de

seu ministro Guilherme Palmeira indica que houve superfaturamento, sobrepreço e direcionamento de licitações promovidas pela estatal. Além da GDK, outras 6 empresas são citadas. A estatal informou que já abriu auditoria interna para avaliar os contratos e que prestará esclarecimentos ao órgão.

O relatório é resultado de auditoria nas contratações da Petrobras na Bahia, por meio de

seu ministro Guilherme Palmeira indica que houve superfaturamento, sobrepreço e direcionamento de licitações promovidas pela estatal. Além da GDK, outras 6 empresas são citadas. A estatal informou que já abriu auditoria interna para avaliar os contratos e que prestará esclarecimentos ao órgão.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar a matéria intitulada “Bird vê ‘armadilha da desigualdade’ no país”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 21 de setembro do corrente.

Segundo a matéria, o Brasil, mais uma vez, recebeu destaque negativo em estudo do Bird, tendo sido apresentado como um dos mais desiguais do mundo. O Banco Mundial aponta que o Brasil só está melhor do que quatro países africanos (Suazilândia, República Centro-Africana, Botswana e Namíbia).

Ainda segundo a matéria, o Banco Mundial vê avanços nos últimos 12 anos, principalmente após a implantação do programa Bolsa-Família no governo FHC e sua ampliação no governo Lula.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PÁGINA B 1 ★ SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2005 ★ CONCLUÍDO ÀS 23H

*Folha S. Paulo*

**FOSSO** Brasil não só está entre os 4 países mais desiguais em estudo do Banco Mundial como tem mecanismos para perpetuar situação

## Bird vê ‘armadilha da desigualdade’ no país

FERNANDO CANZIAN  
ENVIADO ESPECIAL A WASHINGTON

Mais uma vez, o Brasil recebeu destaque negativo em estudo do Bird (Banco Mundial). O país foi apresentado ontem como um dos mais desiguais do mundo e envolto no que a instituição chamou de “inequality trap” (armadilha da desigualdade).

Campeão da desigualdade social na América Latina, o Brasil só está melhor hoje do que quatro países africanos (Suazilândia, República Centro-africana, Botswana e Namíbia), segundo o Bird.

Pior: o Brasil reúne quase todos os ingredientes possíveis citados pelo estudo “Equidade e Desenvolvimento” para continuar perpetuando essa situação.

No trabalho, o país ganhou destaque em texto sob o título “Oportunidades desiguais persistem por gerações no Brasil”.

Nele, o Bird observa que não somente a renda dos mais pobres é um problema, ao lado da falta de bons serviços como saúde e educação, mas que não há no Brasil condições e mecanismos de interação entre ricos e pobres.

O Banco Mundial vê avanços nos últimos 12 anos, principalmente após a implantação do programa Bolsa-Família no governo FHC e sua ampliação no governo Lula, mas constata que eles são absolutamente insuficientes para mudar o quadro.

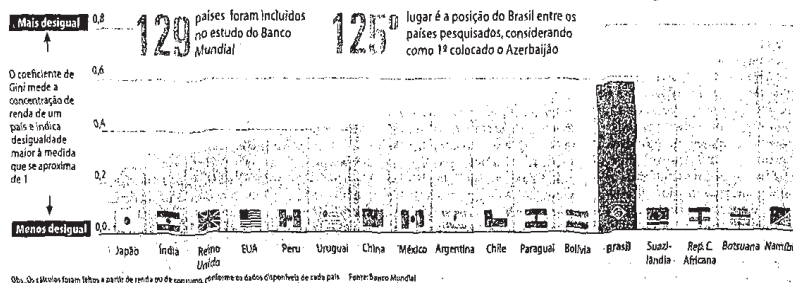
No trabalho, o Bird considera “equidade” como chances iguais a todos, independentemente de cor, raça ou nível social.

### Elite e poder

Já a “armadilha da desigualdade”, segundo o Bird, dá-se quando a elite econômica e política se perpetua no poder, criando mecanismos financeiros e legislativos para manter o comando e obter vantagens.

Um exemplo clássico no caso brasileiro seria quando o Poder Legislativo ou Judiciário aumenta os próprios salários ou se recusa a cortar ganhos previdenciários in-

**NÍVEL DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA EM ALGUNS PAÍSES**  
Coeficiente de Gini nos países, escala de 0 a 1



Obs.: Os eixos foram feitos a partir de renda por pessoa, conforme os dados disponíveis de cada país. Fonte: Banco Mundial

compatíveis com os do resto da sociedade.

O Bird cita outros exemplos, desde casamentos constantes entre os filhos de uma mesma elite política e empresarial à falta de financiamentos em condições iguais para ricos e pobres.

As desigualdades nos empréstimos revelam mais um problema no Brasil, segundo o Bird: a falta de um capitalismo mais avançado. “Se uma pessoa pobre tiver uma grande ideia, jamais conseguirá um financiamento bancário nas mesmas condições que alguém rico”, diz o estudo.

Na apresentação do trabalho, o economista-chefe do Bird, François Bourguignon, disse que são dois os “pilares” do Bird para o desenvolvimento: clima favorável para investimentos nos países e concessão de poderes econômicos e sociais para os mais pobres.

“Quanto melhores forem o clima para negócios e a equidade social, maior será o potencial do crescimento e da distribuição de renda”, diz Bourguignon.

O economista brasileiro Francisco Ferreira, um dos principais autores do estudo apresentado ontem, comparou a um “Estado de bem-estar social truncado” a atual situação brasileira.

“O Estado é muito bom em taxar as pessoas e distribuir o dinheiro somente entre os mais ricos. O que temos falhado em fazer

é gastar mais em áreas onde as pessoas mais pobres mais precisam”, afirmou.

Ferreira cita como exemplo clássico a educação: filhos de famílias ricas que estudam em bons colégios particulares acabam entrando nas universidades públicas. “Subsidiamos na universidade pessoas ricas que frequen-

ram boas escolas privadas em vez de subsidiar mais pessoas pobres em escolas públicas”, diz.

O economista afirma que, comparado à Coreia do Sul (um exemplo de país que massificou a educação pública de boa qualidade), o Brasil gasta de três a quatro vezes mais com pessoas adultas em universidades públicas.

Segundo o Bird, além de todas as dificuldades citadas para romper a “armadilha da desigualdade”, o Brasil tem um problema adicional, que é uma das cargas tributárias mais altas do mundo.

Hoje, ela supera 36% do PIB (Produto Interno Bruto), contra 12% no México, por exemplo — país que ainda teria espaço para aumentar impostos para subsidiar os mais pobres.

O estudo do Bird foi lançado na véspera do início da reunião conjunta entre o banco e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

O FMI deve anunciar hoje uma queda nas projeções de crescimento para as principais economias europeias, um crescimento de 3,5% para os EUA neste ano e melhora no Japão. Também serão conhecidas as projeções para o Brasil e a América Latina.

O Fundo deve ressaltar também que os altos preços do petróleo e investimentos insuficientes tanto na produção quanto no refino do produto continuarão a constituir uma ameaça à economia global.

→ LEIA MAIS à pág. B3

**O SR. ÁLVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apontamento taquigráfico) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) divulgou nesta terça-feira o mais amplo estudo sobre as condições das rodovias brasileiras. O referido estudo foi realizado em 2005, utilizando uma metodologia ainda mais refinada do que a utilizada nas edições anteriores da pesquisa.

Nesse contexto, gostaria de comentar os aspectos mais relevantes da pesquisa: 72% dos 81.944 km avaliados, ou seja, o equivalente a 59.029 km apresentou algum grau de imperfeição, sendo que 31,8% foi considerado deficiente (26.063 km), 22% ruim (18.057 km) e 18,2% péssimo (14.909 km). Apenas 28% da malha rodoviária pesquisada este ano obteve a classificação bom (17% ou 13.922 km) e ótimo [11% ou 8.993 km).

O panorama de nossas rodovias é lastimável. A situação da malha rodoviária brasileira representa um entrave ao progresso econômico e social do País. Foram pesquisados 8.736 km na região Norte, 23.976 km no Nordeste, 11.740 km no Centro-Oeste, 22.997 km na região Sudeste e 14.495 km no Sul.

Algumas conclusões da pesquisa rodoviária CNT/2005 devem ser objeto de análise por parte dos Senhores Senadores, principalmente daqueles que integram a Comissão de Infra Estrutura:

- 54,6% da extensão pesquisada encontra-se com pavimento em estado deficiente, ruim ou péssimo (44.733 km);

- 60,7% da extensão pesquisada apresenta sinalização em estado inadequado (49.715 km);

- 39,6% da extensão avaliada não possui acostamento (32.474 km);

- 8,5% da extensão pesquisada tem o acostamento tomado pelo mato (6.955 km);

- 10,1% da extensão avaliada não tem placas (8.304 km);

- 40,6% da extensão avaliada (33.309 km)

não tem a presença de placas de limite de velocidade.

A solução para os investimentos nas rodovias passa necessariamente pelo uso dos recursos da Cide, atendendo a destinação original para a qual a contribuição foi criada.

Ao analisar os dados da pesquisa CNT/2005 constatamos que, mesmo na região Sudeste, onde está a maioria das melhores estradas do País, o quadro não é menos deficiente: dois terços das rodovias ou são deficientes ou são ruins ou são péssimas.

Como atesta o especialista da Universidade de São Paulo (USP) José Tadeu Balbo, o maior problema é a falta de manutenção, principalmente nas rodovias federais, que atendem grande parte do País.

Um outro agravante: o excesso de peso. Veículos com 20% de sobrecarga são capazes de reduzir em 50% a vida útil de uma estrada. Os pontos de fiscalização são as balanças. Mas, nas estradas federais, dos 106 postos de pesagem, apenas 15 estão funcionando. Hoje, seriam necessários pelo menos 12 bilhões para recuperar a malha rodoviária do País.

Segundo Flávio Benatti, da CNT, com um crescimento econômico no patamar de 4% e considerando a infra-estrutura que temos será impossível superarmos os atuais gargalos logísticos.

Devemos ressaltar que a infra-estrutura viária nessas condições impede o crescimento econômico do País.

Aproveito o meu pronunciamento para destacar, ainda, que o Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu informe sobre o Panorama Econômico Mundial, divulgado hoje, reitera a sua previsão de redução para 3,3% de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, conforme anunciado em abril.

Gostaria de ressaltar que o FMI mencionou no relatório, como fatores de risco, as possíveis repercussões da crise política no País e a alta dos preços do barril de petróleo.

Não podemos deixar de registrar ainda o resultado da pesquisa do Ibope, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada hoje.

A avaliação ótima e boa do Governo do Presidente Lula caiu de 35% em junho para 29% em setembro. O Governo Federal atingiu o seu pior nível de avaliação desde a posse do Presidente Lula.

A sondagem indicou que a avaliação ruim e péssima do governo subiu de 22% para 32%. A avaliação

regular caiu de 41% para 36%. A confiança dos entrevistados no Presidente Lula também caiu, de 56% em junho para 44%, neste mês.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. – Senador **Álvaro Dias**.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) –

**“Raposa/Serra do Sol – críticas dos fazendeiros às indenizações da Funai”**

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores...

A Funai, depois de homologada a Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol, vem concedendo indenizações a proprietários que estão sendo obrigados a desocupar a área. Estes pagamentos constituem indenizações pela realização de benfeitorias de boa-fé.

Através do Edital nº 2 de 2005, publicado pela Funai nos últimos dias, 26 famílias foram convocadas para receberem indenizações que perfazem, em média, um montante de pouco mais de R\$35.000 (trinta e cinco mil reais).

Vários desses pequenos proprietários rurais, expulsos de suas terras, já se manifestaram no sentido de contestar judicialmente os valores ofertados.

Assim o fazendo, o Governo, através da Funai, acredita estar fazendo justiça com pequenos fazendeiros que há anos cultivam as terras englobadas pela área Raposa/Sena do Sol.

Propositalmente, esquece o Governo que a desocupação da área Raposa/Serra do Sol, pelos não-índios, envolve outros aspectos de grande relevo que, certamente, não se resumem ao mero caráter ressarcitório da indenização.

De fato, as míseras indenizações que estão sendo pagas aos proprietários expulsos de suas terras não é o bastante para que os mesmos, fora dos limites da Reserva, consigam sobreviver com um mínimo de dignidade.

Referidos proprietários, com a ínfima indenização dada pelo Governo conseguirão, quando muito, comprar uma pequena casa na periferia de Boa-Vista, ou em outro município, e passarão a engrossar as fileiras do desemprego e da pobreza vivenciada por expressiva parcela da população do Estado.

Tenho nutrido o legítimo receio de que as mãos dos pequenos proprietários expulsos da Raposa/Sena do Sol, que ontem serviam para cultivar o campo, passem a servir para requestar esmolas.

E não é só! O Governo e a Funai estão desrespeitando, às escancaras, o Decreto nº 1.775 de 1996 que, em seu art. 4º vaticina: “Verificada a presença de ocupantes não índios na área sob demarcação, o órgão fundiário federal dará prioridade ao respectivo reassentamento...”.

Se esta norma deve ser aplicada no decorrer do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, com muito maior razão deve ser aplicada depois de concluído referido procedimento.

Assim, entendemos que o Governo deve reassentar, imediatamente, as famílias de produtores que estão sendo obrigados a deixar suas terras em virtude da demarcação da Reserva Raposa/Sena do Sol.

Isso é o mínimo que se espera de um Governo que se diz estandarte da justiça social e tutelador da dignidade da pessoa humana.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos da sessão do dia 22 de setembro de 2005, coordenada pelo Secretário-Geral do Senado, Dr. Raimundo Carreiro da Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 57 minutos.)*



**ATO DO PRESIDENTE Nº 080 , DE 2005.**

*Abre ao Orçamento Fiscal da Unidade Orçamentária 02.103 – Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - Prodasen, crédito suplementar no valor de R\$ 720.035,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.*

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso I do § 1º do art. 66, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, combinado com a alínea “a” inciso I do art. 4º, da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, e considerando as disposições contidas na Portaria nº 2/SOF/MP, de 11 de fevereiro de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da Unidade Orçamentária 02.103 – Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - Prodasen, crédito suplementar no valor total de R\$ 720.035,00 (setecentos e vinte mil e trinta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem de anulação parcial de outro subtítulo, conforme Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de setembro de 2005.



**Senador RENAN CALHEIROS**  
**Presidente**

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL  
UNIDADE : 02103 - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA - PRODASEN

## ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

### PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									720.035
		ATIVIDADES							
01 306	0551 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							60.000
01 306	0551 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							60.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 35	F	3	1	90	0	100	60.000
01 126	0551 4060	GESTAO DO SISTEMA DE INFORMATICA							660.035
01 126	0551 4060 0001	GESTAO DO SISTEMA DE INFORMATICA - NACIONAL							660.035
			F	4	2	90	0	100	660.035
TOTAL - FISCAL									720.035
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									720.035

ORGÃO : 02600 - SENADO FEDERAL  
UNIDADE : 02103 - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA - PRODASEN

## ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									720.035
		PROJETOS							
01 122	0551 1028	AMPLIACAO E REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN							720.035
01 122	0551 1028 0103	AMPLIACAO E REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN - EM BRASILIA - DF							720.035
			F	4	2	90	0	100	720.035
TOTAL - FISCAL									720.035
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									720.035

**ATO DO PRESIDENTE Nº 081 , DE 2005.**

*Abre ao Orçamento Fiscal da Unidade Orçamentária 02.101 - Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 3.220.720,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.*

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso I do § 1º do art. 66, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, combinado com a alínea “a” inciso I do art. 4º, da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, e considerando as disposições contidas na Portaria nº 2/SOF/MP, de 11 de fevereiro de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da Unidade Orçamentária 02.101 – Senado Federal, crédito suplementar no valor total de R\$ 3.220.720,00 (três milhões, duzentos e vinte mil, setecentos e vinte reais), para atender às programações constantes dos Anexos deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem de anulação parcial de outros subtítulos, conforme Anexos deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de setembro de 2005.

  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
**Presidente**

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL  
UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

## ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

### PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									1.900.000
		ATIVIDADES							
01 306	0551 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.900.000
01 306	0551 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							1.900.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 353	F	3	1	90	0	100	1.900.000
TOTAL - FISCAL									1.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.900.000

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL  
UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

## ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									1.900.000
		ATIVIDADES							
01 031	0551 4061	PROCESSO LEGISLATIVO							1.900.000
01 031	0551 4061 0001	PROCESSO LEGISLATIVO - NACIONAL							1.900.000
			F	4	2	90	0	100	1.900.000
TOTAL - FISCAL									1.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.900.000



RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E F	G N	R P	M O	I D	U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL										204.000
		ATIVIDADES								
01 365	0551 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS								204.000
01 365	0551 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL								204.000
		CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA (UNIDADE) 58	F	3	2	90	0	100		204.000
TOTAL - FISCAL										204.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										204.000

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL								204.000
		ATIVIDADES						
01 031	0551 4061	PROCESSO LEGISLATIVO						204.000
01 031	0551 4061 0001	PROCESSO LEGISLATIVO - NACIONAL						204.000
TOTAL - FISCAL								204.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								204.000

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL  
UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

## ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									1.116.720
		PROJETOS							
01 122	0551 7122	CONSTRUCAO DO ANEXO III							1.116.720
01 122	0551 7122 0101	CONSTRUCAO DO ANEXO III - EM BRASILIA - DF	F	4	2	90	0	100	1.116.720
TOTAL - FISCAL									1.116.720
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.116.720

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL  
UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

## ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E F	S N	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									1.116.720
		PROJETOS							
01 122	0551 11DZ	AMPLIACAO DA UNIDADE DE APOIO I							191.720
01 122	0551 11DZ 0101	AMPLIACAO DA UNIDADE DE APOIO I - EM BRASILIA - DF	F	4	2	90	0	100	191.720
		ATIVIDADES							
01 364	0551 2162	FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO - UNILEGIS							200.000
01 364	0551 2162 0001	FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO - UNILEGIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	200.000
		PROJETOS							
01 122	0551 7120	CONSTRUCAO DA SEDE DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO - UNILEGIS							510.000
01 122	0551 7120 0101	CONSTRUCAO DA SEDE DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO - UNILEGIS - EM BRASILIA - DF	F	4	2	90	0	100	510.000
01 122	0551 7126	CONSTRUCAO DE TUNEL SOB O EIXO MONUMENTAL							25.000
01 122	0551 7126 0101	CONSTRUCAO DE TUNEL SOB O EIXO MONUMENTAL - EM BRASILIA - DF	F	4	2	90	0	100	25.000
01 122	0551 7130	CONSTRUCAO DE PREDIO PARA INSTALACAO DE UNIDADES DE ADMINISTRACAO DE MATERIAL E PATRIMONIO							190.000
01 122	0551 7130 0101	CONSTRUCAO DE PREDIO PARA INSTALACAO DE UNIDADES DE ADMINISTRACAO DE MATERIAL E PATRIMONIO - EM BRASILIA - DF	F	4	2	90	0	100	190.000
TOTAL - FISCAL									1.116.720
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.116.720

**ATO DO PRESIDENTE N.º 082 , DE 2005**

“Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao **segundo quadrimestre de 2005.**”

**O Presidente do Senado Federal**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e, 55, inciso I, alínea “a” e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2005, compreendendo a consolidação dos dados de setembro de 2004 a agosto de 2005, na forma do anexo, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de setembro de 2005.



**Senador RENAN CALHEIROS**  
**Presidente do Senado Federal**

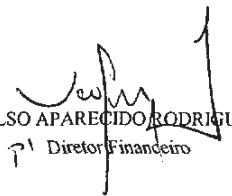
UNIÃO - PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2004 A AGOSTO/2005

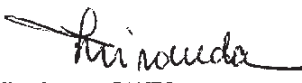
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

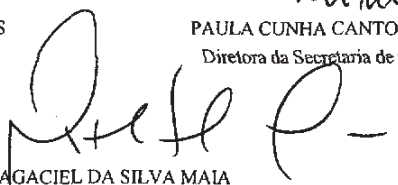
R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL		DESPESA LIQUIDADADA
		SET/2004 A AGO/2005
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)		1.438.349
Pessoal Ativo		1.097.203
Pessoal Inativo e Pensionistas		623.128
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF).		281.982
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		3.758
Decorrentes de Decisão Judicial		0
Despesas de Exercícios Anteriores		170.664
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		107.560
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).		0
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II).		0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)		95.059
Contribuições Patronais		95.059
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I + II+III)		1.533.408
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		293.138.484
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (IV/V) x 100		0,52
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF)	0,86%	2.520.991
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,82%	2.403.736

FONTE: SIAFI, SSCONT/SF e Portaria STN nº 634, de 19 de setembro de 2005.

  
CELSON APARECIDO RODRIGUES  
1º Diretor Financeiro

  
PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA  
Diretora da Secretaria de Controle Interno

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral



**Portaria do Diretor-Geral****Nº 139 , de 2005**

**O Diretor-Geral do Senado Federal**, no uso das suas atribuições regulamentares, conferidas pelo art. 320 da Resolução n.º 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE**:

**Art. 1º.** Prorrogar a Comissão Especial designada pela Portaria do Diretor-Geral nº 38 de 2005, até 31 de dezembro de 2005;

**Art. 2º.** Designar os servidores Magda Ramos Freitas, matrícula 43336; e Marcos Aurélio da Silva Lima, matrícula 4280, para comporem a referida comissão em substituição aos servidores dispensados pela Portaria do Diretor-Geral nº 96 de 2005.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.



**Agaciel da Silva Maia**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3603 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

**RESOLVE** dispensar a servidora JEANETE JANE MAIA RIBEIRO PINHEIRO, matrícula 2901-7, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 20 de setembro de 2005.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3604 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor NILTON WALDIR FERREIRA DA SILVA, matrícula 5306-8, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 20 de setembro de 2005.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.



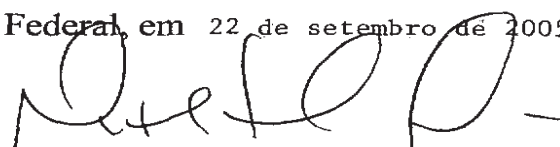
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3605, DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014718/05-7,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CAROLINE CAVALCANTE MONTEIRO**, matrícula n.º 177912, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 22 de setembro de 2005.




**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3606 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014714/05-1**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FERNANDO PAULO CARRILHO MILANEZ NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 22 de setembro de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

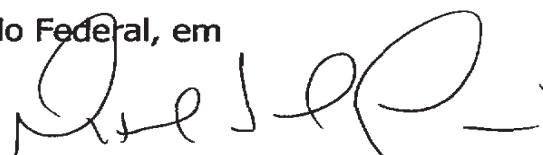
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 3607, DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no art. 15, in fine, da Resolução nº 09, de 1997,

**RESOLVE:**

dispensar a servidora **Tania Regina Girardi Alves**, Técnico Legislativo, mat. 43634, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da função comissionada de Chefe do Gabinete do Senador Leonel Pavan, símbolo FC-08, e designá-la para a função de Assistente de Diretor, símbolo FC-07, da Secretaria de Controle Interno, a partir de 21 de setembro de 2005.

Senado Federal, em



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUÍ</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá



<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE**  
**(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

## **2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM  
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA  
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
(9 titulares e 9 suplentes)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
(7 titulares e 7 suplentes)



**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca



**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA** <sup>13</sup>  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza <sup>13</sup>	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. (Vago) <sup>12</sup>		
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena (P-SOL) <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros <sup>17</sup>	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1-15</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 4.8.2005)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1º.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 1º.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 3.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 1º.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. e pela Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE), no período de 18.9.2003 a 29.6.2004.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.9.2003. O Senador João Alberto Souza encontra-se licenciado do cargo durante o período de 1º.6.2005 a 8.10.2005.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.1.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores. Em 4.8.2004, a Senadora filiou-se ao partido P-Sol.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.4.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 3.8.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

<sup>17</sup> O Senador Antero Paes de Barros encontra-se licenciado do cargo durante o período de 31.5.2005 a 28.9.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 8.7.2005

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### **COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko  
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – P-SOL
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – (sem partido)

Atualizada em 21.06.2005

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005



**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

**01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação**

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 - Comissão de TV por Assinatura**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador CRISTOVAM BUARQUE</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado AROLDO CEDRAZ</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLCY (PT/SP)	2.
<b>PDT</b>	
	1.
<b>P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)</b>	
	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
<b>PMDB</b>	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
<b>Bloco PFL/Prona</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
<b>PSDB</b>	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
<b>PP</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
<b>PPS</b>	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  FERNANDO FERRO PT-PE	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311- 5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY**  
**RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49  
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900  
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

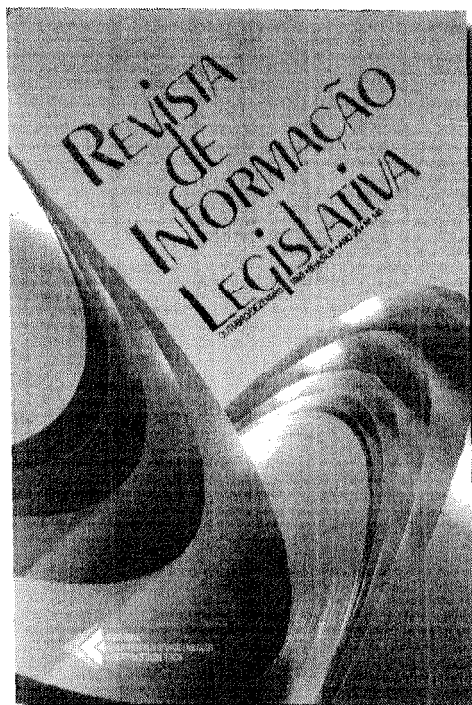
## Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 132 PÁGINAS**